



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**A FUNÇÃO DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE NOVOS
CIDADÃOS. EXPECTATIVAS DOS ENCARREGADOS DE
EDUCAÇÃO**

**ESTUDO DE CASO DE TRÊS ESCOLAS PRIMÁRIAS DOS
MUNICÍPIOS DE VIANA E CAZENGA - LUANDA**

Adriana Cumbelembe, N.º 10177

Orientação: Prof. Doutora Marília Evangelina Sota Favinha

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**A FUNÇÃO DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE NOVOS
CIDADÃOS. EXPETATIVAS DOS ENCARREGADOS DE
EDUCAÇÃO**

**ESTUDO DE CASO DE TRÊS ESCOLAS PRIMÁRIAS DOS
MUNICÍPIOS DE VIANA E CAZENGA - LUANDA**

Adriana Cumbelembe, N° 10177

Orientação: Prof. Doutora Marília Evangelina Sota Favinha

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2015

DEDICATÓRIA

Ao Frei João Domingos OP,
grande apóstolo da educação, de feliz
memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, pela vida e pelos talentos que me concedeu.

Aos meus pais, por me terem gerado e desde muito cedo, cuidadosamente me educaram, abrindo-me um horizonte de vida sem limites, me acompanham e encorajam a seguir sempre adiante, contornando os obstáculos. Aos meus irmãos, um dos quais partiu do nosso convívio, precisamente, no início desta formação, a amizade e o carinho que nos unem.

Ao instituto João Paulo II, da Universidade Católica de Angola por ter acreditado nas minhas capacidades e dar-me a oportunidade de fazer esta formação de mestre, numa área do meu trabalho quotidiano, financiando-me a bolsa de estudo.

À Universidade de Évora na pessoa da Doutora Marília Evangelina Sota Favinha e outros professores, à Direção dos Assuntos académicos pela compreensão e atenção com que me têm tratado.

Agradeço às minhas Irmãs da Congregação das Missionárias Dominicanas do Rosário que me apoiaram permanentemente direta ou indiretamente, nesta temporada de muitas dificuldades, partilhando as minhas responsabilidades de governo das missões de Angola.

Aos meus colegas do serviço especialmente a Emília, a Jandira e outros que sempre foram solidários comigo. Aos meus colegas de carteira, de maneira muito especial a Rosa, a Olímpia e o Anacleto que sempre lutaram ao meu lado.

RESUMO

As mudanças socioeconómicas que ocorrem no mundo e na sociedade angolana, particularmente, em Luanda, obrigam as famílias a adotarem um ritmo de vida atípica baseada na procura de bens para a sobrevivência. Este facto compromete o relacionamento sadio entre pais e filhos e dificulta a complexa tarefa de preparar as novas gerações para vida adulta. A responsabilidade negligenciada pela família é relegada à escola, transformando-a numa instituição educacional realizadora de um conjunto de expetativas, de custódia/guarda, socialização, ensino e certificação.

Para uma melhor reflexão do problema, traçou-se um objetivo geral e quatro específicos, essencialmente assentes na compreensão a partir das expetativas dos EE a função da escola na formação dos educandos e aferir as razões que os levam a preferir uma instituição confessional, numa perspetiva sistémica.

Partiu-se para uma pesquisa quantitativo, dada a extensão da amostra selecionada e a necessidade de recolher mais dados sobre o assunto. A natureza exploratória e descritiva do estudo mobilizou a análise documental e o inquérito por questionário, como técnicas de investigação privilegiadas. A pesquisa empírica realizou-se em três escolas primárias pertencentes aos municípios de Cazenga e Viana (Luanda).

A conceção atual da função da escola apresenta contradições para a comunidade educativa, pois a família delega a sua missão de educação, e dessa forma, submete-se e acomoda-se ao projeto pedagógico concebido, muitas vezes, à margem das necessidades reais da comunidade e do aluno.

Palavras-chave: Função da Escola; Expetativas dos Pais/encarregados de Educação; Formação de Novos cidadãos; Ensino Primário.

SCHOOL FUNCTION IN NEW CITIZENS TRAINING.

EXPECTATIONS OF THE GUARDIAN

DATA COLECTOR IN THREE PRIMARY SCHOOLS OF VIANA AND CAZENGA MUNICIPALITIES – LUANDA

ABSTRACT

Socio-economic changes occurring in the world and in the Angolan society, particularly in Luanda, forcing families to adopt a rate of atypical life based on the demand for goods for survival. This undermines the healthy relationship between parents and children, and hampers the complex task of preparing the new generations to adulthood. Responsibility neglected by the family is left to school, turning it into a fulfilling educational institution of a set of expectations, custody, socialization, education and certification.

For a better reflection of the problem, we drew up an overall goal and four specific, essentially based on the understanding of the expectations of EE School and the function of the knowledge level of the current school and family in the educational process, a systemic perspective.

He broke for a survey to which he was elected the quantitative paradigm, given the extent of the selected sample and the need to collect more data on the subject. The exploratory and descriptive nature of the study mobilized the document analysis and questionnaire survey, as privileged investigative techniques. The empirical research conducted in three schools of the Cazenga and Viana municipalities (Luanda).

The current design of the school function presents contradictions for the educational community, for the family delegates its mission of education to school, of course, undergoes and accommodates up to the pedagogical project designed, often on the margins of the community's real needs and the student.

Key Words: Role of the school; Expectations of Parents/guardians; Formation of new citizens; Elementary School.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
SCHOOL FUNCTION IN NEW CITIZENS TRAINING. EXPECTATIONS OF THE GUARDIAN IN THREE PRIMARY SCHOOLS OF VIANA AND CAZENGA MUNICIPALITIES – LUANDA.....	IV
ÍNDICE DE TABELAS	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	IX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A FUNÇÃO DA ESCOLA	10
1.1. A função da Escola.....	10
1.2. Evolução histórica e Consolidação da Escola como Instituição em Angola	15
1.2.1. Período pré-colonial:	15
1.2.2. Período Colonial.....	24
1.2.3. Período Pós – Independência	34
1.2.4. Modelos de Organização e a Construção da Comunidade Educativa	61
1.2.5. Desafio da Construção da Comunidade Educativa	68
1.2.6. Desafio da Construção da Comunidade Educativa	74
<i>Identidade da escola Católica e a Construção da Comunidade educativa.....</i>	<i>77</i>
CAPÍTULO II: EXPETATIVAS DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	79
2.1. Expetativas	79
2.2. Encarregados de Educação	81
2.2.1. Finalidades da Escola e as expetativas do Encarregados de Educação	91

2.3. A Relação Família e Escola e a Procura de objetivos Comuns	95
2.3.1. A Família.....	95
2.3.2. Função da Família	98
2.3.3. Função da Escola.....	99
2.3.4. Relação Família/ Escola	100
2.3.5. A Relação Escola/ Família desde a Perspetiva Sistémica	103
2.4. O Envolvimento dos Encarregados de Educação na Missão da Escola: Riscos e ganhos	104
CAPÍTULO III: FORMAÇÃO DE NOVOS CIDADÃOS.....	106
3.1. Formação dos Novos cidadãos	106
3.2. Desafios da Sociedade Contemporânea e a Missão da Escola	107
3.3. Desafios Contemporâneos e a Formação de Novos Cidadãos.....	110
3.4. A Formação dos novos cidadãos nos objetivos da Educação Angolana	113
Ensino Primário.....	117
CAPÍTULO IV: CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO EMPÍRICO	130
4.1. Opções metodológicas.....	130
4.2. Contexto da Pesquisa: municípios de Viana e Cazenga.....	131
4.3. Modelo Teórico de análise	136
4.4. Os Sujeitos participantes do Estudo	137
4.5. Instrumentos de Recolha de Dados	140
4.6. Limitações da Pesquisa	141
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	142
5.1. Apresentação e Análise dos Dados.....	142
5.1.1 Função Social da Escola.....	142
5.1.2 Função Científica, Artística e Lúdica da Escola.....	149
5.1.3 Expetativas dos Encarregados de Educação.....	153
5.1.4 Relação Escola Família	157
5.2 Discussão dos Resultados.....	160

Dimensão I- Função Social da Escola.....	160
Dimensão II- Função Científica e Artística da Escola	176
Dimensão III- expetativas dos Encarregados de Educação.....	184
Dimensão IV- Relação Família Escola	193
CONCLUSÕES.....	197
RECOMENDAÇÕES	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	202
APÊNDICES.....	206

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Faixa etárias dos EE da Amostra.	138
Tabela 2- Relação Encarregado de Parentesco.....	138
Tabela 3- Habilitações Literárias dos Encarregados de Educação.....	139
Tabela 4- Classe de frequência do Educando.....	139

ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1-</i> Formação de atitudes com vista à integração social.....	142
<i>Gráfico 2-</i> Necessidades concretas dos encarregados de educação face à criação espaços de serviços tais como: Centro Infantil e Pré-escolar, Centro de Atendimento aos Jovens e Adolescentes.	143
<i>Gráfico 3-</i> Necessidade de alargamento dos horários de permanência dos alunos na escola.	144
<i>Gráfico 4-</i> Desenvolvimento e aperfeiçoamento do falar e escrever corretamente.	145
<i>Gráfico 5-</i> Formação cidadãos com capacidade crítica e participativa.....	145
<i>Gráfico 6-</i> Preparação dos alunos para o exercício de uma profissão.....	146
<i>Gráfico 7-</i> Hábitos e atitudes comportamentais aceitáveis pela sociedade.....	147
<i>Gráfico 8-</i> Valores que tornem cidadãos respeitados e ativos na sociedade.....	147
<i>Gráfico 9-</i> Missão da escola em relação às exigências do mercado.....	148
<i>Gráfico 10-</i> Talento para diversas atividades artísticas (desporto, música, teatro, pintura, etc.)...	149
<i>Gráfico 11-</i> Preparação dos alunos com conhecimentos científicos e técnicos.....	150
<i>Gráfico 12-</i> Garantia de prática sistemática de educação física e desportiva.	151
<i>Gráfico 13-</i> Prática sistemática de educação física e desportiva.....	151
<i>Gráfico 14-</i> Construção de conhecimentos científicos e técnicos dos alunos para responder às necessidades da sociedade.....	152

<i>Gráfico 15-</i> Se a escola, pode tomar conta das crianças durante o dia.	153
<i>Gráfico 16-</i> Se é obrigação da escola fornecer a merenda escolar aos alunos.	154
<i>Gráfico 17-</i> Atividades extra escolares, para o desenvolvimento da comunidade (por exemplo: campanhas de recolha de lixo, limpeza, etc.).	155
<i>Gráfico 18-</i> Condições materiais que promovem a aprendizagem dos alunos.	155
<i>Gráfico 19-</i> Oferta de materiais escolares adequados para a boa aprendizagem académica do meu educando.	156
<i>Gráfico 20-</i> Responsabilidade em dar educação sexual aos alunos.	157
<i>Gráfico 21-</i> Importância da relação Família/Escola para o bom aproveitamento dos alunos.	158
<i>Gráfico 22-</i> Colaboração da família para formar os alunos para a continuação dos estudos.	158

INTRODUÇÃO

As mudanças socioeconómicas e políticas na sociedade angolana, com maior incidência em Luanda, caracterizadas pelo crescimento rápido dos bairros suburbanos, resultante da fraca motivação das populações em regressarem às províncias de origem depois da guerra, pela constante movimentação das populações do interior do país, para a cidade, à procura de melhores oportunidades de vida na capital angolana, consequente da pobreza em que vive maior parte do povo, o eleanado número de mulheres que dos homens, geram o fenómeno da poligamia e o crescimento de famílias monoparentais introduzem a prática recorrente da procura de recursos indispensáveis à sua sobrevivência e dificultam o relacionamento são entre pais e filhos. Trata-se das famosas saídas de madrugada dos luandenses residentes nos bairros periféricos para chegar, pontualmente, aos locais de trabalho. O diário de bordo constata que os pais saem às 4 horas da manhã e regressam à casa às 22 horas ou mais tarde.

A permanência por longas horas longe da interação com os filhos agrava-se com a forte influência dos meios de comunicação social, no comportamento das crianças, adolescentes e jovens, com débil capacidade crítica. Esses meios convertem-se em mestres de iniciação à vida, em vez dos pais. É evidente, a tarefa deixada pelos pais é assumida pela escola cuja missão primordial consiste na educação das novas gerações. Ao prover o papel da família, a escola converte-se numa instituição comparável a um envelope na qual a sociedade deposita um conjunto de expetativas de guarda, socialização, ensino e certificação.

Os EE alimentam a convicção alicerçada na prática da educação na sociedade pré-colonial da escola como “um lugar onde devem passar todos porque é um contexto

poderoso para o processo de desenvolvimento e de socialização” (Pessanha, et al. 2010, p.237). Ora, Esta ideia evoca a necessidade de criação de Centros de Atividades em Tempos Livres (ATL) para atender à gritante necessidade da família.

Uma vez que as escolas públicas não têm capacidade de resposta, os EE recorrem às escolas confessionais parceiras do estado.

Para uma melhor compreensão deste problema, foram levantadas as seguintes questões de investigação:

- 1) O que esperam os EE da escola, ou que cobra a sociedade da escola?
- 2) O que a escola faz satisfaz?
- 3) O que leva os EE de educação, no princípio do ano letivo percorrer longas distâncias, suportarem enormes filas, mendigar espaço, nas escolas confessionais, especialmente as católicas?
- 4) Que percepções os EE têm da escola atual e o que esperam dela?

A procura de respostas exaustivas pPara responder as questões formuladas definidos um objetivo geral do qual resultaram objetivos específicos que guiaram esta pesquisa.

Geral: Compreender, a partir das expetativas dos EE, a função da escola na formação dos seus educandos e aferir as razões que os levam, no princípio do ano letivo, preferir uma escola confessional.

Específicos:

- Investigar o nível de conhecimento dos encarregados da educação sobre os objetivos e finalidades da escola;

-Descrever a expectativa que os EE têm, da missão da escola, para a formação dos novos cidadãos;

- Indagar os critérios norteiam a sua preferência para as escolas confessionais de natureza Católica;

- Conhecer as percepções dos EE acerca da diferenciação e convergência de papéis atribuídos à família e à escola na formação dos futuros cidadãos.

No tocante à educação e ao ensino dos seus filhos, a família na sociedade angolana, especialmente em Luanda, acomoda e submete - se ao projeto pedagógico da escola, descartando, por vezes, a responsabilidade de intervir na educação dos filhos. Ora, se o EE desconhece o projeto pedagógico da escola onde estuda o seu filho, não participa na definição dos objetivos nem na construção do mesmo, a escola não saberá a escola responder às expetativas que os encarregados de educação trazem como elementos fundamentais para a formação multifacetada que os EE almejam para os seus filhos.

A natureza exploratória e discutiva do estudo mobilizou a análise documental e o inquérito como técnica de pesquisa a privilegiar. Decorrente do quadro teórico conceptual e do modelo lógico construído procurou-se descrever, relacionar e interpretar as percepções dos EE sobre a missão e o papel da escola por um lado e das responsabilidades da família por outro lado, na formação dos novos cidadãos.

Elegeu-se como território do estudo os municípios de Viana e Cazenga da província de Luanda, escolhendo-se uma escola em Viana e cada duas no Cazenga.

A amostra concebida no total de 300 sujeitos extraídos de forma proporcional da população de EE. Do ponto de vista ético, foi salvaguardado o anonimato das escolas e a confidencialidade de respostas e foram usados dados recolhidos exclusivamente para os fins do presente estudo.

A escola, como instituição é uma organização social que está ao serviço da educação. Como espaço, é o lugar onde se realizam os objetivos da educação mediante a transmissão de competências transversais do conhecer, do saber fazer, do ser e estar.

A reflexão da relação família / escola na e formação dos novos cidadãos é pertinente quer no plano teórico quer prático reveste-se de capital importância na medida que abre novas perspectivas na construção de uma escola nova para novos tempos em Angola.

De facto, o fenómeno educativo varia no tempo e no espaço e é impulsionado pelas necessidades da sociedade e da ideologia vigente a fim de preparar cidadãos capazes de responder às exigências do meio social. Educar, no contexto deste estudo, “é transmitir, reproduzir valores, perpetuá-los ou transformá-los em ações práticas, visando a existência futura de uma pessoa ou grupo mediante, a educação agente ideológico e transformador da sociedade” (Gaspar e Fernando 2010, p.155), num processo de formação integral, levado a cabo pela escola.

O trabalho está contido em cinco capítulos divididos em duas partes. A primeira versa sobre a revisão da literatura, subdividida em três capítulos. A segunda parte aborda as questões metodológicas e subdividida em dois capítulos.

No **primeiro capítulo** são descritas a função da escola, desde as origens até ao seu desenvolvimento como instituição, e as três fases da história da escola em Angola: período Pré colonial, enfatizando o carácter da educação não formal na Cultura Bantu e o contributo valioso a aproveitar, para a construção da Comunidade Educativa no hoje da educação. No contexto Bantu, a família é concebida como uma “sociedade em miniatura, dela nascem os novos membros da comunidade, nela são educados, apreendem, e aprendem os valores morais culturais, sociais e religiosos que forjam a personalidade” (Monteiro, 2011, p.12).

As aprendizagens adquiridas nela, não substituem a necessidade da intervenção educacional de outras instituições como a escola de iniciação à vida e o Ondjando¹. O sucesso da ação educativa destas instituições edifica-se sobre o suporte da educação familiar e consolida-se com a participação da família. Não obstante, a educação nesta sociedade estar sujeita a divisão social de trabalho.

No Período Colonial onde se destaca a função da escola que se configurou com os objetivos da missão civilizadora. Para o efeito, procurou inculcar a cultura europeia na população de origem africana, para civilizá-la. A estratégia de converter os nativos em “trabalhadores obedientes e conformados com o Status quo colonial” (Tavares, 2011, p.129), foi uma das metas enfatizadas a instrução e o desenvolvimento das habilidades manuais para o exercício de uma profissão, negligenciando o desenvolvimento das outras competências indispensáveis. Efectivamente, desde a instrução primária deu mais importância à transmissão dos instrumentos do saber fazer (Samuels, 2011).

No período pós independência, desde a 1ª Reforma de 1978, a escola passa a ser do povo e educação desempenhou a função da legitimação e promoção dos ideais do MPLA, inculcando nos novos cidadãos os objetivos que visam transformar a escola numa “base revolucionária forte onde se forje um homem novo, já que estudar é dever revolucionário” (Vieira, 2007, p.105). A grande novidade da Reforma Educativa é colocar a educação ao serviço dos interesses revolucionários e velar pela implantação do socialismo, conforme se dizia: “lutar contra a alienação colonial, formar os quadros e promover a unidade nacional” (Vieira, 2007, p.172).

¹ ONDJANGO composta por duas palavras aglutinadas Ondjo yo hango da língua nacional Umbundu: Ondjo que significa casa. Ango significa diálogo formação que serve a comunidade para educar, formar para a vida de forma permanente.

Na 2ª Reforma do sistema educativo de Angola, a escola é considerada instituição educativa que tem a missão desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos, para se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem. É missão da escola transmitir, de forma maciça e eficaz, saberes e saber -fazer evolutivos e adaptados à civilização cognitiva, bases culturais que permite decifrar as mudanças em curso na sociedade contemporânea. O trabalho educativo “abona às crianças, o mais cedo possível, passaporte para a vida que leva a compreender melhor a si mesmos aos outros e, assim, participar da obra coletiva da vida em sociedade”. (Delors, 2012, p.73).

A função da escola suscita a reflexão dos diferentes modelos de organização e gestão dada a sua natureza e missão. A escola é uma organização que tanto os seus objetivos e resultados, quanto os seus processos e meios, estão relacionados com a formação humana. O eixo da instituição escolar é a qualidade dos processos de ensino/aprendizagem, que propiciam melhores resultados. As “as inovações de gestão são de pouca valia [...] se os alunos continuam a apresentar baixo rendimento escolar e as aprendizagens não são consolidadas” (Libâneo, Ferreira & Toschi, 2013, p.420). A ênfase é dada no modelo de gestão participada e participativa que põe em funcionamento interativo os vários operadores (a escola, a família, a comunidade e os alunos) para a construção da comunidade educativa, a fim de melhorar os resultados.

O **segundo capítulo é uma** reflexão em torno das expetativas dos EE. Procura-se desvendar vários problemas da sociedade angolana, especialmente luandense, como a situação de pobreza, a luta pela sobrevivência, a interiorização do modelo de Estado de providência que mutila a visão de desenvolvimento e reforça a dependência que

influenciam poderosamente a conceção da função e dos objetivos da escola, na perspectiva dos EE.

Constata-se a tendência da transferência das funções da família para a escola. Deste modo, a sociedade cobra da escola serviços que vão além das funções tradicionais, as funções de guarda, socialização, ensino, e certificação. Ora, a família e a escola são dois contextos de desenvolvimento do ser humano, por isso os dois sistemas compartilham objetivos e missão. Daí que é importante a Associação Nacional dos Encarregados de educação e pais de Angola.

O **terceiro capítulo** aborda a temática da formação dos novos cidadãos a partir da leitura sobre a problemática da sociedade contemporânea a nível mundial, nacional e local e a sua repercussão na formação dos novos cidadãos do século XXI, partindo dos objetivos e metas da educação na sociedade global, do projeto de formação dos cidadãos angolanos, presentes na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001, aterrando suas implicações no quotidiano da escola tendo em conta as necessidades locais da comunidade.

O **quarto capítulo** consagra-se à descrição e caracterização dos procedimentos metodológicos. Dada a natureza do estudo, o número da amostra e o tempo disponível optou-se pelo paradigma quantitativo e eleitos para o campo de estudo dois municípios dos sete da província de Luanda, nomeadamente Cazenga e Viana. A eleição deve-se às suas características sócio demográficas e ao nível de implementação das políticas de desenvolvimento social.

O instrumento de recolha de dados constituído por vinte e duas (22) questões, subdividido em três blocos no estilo da escala de Likert para conceder a liberdade de opção aos sujeitos respondentes. Foram distribuídos 300 questionários, recolhidos 247 dos

quais 20 nulos e os 53 não respondidos. Ficando a amostra reduzida a 227 EE. A amostra apresenta algumas características tais como os diferentes níveis de formação académica que vai desde zero classe à licenciatura com particular frequência nas classes da 6^a, 9^a e 12^a classes e as idades compreendidas entre os 11 a 65 anos onde uma grande maioria está na faixa etária dos 30 a 40 anos de idade. Verifica-se um maior índice de repetência na 5^a e 6^a classe.

O quinto capítulo trata da apresentação, análise e discussão dos resultados recolhidos onde se procura fazer o cruzamento entre os dados da literatura e os resultados do estudo empírico. Ao longo do qual procurou-se fazer a leitura dos dados empíricos cruzados com os dados da revisão da literatura e a legislação nacional referente às metas da educação.

Finalmente concluiu-se que os EE e a sociedade angolana esperam da escola uma educação capaz de transformar os seus filhos em cidadãos competentes, ativos e capazes de se adaptarem às exigências do mundo exterior valorizado o potencial humano.

A escola pública angolana é sufocada pela política nacional e local e na maioria dos casos não consegue dar resposta às exigências da comunidade que a integram. Por isso está enfermada pela falta de seriedade dos operadores da que levam a cabo o processo de ensino/aprendizagem. Por isso a qualidade de serviço que a ela oferece, não satisfaz as exigências da sociedade emergente. Os EE vêm a escola como um meio para superar as suas necessidades. E dão preferência às escolas parceiras do estado e à escola Católica. Quando podem optam pela qualidade. Sugere-se para as posteriores investigações aprofundarem as respostas dos EE que careceram de argumentações que levem à profunda compreensão das respostas eleitas e que o paradigma quantitativo não permite aprofundar, combinando os dois paradigmas quantitativo e qualitativo.

Iª PARTE
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I: A FUNÇÃO DA ESCOLA

1.1. A função da Escola

Função quer dizer atribuição (encargo), poder dado a alguém ou uma organização (Instituição) para realizar alguma tarefa ou, cumprir uma missão.

No âmbito deste estudo, função diz respeito ao desempenho ou missão que a sociedade confia à escola. O conceito confere identidade à organização escola, cuja missão desde os primórdios é transmitir ferramentas indispensáveis à vida das gerações novas.

A palavra escola do latim «schola» e do grego «schole» significa “tempo livre, de exercício do espírito” (Fernando, 2010, p.14). De facto, uma das funções da escola é treinar o cognos do homem/mulher, através de exercícios de raciocínio lógico, crítico e operacional para desenvolver o intelecto.

Durante muitos anos o papel da escola foi irrelevante. A família cumpria a tarefa de transmitir os valores culturais, os usos e os costumes e encarregava-se de preparar as novas gerações para o exercício de um ofício ou profissão. “Educava-se e recebia-se educação ao mesmo tempo que se vivia” (Gaspar e Fernando, 2010, p.6).

A Transformação da escola como instituição de ensino está ligada à origem da escrita. nascida “da necessidade da vida social, de registar, controlar o movimento da economia no que se refere às entradas e às saídas dos produtos armazenados do nome das pessoas nas vendas” (Fernando 2010, p.14). Desta prática emerge uma das principais tarefas da escola de transmitir o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Para facilitar o processo de transmissão foram construídos lugares onde se podia dar uma instrução e educação formal que que passaram a chamar-se escolas. Portanto, a escrita confere uma nova função social à escola, além da tradicional missão de

“transmissão da cultura de geração em geração que, já se fazia de forma oral padronizado através de ritos religiosos, rituais de iniciação, crenças e lendas, uso de provérbios, sentenças breves e incisivas, a construção de contos utilizando sequências rítmicas com o objetivo de impedir mudanças arbitrárias e garantir a fidelidade à mensagem que se deseja difundir”. (Fernando, 2010, p.15).

Outro facto relevante na institucionalização e consolidação da escola foi o surgimento do capitalismo e o desenvolvimento das cidades onde o documento escrito ganhou uma preponderância impondo a necessidade de alfabetizar a população, que conheceu a sua expressão máxima na filosofia iluminista e nas teses da Revolução Francesa em 1789. São apontados quatro grandes motivos que levaram à consolidação da escola como instituição: de ordem económica, ideológico e político.

1- De Ordem Económica

A institucionalização da escola por motivos de ordem económica está ligada à invenção da escrita, expressa na necessidade de conservar e de transmití-la de geração em geração. Criaram-se salas de aula e matérias didáticas, confiada, primeiramente, à responsabilidade dos escribas, mestres da escrita. Os escribas eram funcionários da corte e do templo. À medida que o tempo foi passando, os serviços do templo e da corte real foram-se tornam-se mais complexos, diminuindo a eficácia e a eficiência da transmissão desta ferramenta à juventude. Foi então que se transferiu este serviço para a escola que se situava junto do templo (Fernando, 2010).

Com o desenvolvimento da ciência e da técnica e o melhoramento dos meios de produção o trabalho manual passa a ser executado pela máquina. E torna-se indispensável o domínio da leitura e da escrita para poder seguir as instruções de produção, fazer o registo de produtos e das ocorrências do dia-a-dia. A procura de

estratégias de resposta às diferentes necessidades que a sociedade impõe, e o objetivo de preparar cidadãos à altura de responder aos desafios dos meios de produção da época emergente, deram à escola função específica.

2- De ordem ideológica e Política

A institucionalização da escola por motivos de ordem ideológica surge no período do renascimento, enraizada na teoria da filosofia iluminista que “considerava o acesso à instrução e à cultura como condições indispensáveis para acender no indivíduo luzes da razão para libertá-lo das trevas do obscurantismo em que se mantinha por influência religiosa” (Gaspar e Fernando, 2010, p. 6).

Este pensamento retomado pela posição liberal da revolução francesa que ao procurar elevar a categoria de cidadania sustentando que “todo o homem é um cidadão, com direito a participar na discussão e na decisão dos problemas da sociedade, [...], precisa de ser informado” (Gaspar e Fernando, 2010, p.7). O exercício de cidadania exige a apropriação de ferramentas fundamentais tais como: o domínio da leitura e da escrita e a instrução básica para ser efetivo.

A análise comparada à posição da filosofia iluminista, o ideal da Revolução Francesa e a história da educação em Angola no período pós Independência, identificam-se semelhanças na maneira de pensar e agir ao mudar a política educativa do período colonial, colocando a meta da educação e ensino na «*criação do homem novo*». O “plano nacional de ação para a educação de todos visava [...] ampliar oportunidade de acesso à educação fundamental, sobretudo aos primeiros quatro anos de ensino” (Nguluve, 2010, p.60).

A institucionalização da escola no período do renascimento parte da necessidade de formar não só o capital humano mas também o potencial humano cuja meta é transformar

o indivíduo de objeto de produção para sujeito e instância das decisões sobre o futuro da sociedade.

3- De Ordem Política

A institucionalização da escola por motivos de ordem política subjaz a ideia da consolidação da escola como instituição mais influente, ligada ao movimento. A “criação de uma rede de escolas públicas e ao esforço da consolidação dos estados- Nação. [...] Exige que o estado aumente a sua influência sobre a sociedade, subtraindo os indivíduos da forte influência exercida pela Igreja e pelos caciques locais” (Gaspar e Fernando, 2010, p.7).

Esta maneira de conceber a escola reflete-se na história de educação e ensino de Angola, concretamente no currículo da primeira reforma educativa, com a introdução das disciplinas de história de Angola mais voltada para a exaltação dos heróis do MPLA, da história universal, a ênfase nos conteúdos da Europa leste, a filosofia marxista-leninista, as ciências sociais e filosofia política, cuja finalidade é promover o amor à pátria e a consciência nacional e “criar valores de interesse estatal, havendo, assim nestes sistemas transmissão de valores da nação adaptados ao currículo” (Xavier, citado por Vieira, 2007, p.111).

4- De Ordem Social

A institucionalização da escola por razões de ordem social emerge das mudanças sociais que vão acontecendo na sociedade, o ritmo de vida das famílias decorrente da diversificação dos trabalhos em que os membros desta instituição social se envolvem. O trabalho fora de casa reduz o tempo dedicado à “preparação dos filhos para a vida adulta” (Gaspar e Fernando, 2010, p.7) a que a família, em tempos anteriores se dedicava. Não Na

indisponibilidade de atender de forma adequada os filhos, as famílias entregam-nos à responsabilidade da escola, ampliando, deste modo a missão desta instituição de educação.

Portanto, a escola é uma instituição social que tem a missão de:

- Garantir a padronização, conservação e transmissão da escrita, do cálculo e das ferramentas indispensáveis para a inserção na sociedade hodierna. Ela desempenha a função social específica de transmitir o melhor da cultura dos membros de uma sociedade, contribuir para o desenvolvimento da personalidade, edificar sobre as bases da educação familiar e formar as capacidades de trabalho profissional tendo em conta as necessidades sociais emergentes (Boa Ventura, 2010).

- Libertar os novos cidadãos das trevas do obscurantismo religioso para conduzi-lo à luz da razão;

- Assegurar a preparação dos novos cidadãos para a vida futura, transmitindo os conhecimentos desde os mais elementares, já que os pais não o podem fazer.

Na sociedade actual, a escola é uma instituição socioeducativa que recolhendo outras experiências não formais e informais, tem a meta de formar os cidadãos mais preparados e qualificados para as exigências do novo tempo.

Na visão de Libâneo (2013, p.31.), a escola é uma “unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo. Tem a missão de “ Formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente; Prover formação global que constitua patamar para atender a necessidade de maior e melhor qualificação profissional, preparação tecnológica e desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade tecno-informacional; desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício da cidadania e Formar cidadãos éticos e solidários”.

A abordagem da escola a partir da perspectiva sistémica de Bronfenbrenner ajuda a perceber a sociedade como um macros sistema, onde a escola se situa na camada Mesosistema, para evidenciar que ela é um espaço intermédio situado entre a família (que é um Micros sistema) e a sociedade (Macros sistema). Esta imagem chama atenção para o duplo movimento que a escola necessita de operar na sua atividade de educação e ensino porque é um sistema aberto semelhante aos sistemas biológicos que se comunicam permanentemente. Assim escola é uma instituição em permanente comunicação com a sociedade (Macros sistema no qual se encontra a administração central do estado) e a família (comunidade de onde vêm os utentes da escola). Daí que a escola é um “sistema específico que produz efeito na ação educativa que não pode ser explicado pela tradicional dicotomia entre as dimensões macro e micro nem pela redução da escola a uma mera repetição local da administração central” (Canário, citado por Silva, 2003, p.68).

1.2. Evolução histórica e Consolidação da Escola como Instituição em Angola

A história da educação escolar em Angola regista três períodos do seu desenvolvimento: Período pré-colonial, Período Colonial e Período Pós -Independência Nacional.

1.2.1. Período pré-colonial:

Angola faz parte do conjunto dos países de cultura tradicional Bantu. E, como acontece em todas as sociedades humanas, transmitir os conhecimentos e costumes indispensáveis para a vida através da tradição oral que passa de geração em geração é prática corrente.

Segundo a história, a escrita árabe foi a primeira a ser divulgada no continente africano. Efetivamente, o conhecimento de alguns sistemas gráficos usados em algumas tribos, tais como as pinturas e gravuras encontradas nas grutas do Thitundu-hulo no sul de Angola, os desenhos presentes em objetos artesanais e as figuras de tatuagem que se na pele das mulheres de algumas tribos, nomeadamente a dos cokwe e a dos ovimbundu no leste e no planalto central de Angola são exemplos claros disto.

Não obstante, não está claro que, a prática educativa da sociedade angolana pré-colonial dedicasse muito tempo ao ensino da escrita. Enfatiza-se mais a transmissão das formas literárias orais. Talvez porque a escola, nessa sociedade, tinha um objetivo bem definida.

Fundamentando-se no princípio segundo o qual o indivíduo é um ser em sociedade e para a sociedade, organiza o processo da educação dos novos cidadãos procurando prepará-lo para a missão e a sua autorrealização. Salienta-se o processo de educação ocorre em sinergia e na convergência de objetivos que visam integrar o indivíduo na sociedade como membro ativo e participante de todos os domínios da vida social, quer na educação familiar como na escola de iniciação à vida abrangendo todas as dimensões do cidadão, intelectual e artística, afetivo e social.

A escola da sociedade pré-colonial entende a educação como “um processo iniciático onde existe (o iniciado, o iniciador e a comunidade de integração” (Lucas, 2013, p.3). E a meta da educação é “ (...), educar as pessoas para o amadurecimento na consciência da própria dignidade, na capacidade de relações justas e fraternas, na participação responsável e competente à construção da nova sociedade (...)” (Tomasi, 2007, p.15). Claro que a aprendizagem é um processo de aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades, que obedece às etapas vitais do ciclo da vida ou idades favoráveis do

indivíduo: 1ª etapa do nascimento à puberdade, 2ª da puberdade ao casamento, 3ª do casamento à viuvez, e 4ª da viuvez até à morte.

Como se pode ver a partir desta divisão, o processo educativo começa na família, primeira instituição (micro sistema ou célula básica da sociedade), espaço onde se aprende a conviver na diferença e a pertencer aos outros. A cerimónia da outorga do nome ao recém-nascido, reveste-se de capital importância na formação da identidade do novo cidadão. Pois, os nomes na sociedade africana traduzem a identidade da pessoa, refletem os incidentes históricos, os eventos ocorridos durante a gestação como por exemplo, a miséria, os conflitos familiares, as bênçãos, os triunfos. Acredita-se que a maturidade do indivíduo favorecida pela educação, é um processo sistemático de humanização que acompanha a pessoa desde o nascimento, vai conferindo identidade humana até meta final, quando, depois de ter vivido bem na terra se torna antepassado da comunidade/sociedade com o papel de intercessor da bênção divina.

Algumas Características da Educação na Sociedade Pré-colonial:

1) Na sociedade tradicional Bantu, a educação caracteriza-se pela cooperação entre a escola e a comunidade, no processo de transformação do indivíduo em pessoa, pertencente a uma determinada comunidade. O aluno, neste processo de educação é um dos protagonistas porque desempenha o papel ativo na aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades na inserção gradual na sociedade como sujeito atuante. Segundo Menkitil (citado por Lucas, 2013, p.2):

“O ser humano não nasce ser humano, ele torna-se humano graças a um processo de socialização cujo árbitro é a comunidade; «A pessoa torna-se pessoa após o processo de incorporação. Sem a incorporação nesta ou naquela comunidade

o indivíduo é considerado em situação neutra, podendo ser ou não ser pessoa, ou indivíduo para quem o termo pessoa não se aplica plenamente.» Este indivíduo é visto como não tendo identidade, porque a identidade é conferida pela comunidade graças à iniciação. Ser pessoa é pertencer a uma determinada comunidade. É graças ao processo de incorporação e reconhecimento que alguém nasce para a sociedade e para a comunidade familiar e se torna pessoa com direitos e deveres”.

2) O conteúdo da educação é essencialmente prático: parte da vida e prepara para a vida. O ensino é vivo e experimental, isto é, os aprendizes praticam na selva, no rio, na escola tudo o que foi explicado pelos mestres. E estes ensinam partindo da premissa: uma mulher ou um homem deve saber para cumprir com perfeição as suas responsabilidades sociais, políticas e religiosas (Altuna 1995). Os métodos de ensino dos conteúdos, da educação apoiam-se na experiência concreta e tudo ocorre numa dinâmica interativa que leva o aluno a fazer por si mesmo a experiência “este método de fazer-fazer permite a interação entre o iniciador e o iniciando e a avaliação gradual do processo iniciático” (Lucas 2013 p.8).

A idade da aprendizagem sistemática possui um período intensivo na emergência da puberdade. Este facto, não dispensa a transmissão das aprendizagens prévias que a criança vai adquirindo à medida que vai e crescendo em idade e desenvolvendo a personalidade. Por exemplo, a deslocação da criança com a mãe de um lugar para outro faz-lhe participante em todas as atividades que a mãe realiza. Esta ação desempenha grande importância para a aquisição de conhecimentos para vida do futuro cidadão. A “iniciação é gradual e faz-se na ocasião própria, não se queimam etapas, (Lucas, 2013, p.8).

O conteúdo de ensino nas escolas comunitárias de iniciação à vida apresenta-se de diversas formas, tais como “fórmulas rituais, textos didáticos para crianças; histórias

etiológicas; contos populares, mitos, récitas, poesia variada, poesia oficial, narrações históricas”, cantos, dança, provérbios” (Zau, 2009, p.135).

“As fórmulas Rituais são orações religiosas, juramentos, bênçãos, maldições, fórmulas mágicas, títulos, divisas. Textos didáticos presentes nos provérbios, adivinhas, fórmulas didáticas, contos e poesias para crianças. As Histórias etiológicas para explicar o porque das coisas até ao estado atual. E os contos populares cujo conteúdo é constituído por histórias para divertir. Os Mitos que incluem todas as fórmulas literárias que utilizam símbolos. Os melhores são os mitos de certas histórias transmissoras de tradições arcaicas de tipo religioso ou cosmológicas relacionadas com Deus ou com a criação. As récitas narram os factos heroicos épicos, didáticos, pessoais, mitos etiológicos, memórias pessoais, migrações, etc. A Poesia variada, narra sentimentos de amor, compaixão, caça, trabalho, prosperidade, oração [...] A Poesia oficial pode ser histórica, privada, religiosa, individual, comemorativa. A poesia culta está ligada às elites aristocráticas e senhorias. Utiliza-se em cerimónias de sociedades secretas e nos ritos fúnebres. Existe poesia que interpreta os mistérios da vida e da morte. A poesia contada à volta da fogueira cuja finalidade é transmitir ensinamentos morais históricos. As Narrações históricas contêm listas de pessoas e lugares, comentários jurídicos, explicativos esporádicos e ocasionais”.

Esta variada forma de ensinar procura transmitir conhecimentos, hábitos e habilidades para lidar com o *cosmos* e apreender a interligação existente entre o mundo dos antepassados, o mundo dos vivos e a divindade. Aprende-se a ética individual e social, as noções de política, higiene, técnicas de caça e domínio da natureza, técnicas da agricultura e artesanato;

As palavras rituais consistem na explicação do significado de muitos gestos e símbolos e suas relações com o mundo invisível.

Aprendem-se os métodos do autodomínio submetendo-se a duras provas e sacrifício (suportar a pressão e as palavras duras), a disciplina, resistência aos perigos, as intimidações psicológicas, exercitação da memória, consumo de alimentos inapropriados, suportar longas horas de fome, de sede e de vigília, suportar a dor sem lágrimas, contentar-se com o que se tem (pouco ou muito), dormir em condições duras e suportar as intempéries do meio ambiente; mergulhar todas as manhãs em águas frias sem se queixar, aguentar os insultos proferidos, propositadamente e de forma humilhante, praticar exercícios físicos duros e flagelar-se...

A educação artística ocupa um lugar primordial, daí a ênfase no canto, na dança e em outras manifestações estéticas dos grupos. Na aprendizagem da tradição oral assume-se o compromisso de transmitir a tradição de geração em geração. A finalidade de todos estes exercícios é formar homens e mulheres maduros/as para transitarem para o estatuto de adulto íntegro, quando termina com sucesso o tempo de iniciação (Altuna, 1985).

Hoje o processo de ensino/aprendizagem tem seu espaço privilegiado que é escola. Na sociedade tradicional angolana, o processo de ensino/aprendizagem dispunha de espaço apropriado para a transmissão dos conhecimentos para a vida. Destacam-se: o Ondjango (na sociedade ovimbundu) e Côtá/ Tchota (na sociedade Còkwe) e Thyoto na sociedade Nyaneka humbi. Esta instituição é um espaço familiar/ comunitário onde os adultos resolvem os mais diversos problemas da população (os julgamentos, a entronização de chefes, os conselhos, a receção de visitas, etc.); transmitem os valores morais, cívicos e a história da vida comunitária aos jovens (Kuononoka, 2003). Certos hábitos e práticas que ainda se verificam nas famílias tais como o banquete familiar revelam que a refeição é um

espaço oportuno para transmitir as aprendizagens indispensáveis para a vida. Esta é a razão de, com frequência, a mulher tomar as refeições com os filhos, separada do marido.

O ato de carregar a criança às costas da mãe não se destina apenas para aliviar o peso nas mãos, também tem a função de transmitir o afeto maternal e, ajudar a assimilação das qualidades de uma personalidade idónea, justa sobre a qual se edificará a personalidade íntegra que lhe conduzirá à realização plena, a conquista do estatuto de antepassado da comunidade.

3) Em consequência desta perceção, surge um sentimento de pertença muito profundo que se revela na atitude de participação da comunidade na escola direta ou indiretamente. É claro que há pessoas garantes da educação e ensino indicadas pela comunidade quer pela sua natureza e missão como é caso das mulheres que devem assegurar a educação e ensino desde a primeira infância até atingir a puberdade, quer pela sua idoneidade que as leva a serem indicadas pela comunidade para fazer parte do grupo de mestres (iniciadores/as) cuja missão é transmitir os conhecimentos indispensáveis para a vida. “O iniciador é alguém indicado pela comunidade e que é reconhecido como garante da tradição, pela sua vida, pelo respeito e pelo conhecimento que demonstra das tradições da comunidade. [...] é um indivíduo que não adultera de modo algum as tradições da comunidade e que merece da comunidade toda a confiança para assumir este papel. (Lucas 2013, p.5).

Em suma, a escola na sociedade angolana pré-colonial obedecia à prática sociológica da divisão social do trabalho por sexos na sociedade e na família.

Na filosofia de educação Bantu é bem patente a perceção de que a pessoa nunca está acabada porque a formação da sua personalidade é um processo de desenvolvimento constante. Os sucessivos ritos de passagem por que passa a criança africana são momentos

de passagem de um período de vida e o processo da iniciação nunca está consumado” (Altuna, 1985: 279). Esta prática assemelha-se ao processo de transição para as diferentes classes de ensino formal

A escola de iniciação tem “a primordial função transformadora (...) os ritos dão à criança uma formação completa para que ela cumpra o seu papel na comunidade” (Altuna, 1985, p.291). Senghor (citado por Altuna,1985, p.291), considera “a iniciação escola cidadã”. Na verdade, o conhecimento adquirido nessa escola, aquele que por ela passou incorpora-o na sua personalidade e aplica-o à sua vida quotidiana para toda a vida. As aprendizagens que se adquirem refletem uma educação integral feita com eficiência para ser eficaz. Uma educação movida por estas premissas pode levar os encarregados de educação a depositar expectativas de intervenção escolar tão completa que substitua o seu papel de tutores dos filhos na preparação para a vida.

Na sociedade angolana pré-colonial existe uma instituição que desempenha a função de escola comunitária denominada «Ondjango». Trata-se de uma conversa que vai além das conversas informais e banais, porque está carregada de conteúdo instrutivo, sobre a vida dos antepassados da sociedade, e das futuras gerações. O ondjango é uma “casa comparável à «República» de Platão na qual se entende a família como um todo social, onde o progresso social passa por uma igual preocupação também social relativamente à educação das futuras gerações. E a educação deve ocupar as atenções de todos os cidadãos” (Francisco citado por Monteiro, 2011, p.12).

Existe também uma instituição de educação não formal, de carácter intensivo chamado «Ombelo para as raparigas, ekwendje ou evamba ou ainda mukanda para os rapazes que é a continuidade do ondjango. Aliás não há uma fronteira rigorosamente nítida em termos de função na medida em que o processo de educação e ensino levado a cabo

pelas duas instituições é retroativo. Ambas instituições são um espaço de conversa didática, tradutor de “ensinamentos das coisas da casa- família -mundo. Estas coisas têm a ver com a educação, a religião, a política, a subsistência (economia), a justiça e a saúde (...). Todos os aspetos da vida presentes e harmonizados (Francisco citado por Monteiro, 2011, p.12).

Olhando para os objetivos e finalidades da educação na sociedade atual, pode-se concluir que o modelo de organização destas duas instituições de educação da sociedade tradicional angolana, podem ser um poderoso instrumento pedagógico da sabedoria, capaz de iluminar e orientar o processo de desenvolvimento da cultura angolana. Apesar desta grande riqueza, importa reter que a organização da educação nesta sociedade por estar sujeita a divisão social de trabalho enfatiza a submissão da mulher e exalta os direitos do homem (varão) Apesar de a mulher beneficia de prestígio, de forma discreta, na comunidade cultural Bantu. Ora, este elemento, representa uma contradição com os objetivos da escola neste milénio e do estado angolano plasmados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001. Que defende a igualdade de géneros na educação.

De notar que o Ondjango é um espaço constituído por um grupo de mais velhos idóneos escolhidos pela comunidade, destina-se ao diálogo das coisas que dizem respeito à vida da comunidade. Não é um lugar ou instituição isolado da vida da comunidade social. E por ser um espaço comunitário, partilha a responsabilidade de transmitir os saberes e as competências transversais indispensáveis para a vida às novas gerações com a família e outras instituições sociais numa dinâmica de intercomunicação sistémica.

Portanto, a escola na Cultura Bantu possui um contributo valioso para a construção da escola como Comunidade Educativa na qual o papel do professor nesta construção é fundamental na organização das aprendizagens.

O papel da família na educação das novas gerações é ativo. E é concebida como uma “sociedade em miniatura, onde nascem os novos membros da comunidade, nela são educados, apreendem, e aprendem os valores morais culturais, sociais e religiosos que forjam a personalidade” (Monteiro, 2011, p.12). As aprendizagens adquiridas na família, são ponto de partida e de consolidação de intervenção educacional de outras instituições.

1.2.2. Período Colonial

A presença portuguesa com um sistema de governo colonialista em Angola data desde 1481 e inicia-se no Reino Congo, na atual província do Zaire ponto de partida da expansão para o resto do atual território de Angola.

A história da educação escolar, e ensino em Angola, nos moldes organizacionais que a temos hoje apesar de deficientes, surge em meados do século XIX e considera-se como ponto de partida o decreto de 14 de agosto de 1845, assinado por Joaquim José Falcão e pela rainha D. Maria II e procurou dar resposta às exigências da população (Samuels, 2011).

Alguns autores dão conta que em 1514 surgiram os primeiros núcleos de educação rigorosa em Angola, concretamente no reino do Congo resultado da preocupação do rei do Congo que solicitou mestres de qualidade para atenderem o serviço de ensino às mulheres, às raparigas e aos rapazes. Efetivamente em 1607 foi construído o primeiro colégio missionário em Luanda destinado a preparar futuros sacerdotes e jovens que quisessem adquirir a instrução e a educação. Foi também fundada a “escola das primeiras letras”, que

era frequentada por jovens provenientes de diferentes regiões dos reinos do atual território de Angola. O ensino foi levado a cabo pelos jesuítas (Zau, 2009, p.246).

O decreto publicado em 14 de agosto de 1845 e vigorou no período de 1845-1869 com objetivo de retirar a responsabilidade da instrução às organizações religiosas em Portugal e nas colónias, conduziu ao surgimento do ensino oficial em Angola. Não obstante, a implementação da medida tomada pelo estado, nesta época, defrontou-se com o problema da falta de professores. A procura de resposta ao novo desafio obrigou a pedir recurso aos párocos para ministrarem o ensino. Como se pode ver, novamente entra em cena a intervenção da igreja na educação e ensino em Angola.

Rigorosamente falando, a primeira escola pública com a finalidade de transmitir aprendizagem da escrita, leitura e contagem apareceu na segunda metade do séc. XIII, no tempo do governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. As outras escolas de primeiras letras surgiram em 1845 nas povoações de Luanda e Benguela e eram controladas pelo estado. O nível de ensino abrangia apenas a instrução primária, dividida em dois níveis: elementar e complementar, e destinava-se às populações evoluídas. Havia ainda escolas rudimentares cujas condições eram desfavoráveis.

Portanto, o ensino público foi oficializado para atender as populações civilizadas. A inovação na educação e ensino ora registada foi forçada pelas “constantes invasões francesas, a divulgação das ideias liberais, a independência do Brasil, as guerras civis e as sucessivas revoluções em Portugal do séc. XIX que nortearam a tomada de consciência da função social da escola e conseqüentemente do papel do professor primário como dirigente do processo educativo” (Zau, 2009, p.250).

A entrada de Portugal num sistema de administração política monárquica durante o período de 1869-1910 introduziu na educação nomeadamente na instrução primária, uma

política educativa diferente: O novo decreto assinado a 30 de Novembro 1869 teve o objetivo de ratificar o decreto dando novo dinamismo ao funcionamento das escolas primárias nas colónias com as seguintes características:

- Manter o estado como principal responsável para a orientação e fiscalização da atividade docente, mediante a inspeção pedagógica.

- Capacitar o estado para provider, a criação e a instalação das escolas em todas as povoações de relativa importância.

- Velar pelos professores que garantem a tarefa do ensino, neste caso os sacerdotes que acumulavam as funções de ensino e eclesiásticas.

- Fazer o levantamento das escolas existentes mediante um mapa de localização, inventariando detalhadamente as escolas em funcionamento em termos de: número de alunos por sala, o nível académico dos professores e os manuais adotados.

- Difundir o ensino entre as populações, independentemente da sua origem (africana ou europeia);

- Constituir o conselho inspetor da instrução pública e a junta do ensino da localidade.

- Aplicar as sanções aos pais de origem europeia e da população africana considerada civilizada que não mandassem seus filhos à escola (Zau, 2009).

As novidades encontradas nesta reforma, por um lado, trazem a necessidade da intervenção da família no processo de educação. Por outro lado, A relação escola família é encarada numa perspetiva de atuação coerciva e sancional. A exclusão ainda é evidente. Só têm acesso as crianças da população de origem europeia e de origem africana civilizada.

Foi introduzida uma outra reforma no ensino primário de 1906 que afetou apenas a questão da alteração do calendário escolar, iniciando o ano letivo 15 de abril e terminando

a 31 de janeiro e a mudança na constituição dos membros do conselho inspetor da instrução pública. Apesar de todas estas transformações realizadas, a reforma não foi significativa nem em termos de aumento da taxa de escolarização para os europeus e para os pequenos burgueses africanos. Pois, dificuldades como “a carência de material didático e a resistência dos pais enviarem os seus filhos a escola contribuíram para o fraco desenvolvimento da instrução primária em Angola (Zau,2009, p.253). Na verdade, na perspectiva da sociedade de então, “as escolas [...] nunca foram vistas como locais para as quais as crianças eram enviadas” (Samels, 2011, p.58)

Com a proclamação da República Portuguesa em 1910 emerge na história da Instrução primária um novo período que se estende de 1910-1933, no qual se destacam as seguintes características:

- Manter o dever dos africanos obrigando os indígenas ao trabalho forçado limitando os contratos no período de 2 anos, como forma de humanizar, a condição dos contratos;

- Fixar os benefícios da instrução pública à população europeia e à pequena burguesia africana.

- Introduzir a reforma ortográfica

- Suspender o ensino das línguas estrangeiras e africanas e introduzir o ensino obrigatório da língua Portuguesa nas missões, a fim de não “vir a prejudicar a ordem pública e a liberdade de segurança dos cidadãos portugueses e das populações africanas” (Zau, 2009, p.254).

- Constituir quadros docentes para os diferentes tipos de escolas: escolas primárias, escolas infantis, escolas rurais e escolas oficinas.

- Diferenciar os objetivos do ensino para os indígenas (não civilizados), ensino primário elementar para os não indígenas (de origem europeu e africanos assimilados).

Definir os espaços onde se ministra o ensino tendo em conta a diferença de objetivos: “para os indígenas realizava-se nas escolas rurais e escolas -oficinas vocacionadas para o trabalho manual e para a aprendizagem de ofício sem preocupações direcionados para o desenvolvimento multifacetado das crianças africanas” (Zau, 2009;254). O Ensino, para não indígenas, realizado nas escolas infantis e nas escolas primárias, “visava dar a criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral preparando-a para a vida social” (Zau, 2009, p. 255).

Importa recordar aqui, que a educação em Angola era bifacial, isto é, abrangia “*educação e instrução*” (Samuels, 2011, p.58) e para desenvolver essas duas faces adotaram-se duas abordagens basicamente diferentes para aquilo que se pode chamar de progresso social. Primeiro era retirar os africanos do seu ambiente natural e inseri-los num novo meio ambiente nas missões e através da submissão ao trabalho forçado e, inculcar neles bons hábitos e exemplos. O fundamento deste procedimento era salvá-los da natureza corruptora da cultura africana existente para adquirirem a natureza benéfica da nova experiência civilizadora (Samuels, 2011).

Havia uma certa mentalidade, na época colonial de “era impossível educar os africanos sem os vestir e sem os retirar do seu meio depravado e imoral. [...] Poucos davam aos africanos algum crédito de serem capazes de escolher e se desenvolverem por si mesmos sem estímulos exteriores” (Samuels, 2011, p.57).

Profundamente arraigada a ideia bifacial da educação, chegou-se a confundir a vocação das missões cristãs com a responsabilidade de “ espalhar a civilização. Para isso não seriam inculcados princípios religiosos como também uma vasta instrução conducente

ao desenvolvimento material através da agricultura, indústria e comércio” (Samuels, 2011, p.58). Para o efeito era preferível tirar os jovens das suas áreas de residência levá-los para as localidades estrangeiras onde estavam implantadas as missões pois resultava “mais difícil civilizar o negro na sua terra do que fora dela” (Francisco António Pinto, citado por Samuels, 2011, p. 58).

Outro procedimento muito utilizado como ferramenta de educação e ensino é o “uso do trabalho forçado como força civilizadora” (Samuels, 2011, p.58) e benéfica. Por isso havia a necessidade de redobrá-lo, apesar da limitação dos contratos por um período de dois anos, conforme a reforma educativa introduzida desde 1910 a 1933. Efetivamente, “o contacto educativo [...] incutirá nos selvagens hábitos e novas necessidades e levá-los-á a aceitar voluntariamente o jugo do trabalho regular. Em troca disso receberão o salário necessário para responder às exigências crescentes da vida civilizada. Antes, porém, recorrer ao trabalho forçado” (Couceiro, citado por Samuels, 2011, p.59).

A política educativa da instrução Primária do período de 1933-1961 visou atingir as seguintes metas:

- Exigir aos funcionários públicos a apresentação de uma declaração anticomunista e uma preparação académica mínima para os candidatos a professor. O requisito é ter concluído o curso geral dos liceus ou habilitações equivalentes;

- Aprovar o regulamento da escola de aplicação e ensaios de Luanda, cujo objetivo visava ensaiar os métodos e processos didáticos mais convenientes ao ensino em Angola dando aos docentes das Escolas do Ensino Particular a conveniente prática pedagógica.

- Criar as zonas escolares correspondentes às províncias existentes na época, com respetivo diretor responsável pelos problemas disciplinares e administrativos do ensino primário.

-Implementação do recenseamento da população escolar, não autóctone nos meses de outubro e novembro de cada ano com a finalidade de prever as matrículas para os jardins-escola no ano seguinte.

- Aprovar e aplicar o regulamento do curso de regentes Escolares e dos professores do Quadro Docente Eventual a fim de dar continuidade à formação pedagógica.

- Emergir a ideia da criação de escolas para a formação das autoridades tradicionais.

-Criar curso de alfabetização para pessoas maiores de 14.

- Aumentar a expansão da rede Escolar em maior parte do Território nacional a fim de promover mais a língua e a cultura portuguesa para os nativos de Angola.

As inovações produzidas na educação tiveram como pano de fundo as revoluções sociais que se foram produzindo no mundo. As últimas inovações foram fomentadas pela revolução socialista e pela 1ª e 2ª guerra mundiais.

Já no séc. XIX, no ano 1881, irrompeu uma nova visão que influenciou o pensamento liberal do governo da época, introduzido por Nogueira a partir das suas investigações no sul de Angola e conhecimento das experiências de outras zonas de África, procurou chamar atenção que “ a escola era o melhor método para civilizar os africanos, através do evangelho do a,b,c (...). O ensino formal da agricultura e a educação intelectual e moral dos africanos eram dois caminhos seguros e infalíveis para Portugal regenerar as colónias africanas” (Samuels, 2011, p.59). Ora, esta visão mais moderada reprovava, até certo ponto a política educativa que enveredara para o uso da força e enriqueceu o conteúdo da educação tornando-a multifacetada. Pois, segundo Nogueira, o mais necessário para o efeito, é “criar escolas e outras instituições para ajudar a preparar os africanos para uma mudança na sua situação na sociedade” (Samuels, 2011, p.59).

Outra problemática que chama atenção é a diferenciação de objetivos baseados na divisão da sociedade, em categorias ou classes: população de origem europeia cujos filhos devem receber a educação e instrução em humanidades, população de pequenos burgueses africanos civilizados cujos filhos deviam beneficiar da instrução e educação baseada na transmissão da literacia básica e na preparação para o trabalho prático e população indígena, não civilizada cujos filhos devem ser submetidos à alfabetização e ao trabalho forçado. Os objetivos educacionais da escola não são uniformes e não respondem a finalidades todas da escola. Para uns estão mais orientados para o aprender a conhecer e para outros para o aprender a fazer, com maior incidência na agricultura.

Características da Instrução Primária no Período de 1961- 1975

As mudanças mundiais resultantes da revolução da década de 50 e o surgimento do nacionalismo angolano que intensifica as reivindicações da independência nacional trouxeram à política educativa as seguintes inovações:

- Promover os cursos de monitores escolares, que consistia na preparação de professores com competência e com as habilitações literárias da 4ª classe nas zonas rurais, para lecionar às crianças da 1ª a 4ª classe. Não obstante as debilidades que possuíam no domínio da língua portuguesa e da ortografia.

- Criar duas escolas do magistério primário em Malanje e Silva Porto (Bié) e, transferir esta para Luanda.

- Criar 200 lugares vagos para a candidatura de professores de posto escolar.

- Exarar o despacho do secretário provincial da educação determinando a admissão da frequência das escolas de habilitação de professores de posto a quem tivesse concluído a 4ª classe.

- Permitir da matrícula dos alunos que concluíram o 1º ciclo do liceu ou equivalente 3º ano.

- Tornar Obrigatória a frequência das aulas de religião, moral, de técnicas de desenvolvimento comunitário e noções de didática.

- Ampliar o período de escolaridade primária obrigatória acrescentando mais dois anos depois da 4ª classe.

Estas inovações elevaram o número dos professores nas escolas primárias e dos postos escolares e escolas de mestres de ofícios. E o processo foi melhorando, adaptando-se aos decretos dos governadores e tendo em conta as necessidades locais e o orçamento disponível. Foi crescendo, também o número de alunos para a frequência do ensino primário. Embora a população angolana residente nas zonas rurais não tenha beneficiado das inovações da apolítica educativa, ora vigente.

Em suma, o último período da presença da administração colonial portuguesa de 1961- 1975, revela aposta do governo na questão da escolaridade, caracterizado pela aceleração do ritmo de crescimento até aos seus limites. “De 1964- 1969- investiu-se de forma intensiva na formação de professores primários nas escolas do magistério primário, monitores escolares e professores de posto” (Zau, 2009, p.262). Em 1974, um ano antes da independência, estabeleceu-se o regime de voluntariado nas escolas do magistério primário e foram revistos os ordenados do pessoal docente, do ensino primário. Apesar das inovações, não foi possível superar a lacuna que a educação acumulava há muitos anos. “Continuou a haver uma gravíssima falta de escolas, de professores no setor rural, particularmente, nos chamados reordenamento estratégicos” (Zau, 2009, p.262). A política de expansão da rede escolar confrontou-se com a gritante falta de professores, por um lado. E por outro lado, o reduzido número de alunos que ingressava na escola pois, grande percentagem das aldeias

angolanas continuou sem escolas. Os dados que se seguem evidenciam claramente o problema da educação em Angola nessa época histórica “a exiguidade das infraestruturas escolares, a falta de professores no setor rural, pois até a esta altura 57% de aldeias sem escolas; menos de 7% dos alunos do ensino primário ingressava na 3ª e 4ª classe, [...] mais de 99% da população africana residente no leste, não podia prosseguir os seus estudos para além da instrução primária, já que havia uma única escola pública de ensino secundário na capital do distrito de Luso (Moxico), que tinha sido inaugurada em 1960, frequentada maioritariamente por crianças de origem inferior (Zau, 2009, p. 263).

Função da escola no Período Colonial

Os dados recolhidos da história da educação e ensino no período colonial permitem tirar as seguintes conclusões: a educação escolar configura-se com os objetivos da missão civilizadora cuja finalidade foi incutir a cultura europeia na população de origem africana, para civilizá-la. Dada a forte resistência ao processo da aculturação das populações nativas, o processo de educação enveredou pela via de africanização, isto é, mudar as mentes dos colonizados e integrá-los na cultura e civilização europeia, a fim de convertê-los em “trabalhadores obedientes e conformados com o Status quo colonial” (Tavares, 2011, p. 129). A tarefa da escola enfatizou a instrução e o desenvolvimento das habilidades manuais para o exercício de uma profissão. Não insistiu no desenvolvimento das diversas aprendizagens indispensáveis para a vida que os novos cidadãos devem adquirir. Apoiando as suas convicções na ideia de transformar os inúteis selvagens, os indígenas, em cidadãos e operários, desde a instrução primária para cooperar na meta de desenvolver a África, a escola sublinhou a necessidade de transmitir instrumentos do saber fazer (Samuels, 2011). De notar que os africanos com quem se podia contar são “aqueles indígenas que estivessem ligados a matriz cultural europeia” (Zau, 2009, p.213).

Neste caso, a “ função da escola no período colonial fundamenta-se no modelo elitista e centralizado. Assente no controlo social, educando para a passividade” (Formosinho e MPLA, citados por Ngaba, 2012, p.124). Efetivamente, a educação no período colonial não se preocupou com o desenvolvimento cognitivo dos africanos nativos quer os de estatuto indígena quer dos assimilados e civilizados. A ação educativa ao não levar em conta a diferença cultural transformou-se numa “violência simbólica caracterizada pela ação pedagógica baseada na imposição de um poder arbitrário a um poder cultural” (Bordieu, citado por Tavares, 2011, p.216). É certo que a escola é uma instituição de educação produtiva porque tem a tarefa de desenvolver as capacidades das novas gerações para a inserção no mundo do trabalho mediante o exercício de uma profissão concreta. No entanto, nota-se com toda a clareza que no modelo de educação no período colonial o lucro se constitui no princípio axiológico essencial para o qual tende toda a ação educativa, em detrimento da promoção da dignidade da pessoa humana. As missões foram a tábua de salvação da educação, embora em pequena escala. Já que a educação praticada pelas missões estava motivada pela pedagogia caquética e pelo ensino prático, conforme os interesses da ideologia do poder colonial.

1.2.3. Período Pós – Independência

A reforma educativa enquadra-se nas mudanças, já em curso desde a década de 50 e 60, impelida pelo avanço da ciência, da técnica e da pressão das novas correntes de organização da sociedade a nível global. Em Angola a reforma coincide com a organização do nacionalismo angolano e o movimento de luta pela autonomia nacional. Procurou às fraquezas tais como:

- O Despertar tardio na implementação da política de expansão da rede escolar em curto espaço de tempo.

- A nacionalização do ensino resultante da expulsão dos Jesuítas dos territórios portugueses que em Angola teve consequências drásticas na medida em que provocou um vazio, nas zonas rurais e urbanas onde só a igreja se ocupava da educação e ensino;

- O Contraste na oferta dos professores verificada entre as zonas urbanas e as zonas rurais e fraca formação dos professores de posto que contribuiu para o abandono da escola, insucesso e elevação do índice de analfabetismo.

- O fraco interesse pelo ensino, por parte da população angolana (indígena) priorizando outras atividades mais rendáveis a curto prazo.

- A fraca preocupação dos responsáveis pela problemática da escola, o não criar nos agentes de ensino uma verdadeira dedicação à escola no que diz respeito a qualidade.

As despesas escolares que impediram muitas famílias modestas a levarem seus filhos à escola. Segundo o MPLA, houve discriminação de origem económica no acesso à educação e ensino no modelo de educação no período colonial.

É certo que a política de educação do período colonial não respondeu aos interesses do povo angolano. No entanto, uma leitura atenta dos relatos históricos da educação e ensino constata que não se encontra nenhum diploma legal explícito que impedisse o acesso e a frequência da escola aos filhos dos nativos de Angola. Mas a localização geográfica das escolas, a exigência da assimilação da cultura portuguesa e discriminação de origem económica afiguram-se com razões óbvias de impedimento. Pois, era necessário um mínimo de posses para poder estudar, na medida em que o ensino não era gratuito. Infere-se que o grande problema decorreu de critérios não uniformes da distribuição da rede escolar, da exigência de despir-se dos hábitos e costumes da cultura local e da capacidade económica e financeira das famílias, como a questão curricular em que os

conteúdos de ensino ministrados na escola portuguesa bastante descontextualizado da realidade. Na verdade, nada se ensinava sobre Angola ou sobre a realidade africana, apenas sobre Portugal e Europa. O pouco que se falava sobre África, era estimular no aluno o sentimento de revolta, destruindo a sua identidade cultural e o sistema de organização social. As relações estabelecidas na escola eram de opressão e terror para criar na criança o medo à rebeldia. Para o efeito, “Programa Maior do MPLA” que se segue traçou os objetivos de melhoria da instrução e ensino na república independente que visam:

- “Liquidar a cultura e a educação colonialista e imperialista desenvolvendo a instrução, a cultura e a educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano.
- Combater o analfabetismo em todo o país.
- Devolver a Instrução pública, organização, administração, gestão e controlo à inteira competência do estado.
- Tornar efetiva, progressivamente, a instrução primária obrigatória e gratuita.
- Desenvolver o ensino secundário e o ensino técnico- profissional e criar o ensino superior.
- [...]. Formar e aperfeiçoar os quadros técnicos necessários à construção do país.
- Dar Impulso ao desenvolvimento das ciências, da técnica, das letras e das artes” (Atas do 1º Congresso do MPLA, 1978).

Durante os anos da guerrilha, o MPLA criou um programa de estratégias para combater as debilidades da escola colonial e incumbiu-as ao Departamento de Educação e Cultura, órgão responsável para a implementá-las. São elas:

- Transformar a educação e ensino coloniais numa educação nova, ligada à guerra contra a ocupação colonial;
- Montar uma rede escolar nas zonas fronteiriças facilitando o acesso à escola àquelas crianças residentes em áreas onde nunca houve escolas de educação formal e transmitir uma educação revolucionária.

Para tornar factíveis estas estratégias, o Departamento de Educação e Cultura do MPLA elaborou os seguintes princípios Educacionais:

- a) Ligação total da educação com a luta pela sobrevivência.
- b) Ligação da teoria à prática no ensino, combinando o trabalho intelectual e o manual. Deste modo, participava-se ativamente na revolução e nas mudanças estruturais.
- c) Descentralização de poderes a nível da escola, e responsabilização dos alunos pela sobrevivência da escola como instituição; mantendo a disciplina e gestão dos bens da escola.
- d) Introdução da arte nas escolas da guerrilha: cantos e danças, teatro e cultura tradicional.

O programa maior do MPLA para a educação e instrução e os princípios implementados durante o tempo da guerrilha serviram de ponto de partida da 1ª reforma educativa. Por isso traçou as seguintes finalidades.

- Massificar o ensino tornando-o obrigatório e gratuito no nível primário. Ora, esta pretensão teve em vista duas vertentes: a “quantitativa porque trata de

generalizar o ensino a todo o povo e aumentar as instituições escolares, sobretudo nas zonas rurais. A Qualitativa que consiste em rever a estrutura e a articulação dos conteúdos de ensino, a orientação dos planos e dos programas de estudo” (MPLA, citado por Ngaba, 2012, p.129) que visavam:

- Tornar laico o ensino e proibir todo o ensino privado e nacionalizar as estruturas do ensino pertencentes à Igreja;

- Edificar o sistema de educação e ensino nos princípios educativos do socialismo científico Marxista-leninista que visam:

- Transformar a educação e a instrução em preocupação dos cidadãos, e promover a administração democrática.

- Transformar educação e ensino de instrumento de dominação da classe burguesa e de completa destruição da divisão da sociedade em classes, em instrumento de mudança comunista da sociedade.

- Mudar o fim da educação e ensino, na sociedade socialista, servir o desenvolvimento integral das pessoas e edificar a personalidade humana na sua totalidade, do ponto de vista intelectual, físico, moral, estético e técnico.

- Mudar o conteúdo e as tarefas da educação e instrução com base nas ciências e na técnica altamente desenvolvidas. A educação e a instrução devem ser fundadas na ciência e na cientificidade.

- Introduzir novos métodos aliados ao trabalho produtivo socialmente útil.

Destes princípios socialistas e do conhecimento da legislação internacional sobre os direitos humanos, emergiram os princípios fundamentais para a reformulação do Sistema de Educação e ensino na RPA que passamos a descrever: Unicidade (orientação, estrutura,

planos, programas, etc.), Gratuidade e obrigatoriedade do ensino de base. Laicidade da educação e instrução Fundamento e planificação da educação e instrução a partir dos valores científicos, técnicos, tecnológicos e culturais, nacionais e gerais, integração e coerência da educação e instrução com as necessidades da sociedade e do desenvolvimento integral universal da personalidade e maior participação do povo na educação e na instrução.

Com esta legislação sobre o ensino e a educação, abre-se uma nova era, na história de educação na República Popular de Angola já que o “rompimento com a cultura colonialista, o desenvolvimento de um sistema educacional voltado à valorização da cultura nacional, das ciências e técnicas nacionais; da democracia política e da justiça social” (Nguluve, 2010, p.55) dá uma nova identidade ao homem angolano. Por isso, os “objetivos imediatos do novo regime consistiram na «destruição» dos marcos do regime colonial, construção imediata de um novo país social, política e economicamente diferente, de forma a servir os milhares de angolanos, discriminados, explorados, excluídos, pelo regime colonial” (Vieira, 2007, p.91).

De realçar, que o alto índice de analfabetismo existente na sociedade Angolana nos anos pós-independência. Em 1975 estimativa aponta que de 85% da população angolana era analfabeta, e entre os alfabetizados poucos possuíam qualquer qualificação. Só uma minoria não significativa possuía formação profissional, (Revista novembro1976). Em resposta a este grave problema, o estado angolano lançou a campanha da alfabetização, a nível nacional, para reduzir o este índice analfabetismo. Criou a comissão nacional de alfabetização cuja missão foi incentivar e mobilizar esta tarefa, “através da transmissão dos conhecimentos e habilidades da escrita, leitura que são ferramentas indispensáveis para

a interiorização e manejo das leis (direitos e deveres pessoais e do estado para com a sociedade” (Nguluve, 2010, p.65).

A finalidade da campanha de alfabetização era resolver algumas carências de mão de obra qualificada e iniciar uma forma de educação popular baseada na experiência dos grandes movimentos de educação popular inspirados no modelo da pedagogia de libertação de alguns países da América Latina. E sabe-se que “a independência ou revolução se solidifica também, com um povo instruído (...). O agir político, económico e até mesmo quando se trata de defender direitos exige espaços de reflexão e acesso à informação” (Nguluve, 2010, p.65).

Frente ao desafio da escassez de espaços educativos, foi adotada uma resposta vital da utilização de outros espaços para as aulas, nomeadamente, as fábricas, os quartéis militares, as cooperativas agrícolas e os espaços comunitários nos bairros, para a alfabetização de adultos: O tempo dedicado à atividade de alfabetização é elemento impotente para a consciencialização da função da escola na formação dos cidadãos (Nguluve, 2010). O Estado angolano “procurou estimular as famílias a participarem nas atividades escolares dos filhos e na luta pela redução do analfabetismo, por meio da organização de salas de aulas” (Nguluve, 2010, p.60).

Depreende-se que a questão do envolvimento da família e da comunidade na organização da educação é uma das grandes apostas do Estado. Os princípios orientadores do sistema educativo da República Popular de Angola vão insistindo na responsabilização do povo para sentir a educação escolar como um bem tanto para si como para os seus filhos. Não está explícita modalidade de tal participação no processo educativo. Lukoki, citado por Vieira (2007) sublinha a pertinência da alfabetização e da responsabilização do povo que visse “a alfabetização, como tarefa prioritária da Educação é um ato político,

económico, social e cultural. É parte integrante das conquistas do nosso povo, (...) e é um ato que dignifica o homem angolano, de responsabilidade e de desenvolvimento do nosso país” (p.92).

Características do Sistema de Educação e Ensino de 1978

Para o Estado angolano a educação é um meio que permite elevar o nível de vida das populações. Para materializar seus objetivos de dignificação do homem angolano, “preocupou-se em criar um novo sistema de educação e ensino que não englobasse os signos da política educativa colonial” (Vieira 2007, p.103) Promulgando “1975 a lei nº4 /75 de 9 de dezembro que consagrava a nacionalização do ensino” (Henderson citado por Vieira, 2010, p.103). Os efeitos imediatos redundaram numa explosão do número de crianças inscritas na escola a partir do ano letivo 1976. “No ensino primário foram inscritos um total de 1026291, em 1977 de todas as províncias do país distribuídos nas várias classes. Pré-Primária 39,2 % correspondente a 402306 alunos; 1ª classe 29,0% cerca de 297624 alunos; 2ª classe 15,7% cerca de 161128 alunos; 3ª classe 9,3% cerca de 95445 alunos; 4ª classe 6,8% cerca de 69788 alunos” contra os 512942 no letivo 1973 (Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A., 1978, p.8). Infelizmente, os êxitos alcançados confrontaram-se com o grande problema da exiguidade de infraestruturas e a carência do corpo docente em número e em qualidade. Uma das notas características do novo Sistema de Educação e Ensino foi a ênfase na transmissão da ideologia política eleita pelo MPLA, partido no poder na República Popular de Angola que previa criar o “*homem Novo*”. E, estudar converte-se num dever Revolucionário.

Apesar de se projetar uma educação diferente da educação colonial, constata-se que a educação na primeira Reforma na R.P.A não foi apenas instrumento de emancipação do

povo. Se no período colonial a educação e ensino foi instrumento de reprodução das relações de subordinação e dominação. Na R.P.A, a educação desempenhou a função da legitimação e promoção do MPLA ao incutir nos novos cidadãos os objetivos e cultura que defendia e transformar a escola numa “base revolucionária forte onde se forje um homem novo já que estudar é dever revolucionário” (Vieira, 2007, p. 105). Segundo Nguluve (2010) “pensar sobre o ensino representa não apenas uma preocupação com o saber ler e escrever, mas pensar numa questão maior que, concerne ao entendimento do espaço sociopolítico, económico e cultural, das regras de convivência social, de praxis política e suas relações em sociedade” (2010, p.66).

A lei n.º 7/75 de 9 de dezembro consagrou o princípio da nacionalização do Ensino, revelando “a intenção do governo de Angola exercer a sua autoridade controlando todos os níveis de Ensino” (Henderson, citado por Vieira, 2007, p.103). A nacionalização do sistema de ensino teve o conseqüente confisco das estruturas educativas que anteriormente pertenceram às igrejas com a finalidade de transformar a escola nessa base revolucionária tão desejada para o triunfo da revolução. Por isso, procurou “fazer do sistema de educação um instrumento do Estado, [...] promovendo no seio da sociedade angolana uma educação virada para o povo e uma forma de implementação da educação para todos” (Vieira, 2007, p.104).

A escola que, no período colonial, fora vista como inapropriado para enviar os filhos, a partir de então, converteu-se num novo contexto de socialização e de aquisição de saberes para todas as crianças, sem distinção, um espaço social aberto a toda a comunidade designando-a «Escola do povo». Lia-se assim nos manuais de língua portuguesa e nas capas dos manuais das diversas disciplinas. Em todas as atividades extracurriculares usava-se como palavra de ordem: «Estudar é um dever Revolucionário» e «a escola é do povo».

Efetivamente, os instrumentos de organização da educação e ensino convergem para o triunfo da revolução. A título ilustrativo deste facto veja o que diz Vieira, (2007) “os manuais escolares das diversas disciplinas abordavam nos seus conteúdos valores como «amor à pátria», «fidelidade aos objetivos da revolução» e da construção do socialismo [...]. Trazem estampados no exterior cores amarelo e vermelho que representam, a bandeira do MPLA e da R.P.A e transmitir nos seus conteúdos valores ideológicos enaltecendo os combatentes heróis do MPLA. “Os valores transmitidos pela nova escola angolana, não deixam de ter analogia com os valores veiculados nas escolas de massas, cujo objetivo é criar valores de interesse estatal e nacional, havendo necessidade de transmissão de valores da nação adaptados ao currículo” (Vieira, 2007, p.111).

A materialização da meta de construir o «homem Novo» *“imbuído de uma consciência moral revolucionária, capaz de compreender e conceber cientificamente o mundo e a sociedade”* (Vieira, 2007, p.107), passa pela recuperação das tradições, valores e crenças angolanas destruídas pelo regime colonialista. O 1º Congresso do MPLA realizado em 1977 definiu os seguintes objetivos:

- Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a base da ideologia Marxista-Leninista.
- Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais para que todo o povo possa participar na construção da nova sociedade.
- Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais.
- Desenvolver o amor ao estudo, ao trabalho coletivo e o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano.
- Desenvolver a unidade nacional.

- Garantir o desenvolvimento económico e social e elevar o nível de vida da população.

O papel do professor, no novo modelo de educação escolar, saído da reforma, é encarado como fator fundamental no processo de mudança social e na criação do «homem novo», considerando-o «Combatente da Linha da Frente», oleiro da sociedade socialista. (Vieira, 2007). Está de maneira implícita a conceção da escola como Comunidade Educativa, na qual todas as partes (os professores, os alunos e os encarregados de educação) têm a sua função a desempenhar. Tanto o professor como o aluno participam no projeto de mudança social. *“O professor é tido como revolucionário pela ação de ensinar. O aluno é um revolucionário pela ação de escolarizado”* (Vieira, 2007, p.112). Os pais são revolucionários ao assumirem a responsabilidade da formação das novas gerações.

Alguns traços do Sistema de Educação da 1ª Reforma

- 1) Estrutura: O Sistema educativo da reforma de 1978 estava constituído por três subsistemas: o subsistema do ensino de base, o subsistema do ensino secundário e subsistema do ensino superior.
- 2) O modelo de organização escolar: é elitista e centralizado e de estrutura piramidal. Todos os setores funcionam sob dependência vertical regida sob a orientação do estado-educador no qual “a instrução pública é sua competência direta (Programa Maior do MPLA, citado por Nguluve, 2010, p. 163 e Ngaba, 2012, p. 139).
- 3) Currículo: os programas e a calendarização estavam padronizados para todo o país, sem ter em conta as particularidades de cada região do território ou dos estudantes. As disciplinas estavam adaptadas a realidade e às necessidades de Angola. Foram introduzidas as disciplinas com pendor marxista-leninista e ideais nacionalistas.

4) A função da escola no contexto da Reforma do Sistema Educativo consiste em colocar a educação ao serviço dos interesses revolucionários e velar pela implantação do socialismo, “lutando contra a alienação colonial, formar os quadros e promover a unidade nacional” (Vieira, 2007, p. 172).

Difundir a ideologia socialista comunista;

Manter a unidade nacional e opor toda a tentativa de dividir o povo angolano. Para Neto, (citado por Vieira, 2007) Unidade significa igualdade de raças, tribos, e trabalho conjunto, de forma a chegar ao nível desejável.

Limitações da 1ª Reforma do Sistema Educativo

A excessiva centralização da gestão e organização dificultou o desenvolvimento de uma educação e ensino proporcional às necessidades concretas de cada província ou região (a língua, as condições geográficas, a cultura local) que influenciam algumas formas particulares de concepção da vida.

Ora, este procedimento contradiz a meta transformar a escola espaço do povo sustentado nas finalidades da reforma de 1978, visto que a família foi reduzida ao estatuto de mera consumidora das decisões, superiormente tomadas.

O facto é agravado pela cultura de submissão herdada, não só do exercício de cidadania passivo característico de um estado de providência, como também da linha ideológica escolhida pelo Estado angolano, que não permite a liberdade de opinião e de escolha. A situação de analfabetismo e pobreza em que se encontra maior parte da população (encarregados de educação) não permite dedicar tempo suficiente à reflexão profunda criativa e crítica.

Percebe-se a razão desta atitude dos encarregados de educação. Pois foram quatro décadas que Angola não conheceu outra realidade, senão a guerra dividida em três fases: a primeira do movimento de Luta armada para a conquista da Independência nacional. A segunda a guerra civil desencadeada em 1976 a 1991 com a intervenção das forças estrangeiras. E terceira a guerra civil caracterizada pela disputa da extensão da administração do estado de cada uma das partes envolvidas no conflito. “Angola terá sido [...] um dos países com maior memória de guerra na história do nacionalismo africano que ocorreu desde o 4 de fevereiro de 1961 data do início da luta contra o regime colonial português a 4 de abril de 2002, da do início do Protocolo de Entendimento entre o Governo da República de Angola e UNITA” (Zau, 2009, p. 218).

As Crueldades decorrentes do conflito militar tiveram reflexos negativos não só no sistema da educação materializadas na fuga dos profissionais para zonas seguras no litoral do país ou no estrangeiro, a destruição das Infraestruturas e desestruturação das famílias de onde provêm os alunos que são o objeto do trabalho das escolas. Como também suprimiu o exercício da cidadania ativa do povo criando um clima de insegurança e medo de intervir e pronunciar-se.

A situação de instabilidade que se viveu em Angola teve como consequência a definição das prioridades políticas e estratégicas que marginalizaram completamente a política de educação caracterizada pela existência de um ministério de educação inoperante, como estrutura, esvaziado de políticas, de técnicas e de dinâmica consequente de uma reduzida fatia de orçamento em detrimento das despesas para a guerra. Efetivamente, a palavra de ordem em todos atos públicos é «Defesa, Produção e Estudo».

“ [...] apesar das campanhas de alfabetização de alto perfil realizadas em finais dos anos 1970 e os iniciais esforços concreta dos para solucionar o problema da elevada taxa de

analfabetismo com resultado das práticas coloniais, o êxito inicial de altos números de matrículas foram dramaticamente reduzidos nos anos 1980 e 1990 devido a guerra e falta de infraestruturas, de pessoal qualificado, e ao muito limitado financiamento durante este período. O sistema de ensino primário e secundário funcionava irregularmente em partes do país devidos [...] aos momentos de recrudescimento do conflito” (OCISA, 2010, p.54).

A Reforma Educativa de 1977, ambiciosamente concebida, apresentou fraquezas, segundo os dados do diagnóstico, realizado Ministério da Educação, em 1986:

- Indeterminação do nível de conhecimentos que um aluno devia apresentar ao concluir o ensino de base;
- Diferença abismal entre o número de horas estipulado nos programas e o tempo real disponível para ministrar as aulas;
- Grande ambição dos conteúdos de ensino confrontado com as condições concretas do país;
- Falta de critérios que definam no programa como documento obrigatório;
- Elevada taxa de desistência e alto índice de repetência;
- A fuga dos quadros docentes devido ao serviço militar obrigatório, à baixa remuneração salarial e às péssimas condições sociais.
- Entrega da responsabilidade do ensino nos II e III níveis aos professores estrangeiros sem domínio da língua oficial de Angola;
- Inexistência de um sistema harmonioso da rede escolar e as poucas existentes não agradam a procura na época pós-independência (INIDE, 2009).

1. A divisão da estrutura do ensino básico em três ciclos que compreendem quatro anos na primária, dois no II nível e dois no III nível. Esta distribuição foi avaliada e

revelou estar relacionado com o insucesso por “proporcionar em tempo insuficiente, do ponto de vista pedagógico para o ensino básico credível” (Ngaba, 2012: 151).

2. A falta de comunicação entre as escolas e a hierarquia do órgão de tutela que impedia a chegada ao tempo das orientações emanadas pelos órgãos superiores. Os relatórios elaborados pela escola, para os órgãos superiores constituíam fator do fraco nível de eficácia do sistema educativo (MED citado por Ngaba, 2012).

3. A carência de quadros levou à nomeação de pessoas não capacitadas o exercício de cargos de alta responsabilidade. Isto dificultou a planificação, a organização e o controlo das atividades escolares.

4. Infraestruturas da rede escolar concentradas nas zonas urbanas, discriminariamente distribuídas. A guerra foi também um grande fator de impedimento na distribuição da rede escolar quer pela destruição quer pela insegurança social que originou a concentração massiva nas cidades e o baixo aproveitamento dos alunos decorrente da alta taxa de repetência.

5. A redução dos tempos letivos de cinco a três horas e distribuídos em três turnos. Este regime vigora até hoje na nova era da 2ª reforma.

6. Os baixos orçamentos destinados ao setor da educação diminuíram também a qualidade do ensino.

As debilidades da tarefa educativa da Angola no período 1978-1990 instalaram o fenómeno da corrupção a ponto de se converter uma nota “característica do setor nos anos 1990, porque os profissionais de educação também recorriam a ela para complementar os seus limitados créditos” (OCISA, 2010, p.55).

“ [...] Em muitas escolas estatais [...] do país, assiste-se ao problema generalizado da corrupção. Alguns professores vendem provas a alunos antes da realização das mesmas

ou atribuem valores ou notas em função do lhes tiverem pago. [...] as escolas menos afetadas por esse mal corrosivo são as escolas católicas, [...] de uma liderança centralizada, por vezes demasiado rígida, atitudes motivadas pelo intuito de fazer com que estas instituições sejam poupadas deste grave fenómeno que enferma um grande número de escolas em Angola e hipoteca o futuro das novas gerações” (Gonçalves, 2010, p.207).

Os resultados desta prática incongruente são evidentes: os alunos avançam para os níveis seguintes do ensino sem competência, ou vão reprovando tantas vezes quantas acontecer, porque o processo de ensino/aprendizagem e de avaliação não ocorrem em moldes normais. Esta realidade insatisfaz os encarregados de educação, e diminui a credibilidade no trabalho da educação e ensino escolar, sobretudo das escolas públicas.

Mudanças Sociais Globais e a Reorganização Educativa Em Angola

A viragem na história da educação em Angola foi favorecida também pela mudança operada a nível da história mundial. A queda do muro de Berlim em 1989, símbolo do fim da tensão política existente entre a União Soviética e os Estados Unidos de América. A transição de um sistema socialista onde não se exigia dos funcionários grande criatividade para um sistema mais liberal, onde há espaço para a responsabilização e se exige empenho e envolvimento.

A revisão da Constituição consequência da Lei n.º 12/91 sobre a implementação do Plano Nacional de estabilização Macroeconómica e liberalização da economia. Com advento da democracia, várias leis foram promulgadas. Entre as quais se destacam: o decreto executivo n.º 46/91 de 16 de agosto que ordena o início do processo de cooperação entre o Estado Angolano e as Igrejas na organização e oferta dos serviços sociais; a lei n.º 18/91 de 18 de maio que concede às pessoas singulares e coletivas a possibilidade de abrirem estabelecimentos de ensino, após o licenciamento e sob controlo do Estado; o

decreto n.º 21/91 artigo 2º apontando vias e formas de participação da sociedade civil no ensino e na educação.

Ora, os novos instrumentos legais impuseram novas finalidades à educação e emergiram novas tipologias de escolas em Angola tais como:

- Formar cidadãos angolanos em geral e a nova geração em particular, desenvolvendo a consciência na força criativa do homem e na atividade material com vista a edificação de relações sociais justas e democráticas;

- Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, estéticas, laborais e morais da nova geração de forma contínua e sistemática, e elevar o nível científico, técnico e tecnológico de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país;

- Promover o desenvolvimento da consciência social, o respeito pelos valores tradicionais e pela dignidade da pessoa humana, fortificando a unidade nacional, a fraternidade e a igualdade, a democracia, o amor à pátria e aos seus símbolos, defendendo de forma intransigente a independência nacional;

- Fomentar, estimular e desenvolver uma atitude de intransigência, face a todas as normas de convivência social;

- Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos” (Zau, 2010, p.220).

Tipologias de Escolas

À luz do decreto 21/91, surgiram na sociedade angolana diferentes tipos de escolas: escolas espontâneas, antigas salas de explicação, escolas da Igreja Católica, os colégios externatos e as escolas das ONG's.

1. As escolas espontâneas estavam ligadas às Igrejas protestantes que atendiam comunidades de deslocados das zonas rurais para as cidades. Dada a dinâmica de organização social das aldeias, as populações solicitam aos líderes das Igrejas para resolver seus problemas de educação já que o acesso de todos à escola pública era impossível. Normalmente essas salas de aula foram construídas junto do templo, denominadas salas anexas. Este tipo de escolas é privado, os alunos contribuem com uma mensalidade que permite pagar os professores recrutados entre as famílias, em alguns casos ainda estudantes de escolas de formação técnico profissional. *“Muitas destas escolas aceitaram receber alunos e alunas com idades muito superiores às adequadas aos níveis de aprendizagem que necessitam frequentar. Estes alunos não tiveram acesso na escola pública, tendo-se candidatado ano após ano”* (Ferreira, 2005, p.10).

2. As antigas salas de explicações são escolinhas frequentadas por crianças que não tinham acesso à escola como forma de ter acesso à educação formal.

3. As escolas da Igreja Católica são escolas parceiras do Estado angolano, que surgiram para ajudar a resolver o grande desafio da educação. Sendo uma instituição de reconhecida credibilidade, apresenta-se com capacidade de aceitação pública. Dada a afluência de gente que procura os serviços educativos desta instituição educativa, as escolas da Igreja Católica continuam a realizar testes de seleção para o ingresso às escolas. No entanto, este procedimento evoca os procedimentos antigos levados ao cabo

pela escola no período colonial, quando a Igreja católica tinha sob sua responsabilidade a educação e ensino em Angola.

4. Os colégios externatos são projetos de ensino com qualidade suficiente que atendem alunos da classe-estado e aos quadros estrangeiros, de empresas multinacionais que operam no território angolano. Estas escolas apresentam melhores condições físicas e pedagógicas. Registam grande afluência de alunos de formas que em alguns casos os pais recorrem às mesmas estratégias que a pequena burguesia age nas escolas públicas, comprando uma vaga a um dos professores. Ora, a prática de cedência de vaga aos professores é uma cultura levada a cabo quer pelas escolas privados como pelas escolas públicas.

5. As escolas pertencentes às ONG's destaca-a aquelas que promovem a construção de escolas e posteriormente as entregam ao ministério da Educação. Por exemplo a ADPP (Ajuda ao Desenvolvimento do Povo para Povo).

A Reforma do Sistema de Educação de 2001

As condições específicas em que Angola se apresenta no sistema Mundo, transformado humanitário, suscitaram grande interesse da comunidade internacional. Por isso, as missões de observação, de investigação e a implementação de atividades de formação vão desde a capacitação dos recursos humanos, a construção de edifícios destinados à educação até a proposta de reformar o sistema de Educação. O estímulo das instituições internacionais, à “uma Reforma do Sistema Educativo que aponta para os modelos europeus, particularmente o modelo de Reforma do Sistema Educativo Português, mesmo a nível do faseamento da sua implementação, com evidentes preocupações de experimentação” (Ferreira, 2005, p.109).

As mudanças sociais em curso desde a década de 90 eram advento de uma nova posição na comunidade internacional. Angola na dinâmica das relações internacionais é membro das nações unidas, pertence à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), à União Africana... A manutenção de tais relações implica procurar estratégias para adequar a formação dos novos cidadãos ao nível das exigências do modo de vida e meios de produção da sociedade contemporânea.

A nova Reforma Educativa surge num momento crucial e significativo da história internacional e nacional, no limiar da época de globalização em que o sistema educativo de um país é subsistema do inteiro sistema de uma dada sociedade, por isso, muitas das situações que vivem os sistemas educativos são resultado da conjuntura global de uma determinada sociedade (Gonçalves, 2012). O Artigo 2º, § 1, reforça este funcionamento sistémico da educação e ensino nos seguintes termos. “Considerando a vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do Sistema Educativo; Considerando [...] as mudanças profundas do sistema socioeconómico, nomeadamente a transição da economia de orientação socialista para uma economia de mercado, sugerem uma readaptação do Sistema Educativo, com vista a responder às novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso socioeconómico da sociedade angolana” (INIDE, 2009, p.41).

Fatores Impeliram a 2ª Reforma do Sistema educativo Angolano

1- O estado da educação resultante do diagnóstico realizado sobre os efeitos da educação do sistema implementado em 1978, que terminou apontando “vários aspetos

negativos, concernentes ao fraco aproveitamento escolar dos alunos nos diferentes níveis e localidades do país e o pouco preparo dos docentes que atuavam nas escolas” (Nguluve, 2010, p.95).

- 2- As distorções dos principais dispositivos dos sistemas de educação decorrente da guerra “os currículos, o processo de ensino e aprendizagem, o corpo docente e discente, administração e gestão e recursos materiais” (MED, citado por Nguluve, 2010, p.95).
- 3- O surgimento do multipartidarismo, com a assinatura dos acordos de paz que impunha a necessidade de educar para a “tolerância, unidade nacional, inserir os princípios de democracia, liberdade política e cultural no sistema educacional” (Nguluve, 2010, p.95).
- 4- A necessidade de implementar o plano nacional de educação para todos, decorrente do fórum mundial de educação para todos realizados em Dakar em 2000, no qual Angola comprometeu-se aplicar.

Objetivos da 2ª Reforma de 2001

A avaliação apontou a urgência de conceber uma nova estrutura do Sistema de educação, capaz de sanear as anomalias registadas. Os objetivos da 2.ª Reforma de 2001 foram os seguintes:

1. Adequar o ensino às exigências da sociedade angolana para o desenvolvimento humano sustentável;
2. Proporcionar o acesso à educação de qualidade para todos eliminando as disparidades das taxas de matrícula e do aproveitamento escolar.
3. Estruturar o ensino primário em seis classes (da 1ª à sexta classe) e manter a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, conforme o previsto na 1ª Reforma de 1978;

4. Instituir o ensino privado, devolvendo as instituições aos privados e sobretudo às Igrejas. Tendo em conta a liberalização do mercado, decorrente da transição da economia de orientação socialista para a economia de mercado.

5. Dividir o sistema de educação em cinco subsistemas: Subsistema do ensino Pré-Escolar, Subsistema do ensino geral ou regular, Subsistema do ensino Técnico-profissional, Subsistema de formação dos professores e subsistema de educação de adultos.

6. Descentralizar o poder, reduzir às políticas e as questões administrativas e de gestão do sistema dos estabelecimentos de ensino. Não obstante o projeto de descentralização, continua sendo “responsabilidade da estrutura central orientar metodologicamente, controlar, acompanhar, estabelecer normas e elaboração dos programas de ensino. A organização funcional está padronizada” (Ngaba, 2012, p.161). A descentralização fica reduzida à delegação aos governos provinciais as atividades concernentes à “construção, reabilitação, manutenção e apetrechamento das instalações escolares, bem como o recrutamento e colocação do pessoal docente e não docente nas escolas” (MED, citado por Ngaba, 2012, p.162). Na prática, as estruturas do sistema educativo sob dependência vertical cujo topo está o ministro e o diretor é reduzido a um simples executor das orientações emanadas superiormente. Há abertura à iniciativa privada na educação. No entanto, o estado controla, vela pelas políticas e organiza. Cf. Protocolo de cooperação Governo/CEAST.

No domínio de aprendizagem e ensino, a Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001, prevê: 1º Expandir a rede escolar concretizando o princípio da universalização do ensino da iniciação e do ensino primário que passa a ser constituído por seis (6) classes; 2º Melhorar a Qualidade de Ensino; 3º Reforçar a eficácia do Sistema de Educação (INIDE, 2009).

Contrariamente ao que aconteceu na primeira Reforma em 1978, na 2ª nota-se a percepção de que a educação é tarefa complexa e exige responsabilidade do estado e a participação de diferentes atores sociais. A Constituição da República de Angola expressa-o no artigo 21º ao referir as tarefas fundamentais do Estado “criar progressivamente condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos. Promover políticas que asseguram o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito [...]” (Constituição da República de Angola. n.º 21ºc) e g), 2010).

Sobre a participação da sociedade no processo de educação e ensino das novas gerações a Constituição diz:

“A proteção dos direitos da criança, nomeadamente, a sua educação integral e harmoniosa, a proteção da saúde, condições de vida e ensino, constituem prioridade da família, do Estado e da sociedade. O Estado, com a colaboração da família e da sociedade, promove o desenvolvimento harmonioso e integral dos jovens, adolescentes, bem como a criação de condições para a efetivação dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais e estimula as organizações juvenis para a prossecução de fins económicos, culturais, artísticos, recreativos, desportivos, ambientais, científicos, educacionais, patrióticos e de intercâmbio juvenil internacional” (Constituição da República de Angola, 35º 6 e 7, 2010, p.16).

A Lei de Bases do Sistema de Educação no artigo 2º esclarece o expresso na constituição da República: “O Sistema de Educação desenvolve-se em todo o território nacional e a definição da sua política é da exclusiva competência do Estado, cabendo ao Ministério da Educação e Cultura a coordenação” (Lei 13/2001, p. 42). Sobre a participação de outros agentes sociais o Artigo 2º §3 diz que “as iniciativas de educação

podem pertencer ao poder central e local do Estado ou a outras pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, competindo ao Ministério da Educação e Cultura a definição das normas gerais de educação, nomeadamente, os seus aspetos pedagógicos e androgénicos, técnicos, de apoio e fiscalização do seu cumprimento e aplicação” (Lei 13/2001, p 42).

O Currículo

O Currículo da 1ª Reforma do sistema educativo estava profundamente marcado pela “orientação político-ideológica. Com a mudança do clima político foi preciso mudar os programas escolares, adaptando-os à atual situação socioeconómica do país” (Ngaba, 2012, p.163). Foram retiradas as disciplinas de cunho socialista marxista tais como: marxismo-leninismo, economia política, filosofia marxista e ciências sociais. Em seu lugar foram recuperadas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Formação de Atitudes Integradas e incluídas as línguas nacionais como recurso educativo, sobretudo no ensino primário.

Note-se a persistência do modelo centralizado, mesmo depois da viragem da linha de orientação político-económica em curso no país. Pois os planos de estudo e os programas são de cumprimento nacional obrigatório. “O currículo é nacional, uniforme e padronizado. A elaboração dos manuais é da responsabilidade do Ministério da Educação” (Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001, citado por Ngaba, 2012, p. 164).

Organização Administração e Gestão da escola

O modelo de Organização Administração e Gestão emerge de uma escola situada numa sociedade angolana carregada de dramas resultantes da guerra tais como: a

destruição dos valores humanos, morais, e culturais. As crianças, os jovens e os adultos aprenderam a fazer a guerra e a não respeitar os direitos humanos.

Neste contexto, a escola assume-se como uma das instituições capaz de “educar as pessoas para a cidadania e resgate dos valores culturais do país, assentes na solidariedade, convivência, fraterna, tolerância e paz” (Ngaba, 202, p. 164).

Reconstruir o país através do desenvolvimento do capital humano. “Formar quadros capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país” (MED, citado por Ngaba, 2012, p. 165).

Angola é país vulnerável quer pela localização no continente africano como pela imigração massiva que vai registando, é suscetível de ser fustigada por diversas epidemias. Assim a nova lei do sistema educativo outorga à escola a função de em parceria com outros setores envolver-se no programa de luta contra, o VIH/SIDA mediante atividade escolares que promovam a prevenção. Como se pode ver foi eliminada a função da propagação ideológica.

Em consequência desta grande abertura do Estado angolano, surge no país o ensino privado e o participativo que se transformaram em aliados importantes do ministério da Educação na procura de soluções inerentes à concretização do princípio de ampliação do acesso á escolaridade que se vai realizando gradualmente por todo o país. As escolas de educação e ensino participativo foram implementadas em 1992 através do Decreto n.º 21/91. Inicialmente, o Ministério arrancou com 6 salas no primeiro ano. Até há seis anos evoluíram para 368 estabelecimentos correspondente a um total de 3000 salas de aulas, um efetivo 8223 docentes para 153940 alunos (INIDE, 2009). As escolas participativas e de convénio gozam de muita reputação da parte da sociedade e para o Estado angolano são um parceiro indispensável para “ajudar a sanar as lacunas que ainda persistem na

cobertura do ensino no país, tendo como parceiros as igrejas e as organizações da sociedade civil, que também desenvolvem atividades educativas” (INIDE, 2009, p. 19). Grande percentagem dessas escolas são geridas pela Igreja Católica. Talvez este dado seja mais uma das razões da preferência em matricular os educandos, nas escolas de convênio sob gestão das instituições confessionais.

Função da Escola

A escola é uma instituição social que tem a missão de realizar os objetivos educativos da sociedade. Segundo Libâneo (2013), é uma “unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo” (p. 31). Hoje, a escola é considerada instituição educativa que tem a missão de transmitir, de forma maciça e eficaz, saberes e saber -fazer evolutivos e adaptados à civilização cognitiva (Delors, 2012). Por isso, fornece aos novos cidadãos crianças e adultos, as bases culturais que lhes permite decifrar as mudanças em curso na sociedade contemporânea. Quer isto dizer que proporciona a capacidade de realizar uma seleção na massa de informações, para melhor decifrar e recompor os acontecimentos inscritos numa história de conjunto.

Sendo a escola uma instituição socioeducativa, que recolhendo outras experiências educativas documentais e não formais tem a meta de formar cidadãos mais preparados e qualificados para o novo tempo, contribuindo para:

- Formar indivíduos capazes de pensar e aprender sempre;
- Promover a formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, preparação tecnológica e desenvolvimento de Atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico- comunicacional.

- Desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autónomo, consciente e crítico da cidadania;

- Formar cidadãos éticos e solidários (Libâneo, 2013).

A escola pelo trabalho educativo abona às crianças, o mais cedo possível passaporte para a vida que leva a compreender melhor a si mesmos aos outros e, assim, participar da obra coletiva da vida em sociedade (Delors, 2012).

Os quatro saberes indispensáveis preveem uma formação integral dos novos cidadãos para o séc. XXI que bem trabalhados contribuem para a realização do ser humano e contribuem poderosamente para a construção de uma sociedade pacífica e equilibradamente desenvolvida. O conhecer a partir da aquisição dos instrumentos da compreensão. O aprender a fazer para poder agir sobre o meio envolvente; o aprender a viver juntos para cooperar com os outros em todas as atividades humanas; aprender a ser, desenvolver a personalidade e estar em altura de gerir com capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal (Delors, 2012).

A Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001 propõe-se trabalhar em parceria com a família na busca de melhoria da qualidade de ensino/aprendizagem.

1.2.4. Modelos de Organização e a Construção da Comunidade Educativa

Modelos de Organização da Escola

Organização defini-se como “o conjunto de condições, e de meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p. 412).

A escola é uma organização que tanto os seus objetivos e resultados, quanto os seus processos e meios, estão relacionados com a formação humana. O eixo da instituição escolar é a qualidade dos processos de ensino/aprendizagem que mediante os procedimentos pedagógico-didáticos, propiciam melhores resultados de aprendizagem. “As inovações de gestão são “de pouca valia [...] se os alunos continuam a apresentar baixo rendimento escolar e as aprendizagens não são consolidadas” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p. 420).

Existem vários modelos de organização inspirados na experiência administrativa em geral e os seus objetivos orientam-se “para a educação e formação das pessoas; seu processo de trabalho tem natureza eminentemente interativo, com forte presença das relações interpessoais [...] os resultados do processo educativo são de natureza muito mais qualitativa que quantitativa. Os alunos são ao mesmo tempo usuários de um serviço e membros da organização escolar” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p. 435).

Aplicação de modelos de organização varia em função das finalidades políticas, sociais da educação em relação a sociedade e a formação dos alunos. Não existe modelo ideal. A natureza das “instituições escolares, por prevalecer nelas o elemento humano, precisam ser democraticamente administradas, de modo que todos os integrantes canalizem

esforços para a realização de objetivos educacionais, acentuando-se a necessidade da gestão participativa e de participação” (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2013, p. 412).

Teoria Organizacional Clássica

A Teoria Organizacional Clássica subdivide-se em teoria clássica de administração científica e teoria neoclássica de administração. A enfatizar a divisão social do trabalho, e a separação entre trabalho de concepção do trabalho de execução” (Silva, 2003, p. 74), contribui para análise do trabalho na escola.

As teorias clássicas aplicadas à gestão da organização escola apresentam:

- 1) Preocupação pela educação e instrução dos operários evidenciados nas seguintes expressões. *“Educar, instruir e conduzir os operários”* (Taylor, citado por Teixeira, 1995, p. 17). A aposta na formação de cada homem até alcançar maior eficiência e prosperidade conforma-se com a superação rumo à qualificação dos funcionários docentes e não docentes.
- 2) O desempenho na execução das tarefas proporciona o alcance de bons resultados na escola.
- 3) A formação permanente dos professores em cada início do ano letivo. O estudo de tempos e movimentos de calendário escolar (Teixeira, 1995).

Para Libâneo, Ferreira e Toschi, (2013) este modelo é considerado técnico-científico no qual o procedimento de gestão enfatiza a visão burocrática e tecnicista da escola. *“A direção é centralizada, as decisões são verticais e o cumprimento do plano é previamente elaborado”* (p.213). As escolas que adotam este modelo de organização dão grande importância ao organograma de cargos e funções, hierarquia de funções normas e regulamento, centralização de decisões e o grau de participação das pessoas

nos planos de ação consiste na execução das ações superiormente elaboradas. A tendência da gestão na praxis angolana atua desde esta perspetiva.

Teoria Organizacional Estruturalista (Burocrática)

Aplicada à organização educacional, clarifica a burocracia escolar ao acentuar a “importância das normas abstratas e das estruturas formais, os processos de planeamento e da tomada de decisões, a consistência dos objetivos e das tecnologias, a estabilidade, o consenso e o carácter preditivo das ações organizacionais” (Lima, citado por Silva, 2003, p.75). Um olhar ao modelo atual das escolas permite identificar três aspetos visíveis do estruturalismo: nas regras estabelecidas, centralmente, nos processos de avaliação dos alunos, no currículo da escola definido, superiormente e de modo uniforme, para todas as escolas, todas as turmas e todo o país (Teixeira, 1995).

Teorias Organizacionais das Relações Humanas

Estas teorias baseadas nas relações humanas dão ênfase às motivações, são fator indispensável para o bom funcionamento das organizações e justificam que as condições de trabalho, os modos de participação e os tipos de recompensa decisivos para o êxito da organização escolar.

Na escola atual do sec. XXI, ainda se sente implicação desta teoria, nomeadamente nas expressões de “escola democrática e educação para a cidadania [...] que continuam a ser uma das promessas de escola moderna, ainda por cumprir” (Silva, 2003, p.74). Os diversos modelos de administração assentes na teoria de relações humanas nomeadamente, as teorias humanistas da educação e a pedagogia de Dewey, defendem a educação

personalizada, e concebem a escola como comunidade educativa na qual, a coexistência entre os trabalhadores docentes e não docentes.

De notar que o currículo oculto que subjaz a gestão da escola inspirada no modelo humanista, leva todos os intervenientes a governar-se por uma cultura que leva a adotarem os mesmos padrões comportamentais. O processo de ensino/aprendizagem transita do ensino centrado nos programas para um ensino centrado na aprendizagem dos alunos.

O modelo de gestão denominado interpretativo que inspirado na teoria de relações humanas, opõe-se ao modelo Técnico-científico. “O modelo interpretativo encara a escola como uma realidade social baseada na experiência subjetiva e nas interações sociais. Privilegiando a ação organizadora com valores e práticas compartilhadas. Assim, a ação organizadora valoriza muito as interpretações, os valores, as perceções e os significados subjetivos destacando o carácter humano suplantando o carácter formal, estrutural, normativo” (Libâneo, Ferreira e Toschi, (2013, p.449).

Teorias Organizacionais Marxistas

Os modelos políticos ao serem aplicados à organização educacional rompem com conceção tradicional da escola autoritária, centrada no poder exclusivo dos professores e juntam-se ao movimento da educação para a democracia defendida por Dewey enraizada na classe cooperativa e na corrente da educação pelo trabalho (Silva, 2003).

Libâneo, referindo-se às análises do modelo organizacional da escola de Nóvoa na década de 1960-1970, sustenta que, a escola em vez de ser “culpabilizada pela discriminação e inclusão dos alunos provenientes das camadas populares”. “Poderia ser um meio de elevação cultural, para a formação da cidadania e de desenvolvimento do conhecimento e da capacidade de enfrentar as condições adversas da vida” (Libâneo, 2008,

p.30). A escola segundo esta perspectiva é entendida como “lugar de intercruzamento das culturas” (Libâneo, 2008, p.30).

Teorias Organizacionais Neomarxistas

As Teorias Organizacionais Neomarxistas fundamentam-se nos modelos culturais de organização. A tese central é a organização e o seu ambiente cultural. Para estes modelos, “a organização nasce de uma determinada cultura e está condicionada por uma cultura própria” (Silva, 2003, p.76).

Aplicando estes modelos à organização escolar, permitem conceber “as escolas em três dimensões fundamentais: a escola como transmissora da cultura, a escola como redutora da cultura e escola como produtora da cultura e instrumento de emancipação (Silva, 2003, p.76).

Crê-se que uma das características das organizações escolares é a cultura organizacional compreendida como “lugar de construção e reconstrução da cultura científica, social, das mídias, dos alunos e da cultura da própria escola”, (Libâneo, 2008, p.32).

Teorias organizacionais Sistémicas

Apropriando-se da essência do conceito de sistema, tomado da biologia, designam as dinâmicas organizacionais. Por exemplo: “Sistema educativo, macro, micro e mesos sistema, sistema político, processo sistémico” (Silva, 2003, p.77). No campo educacional os modelos sistémicos possuem uma grande importância na medida em que permitem visualizar a escola como “um sistema aberto que produz com eficiência, racionalidade e eficácia, em interação com outros sistemas” (Silva: 2003, p. 78).

A escola como sistema possui uma cultura e clima organizacional aberto, e presta atenção às necessidades do meio social em que está inserida através do diálogo constante com a comunidade ao mesmo tempo que executa os objetivos superiormente definidos, tendo em a colaboração dos atores que nela funcionam.

Os modelos democráticos participativos inspiram-se na relação sistémica entre a direção e a participação dos membros da equipa. Sublinham a “importância na busca de objetivos comuns assumidos por todos” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.449). As características dos modelos democráticos participativos resumem-se à “definição, por parte da equipe escolar, de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola; Articulação da direção da escola Com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com a ela; Qualificação e competência profissional; Busca de objetivos no trato das questões da organização e da gestão, mediante a coleta de informações reais; Acompanhamento e avaliação sistemática com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação de rumos e ações, tomada de decisões. Todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados; Ênfase tanto nas tarefas quanto nas relações” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.449).

A participação assegura a gestão democrática e facilita o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Proporcionando o conhecimento mais apurado dos objetivos e metas da escola, sua estrutura organizacional, suas relações com a comunidade, e torna favorável a aproximação entre os professores, alunos e pais.

Segundo Libâneo, Ferreira e Toschi, (2013), participação na é sinónima de “intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola” (p.451) e pode ser de carácter interna, isto é, um meio de conquista da autonomia

da escola, dos professores, dos alunos, e constitui um elemento pedagógico, curricular; organizacional, um ingrediente característico dos objetivos da escola, que a transforma em um lugar “de aprendizado dos conhecimentos, de capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas e estéticas e também de formação para a participação na vida social, econômica e cultural” (Libâneo, 2013, p.451). A escola, neste caso é uma comunidade democrática de aprendizagem.

O nível de participação é de caráter externo é aquele em que “os profissionais da escola, os alunos e os pais compartilham, certos processos de tomada de decisão.” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.253). Este exercício transforma a escola de um lugar fechado e separado da realidade ao Status de comunidade educativa que, interage com a sociedade civil. Com a participação nos “órgãos deliberativos da escola, pais, professores e alunos, vão aprendendo sentir-se responsáveis pelas decisões que afetam o âmbito amplo da sociedade” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.253), e torna possível o conhecimento e a avaliação da qualidade dos serviços oferecidos e a intervenção na vida escolar. Para Gadotti e Romão, citados por Libâneo, Ferreira e Toschi (2013 “a participação influi a democratização da gestão e a melhoria do qualidade de ensino e todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela se estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação aí oferecida” (p.452),

Uma das ferramentas da reforma do sistema educacional é a melhoria da qualidade de gestão da educação em todos os níveis procurando trabalhar em colaboração direta com a comunidade e envolver os EE. A transformação deste projeto em ações concretas acredita-se que introduzirá mudanças na forma de ver e fazer a escola.

1.2.5. Desafio da Construção da Comunidade Educativa

Objetivos e Metas da Escola

A reflexão sobre o desafio da construção da comunidade educativa remete à releitura dos objetivos e finalidade da escola, a partir da sua função. A escola, “possui uma finalidade geral e uma variedade de objetivos que assume (...), em função do contexto histórico social no qual se encontra. A finalidade permite conhecer o itinerário a realizar impele a procurar e a determinar os recursos, o tempo, as modalidades e as estratégias para a realização do objetivo educativo que se pretende” (Fernando (2010, p. 17).

Na sociedade contemporânea, torna-se difícil identificar e entender a finalidade da educação escolar porque a inovação, e o pluralismo de ideias, de valor, de cultura do momento histórico atual ofusca a orientação clara. No entanto, apesar de esta visão atual ir modificando, é inegável que a educação escolar foi, é e será sempre a tarefa de “introduzir os jovens na realidade dos adultos, através da transmissão do património cultural característico da própria comunidade de pertença e da formação para as competências indispensáveis para se inserir de modo apropriado na vida laboral” (Fernando, 2010, p.18).

Certamente, hoje, resulta difícil relacionar a educação com a inserção no contexto económico-social porque, “as exigências económicas e a formação que os sistemas escolares oferecem não são capazes de seguir o ritmo das mudanças vertiginosas. Não só os conhecimentos envelhecem rapidamente, também as habilidades de carácter específicas são de breve duração, porque as tecnologias estão em constante mudança e impõem novas modalidades e outras exigências se impõem” (Fernando, 2010, p.18).

Nota-se na praxis quotidiana que a reforma educacitiva levada a cabo pela escola angolana, caminha desatenta à velocidade das mudanças sociais, por um lado. Por outro,

não fomenta a necessidade de adaptar-se às exigências de munir o novo cidadão de competências que garantam a formação permanente com rigor e responsabilidade Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001. Efetivamente, “não basta, de facto que cada um acumule no começo da vida determinada quantidade de conhecimentos de que se possa abastecer indefinidamente. É necessário estar à altura para aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer esses primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança” (Delors, 2012, p.73).

No entanto, esta atualização permanente, lança à procura da verdadeira finalidade da educação vincando duas tendências: uma redutora e outra aberta. A redutora vê o processo da aprendizagem em função das necessidades económicas que impõem a revisão dos “conteúdos do ensino e a sua organização” (Fernando, 2010, p.19). Nesta tendência, a educação é reduzida à formação do capital humano. Esta tendência conhece muitos adeptos nos nossos dias e subjaz as expectativas dos EE expressa na ânsia de a escola atribuir certificado ou diploma, aos seus educandos, e, em alguns casos a qualquer custo.

A tendência aberta integra a noção de “aprendizagem e outros elementos significativos, mais ligados a dimensões psicológicas, sociais e culturais do indivíduo enquanto protagonista da aprendizagem” (Fernando, 2010, p.19). Esta tendência reflete a natureza do significado da educação como “promoção da capacidade pessoal fundamental para viver de modo livre e responsável no mundo e com os outros, ao longo do tempo, através das relações interpessoais em sociedade historicamente organizada” (Fernando, 2010, p.19).

A meta para qual se encaminha a educação é a “procura permanente do desenvolvimento e da qualidade de uma personalidade humana digna, integral e harmoniosa. Encarando a pessoa educada, em termos de expansão das próprias

possibilidades humanas, em que nenhum dos seus aspetos é consistente sem os outros” (Gonçalves, 2010, p.20). Para que isto se torne factível, a ação educativa necessita de propor-se a atingir os sete saberes indispensáveis para a vida. Uma das estratégias para enfrentar os desafios que se colocam à educação, escolar deve organizar-se em torno das quatro aprendizagens fundamentais, ao longo de toda a vida de cada indivíduo.

O primeiro é o aprender a conhecer que consiste na aquisição do domínio dos instrumentos de conhecimento. Esta aprendizagem é “um meio indispensável para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais e comunicar-se para compreender melhor o ambiente os seus diversos aspetos, despertar da curiosidade intelectual, estimular o sentido crítico e compreender o real mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir” (Gonçalves, 2010, p.20).

Isto exige da escola dar à criança o acesso às metodologias científicas, de modo a torná-la, para toda a vida amiga da ciência. Esta ação deve:

- a) Promover “um espírito verdadeiramente formado, tem necessidade de uma cultura geral vasta e dá possibilidade de trabalhar em profundidade determinado número de assuntos. [...]”. (Schwartz, citado por Delors 2012, p.75)
- b) Exercitar a memória, a atenção e o pensamento desde a infância, aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas. A aprendizagem da atenção “deve revestir formas diversas e aproveitar várias ocasiões da vida (jogos, estágios, viagens, trabalhos práticos de ciência...)” (Delors, 2012, p.75).
- c) Exercitar a memória para contornar o problema de ser submersos“ pelas informações instantâneas difundidas pelos meios de comunicação social. Ser seletivo na escolha dos dados a aprender de cor. Treinar a memória desde a

infância. É, portanto, um erro suprimir a prática escolar de certos exercícios tradicionais, considerados fastidiosos” (Delors, 2012, p.75).

- d) Exercitar o pensamento “ao qual a criança é iniciada pelos pais, expandido pelos professores, numa dialética de avanços e recuos entre o concreto e o abstrato. Combinar tanto o ensino, como a pesquisa usando os dois métodos: o dedutivo, e o método indutivo” (Delors, 2012:75).

Para Libâneo, Ferreira e Toschi (2013) a escola precisa de “ formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente em um contexto de avanço das tecnologias de produção e de modificação de organização do trabalho, das relações contratuais capital trabalho e dos tipos de emprego” (p:63). O segundo é Aprender a fazer: é uma aprendizagem ligada à questão de formação profissional, isto é, ao modo de ensinar o aluno a colocar em prática os seus conhecimentos. A aprender a fazer é, por um lado preparar alguém para uma tarefa material determinada. Por outro lado passar da noção de qualificação para a noção de dar competências buscando um compromisso pessoal do trabalhador, considerado como agente de mudança. Significa também “aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalhos que se oferecem aos jovens e aos adolescentes quer espontaneamente quer formalmente” (Delors, 2012, p.83).

O aprender a fazer exige da escola, “prover a formação global que constitua o patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informacional” (Libâneo, Ferreira e Toschi 2013, p.63).

Aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências realizando projetos comuns e gerir conflitos, respeitar os valores do

pluralismo da compreensão mútua e da paz. Delors, 2013. A contribuição da escola na consecução desta finalidade será promover uma formação de “cidadãos éticos e solidários”. (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.63).

Aprender a ser: preparando a personalidade para estar à altura de agir com maior capacidade de autonomia, discernimento e de responsabilidade pessoal. Escola, mediante a ação educativa necessita de “desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autónomo, consciente e crítico da cidadania” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.63).

A escola tem uma dupla função: está ao serviço do indivíduo e da sociedade. Está ao serviço do indivíduo na medida em que é o primeiro beneficiário da educação escolar é o que recebe os subsídios estimulantes do desenvolvimento “integral da sua personalidade, levando-o à uma plenitude humana, adaptando-o às solicitações do ambiente do seu entorno, a fim de tornar possível o êxito na vida. O processo da aquisição dos conhecimentos, habilidades e bons hábitos, elevam-no de uma condição puramente natural à esfera da cultura.” (Cabanas, citado por Gaspar e Fernando, 2010, p.10).

A escola está ao serviço da sociedade porque, cumpre uma missão, que é irrecusável, intransferível e indispensável de transmitir a experiência cultural científica, técnica acumulada da humanidade. Daí que a educação se torna uma condição humana e social, Gaspar e Fernando (2010), já que ela existe em todas as sociedades não obstante às diferentes formas de realizá-la. Nomeadamente de maneira formal (à qual corresponde a função primordial da escola) e a informal (aquela que é transmitida pela família) e não formal (aquela que é transmitida por outras instituições sociais). Para responder à esta função da educação, a escola possui o papel único que se desdobra em cinco dimensões

principais: o papel político, económico, seleção social, transmissão cultural e fornecimento de conhecimentos inovadores (Gaspar e Fernando, 2010).

O papel político da escola atende duas preocupações fundamentais: primeiro para recrutar as elites, chefes políticos que dirigirão a sociedade no futuro. Segundo assegurar a conformidade dos futuros cidadãos com o sistema vigente. Tendência bem vincada nos objetivos da educação de Angola desde a reforma de 1977. Daí a insistência na construção do homem novo capaz de fomentar e fazer triunfar a revolução.

Na primeira reforma da educação de Angola, desde 1977, o papel político da escola teve um impacto forte não só pela inserção de conteúdos ideológicos no currículo académico mas também na seleção de alunos mais hábeis com grande capacidade de aprendizagem e alguns traços de personalidade destacáveis a fim de serem reparados mediante a “transmissão do sentido do dever e da responsabilidade para com a pátria, sendo-lhes incutida uma profunda consciência de serviço e motivação para a carreira política” (Gaspar e Fernando, 2010, p.10). Dewey sublinha a “sobrevivência da democracia, que a educação deveria ministrar ao transmitir certos conhecimentos sobre a sociedade e as suas tradições, inculcar certas qualidades, de modo a que os cidadãos desejassem e fossem capazes de participar no governo do país” (Gaspar e Fernando, 2010, p.12. Não obstante, não ser clara a finalidade de formar um cidadão crítico, reflexivo e participativo no processo de desenvolvimento social do país. Por exemplo: a introdução no currículo escolar a disciplina de Educação Moral e Cívica, a partir da 5ª classe a disciplina de Formação de Atitudes Integradoras, no ensino técnico e profissional levanta muitos questionamentos porque apresenta-se ambígua, ao confrontá-la com a ideologia política emergente no país. Os estudos mais recentes sobre as imagens da escola relacionam-na com as políticas educacionais encarando-a como uma unidade básica dos objetivos e metas

do sistema educativo. É certo que estes estudos procuram descentralizar o ensino atribuindo às escolas um maior poder de resolução sobre o ensino, os projetos de investigação pedagógica e a gestão centrada na escola e a avaliação institucional.

Na perspetiva global não se chega à sala de aula sem referir-se “à estrutura social mais ampla. Por isso, as escolas como organizações tornam-se um lugar importante onde se tomam as decisões curriculares e pedagógicas” (Nóvoa, citado por Libâneo, 2008, p.30). Para Libâneo, existem duas maneiras de encarar a escola, do ponto de vista de gestão. A primeira diz respeito ao ideal neoliberal que coloca a “escola como centro das políticas, significa, liberar boa parte das responsabilidades do estado, deixando às comunidades e às escolas a iniciativa de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais” (Libâneo, 2008: 30). A segunda refere-se à perspetiva Sociopolítica que valoriza “as ações concretas nos profissionais na escola decorrentes da sua iniciativa, dos seus interesses, de sua participação dentro do contexto sócio cultural da escola em função do interesse público, dos serviços educacionais, desobrigando o estado de suas responsabilidades” (Libâneo, 2008, p.32).

1.2.6. Desafio da Construção da Comunidade Educativa

A escola é uma instituição socioeducativa que apresenta unidade nos seus objetivos, interdependência no uso dos recursos e a coordenação do esforço humano coletivo. O desafio da construção da escola como comunidade educativa necessita de ter presente a gestão democrática que passa pela autonomia da escola e da comunidade educativa. Esta consiste no “envolvimento da comunidade no processo escolar, planeamento das atividades; formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013: 459). A autonomia é a faculdade de autogovernar-se, decidir sobre o próprio destino. Partindo deste conceito,

as escolas autónomas podem traçar o seu próprio caminho, envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e a comunidade em que está inserida para que se tornem corresponsáveis pelo êxito da instituição.

Existem membros constituintes da Comunidade educativa na escola, tais como: os alunos, os agentes de educação escolar e os encarregados de educação. A presença da comunidade na escola, sobretudo dos pais tem várias implicações. Eles participam do conselho da escola, da associação de pais e encarregados de educação para preparar o projeto pedagógico, acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados. Ora, este exercício de participação não só abre caminho para a cooperação entre a comunidade e a escola como também é uma forma de usufruir da vivência das práticas democráticas de gestão, desenvolvendo atitudes e habilidades de participação de outras instâncias de decisões na sociedade civil e contribuem para o aumento da fiscalização da execução da política educacional (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013).

Os EE são os primeiros educadores das jovens gerações. Portanto, deveriam considerar “o trabalho da escola como complemento do ambiente familiar, o qual tem um papel essencial em inculcar valores e atitudes que os filhos interiorizam nos primeiros anos do seu crescimento” (Regulamento das Escolas Católicas, 2007:12). Por ser a educação dos futuros cidadãos uma tarefa complexa, que abarca todas as dimensões do ser humano, os objetivos da escola para o SÉC. XXI sublinham com clareza que “os encarregados de educação têm o direito de serem ajudados na educação dos próprios filhos, mas não devem ser substituídos por nenhuma outra instituição” (Gonçalves, 2010:25). Por isso, a presença desses agentes na escola é colaboração pois é um direito e um dever de cooperar conjunto com a escola. A adoção da construção da comunidade educativa evoca uma atuação que visa devolver o exercício do direito de escolher a educação a dar aos filhos o tipo de

escola em que pretende matricular o filho. Da parte dos gestores da escola, “ter em conta as preocupações da comunidade e das famílias” (Gonçalves, 1010, p.27).

A família, nos dias que corre, “Encontra-se numa situação de desorientação semelhante à dos próprios filhos. Os pais não entendem os filhos nem conseguem sintonizar com eles. Não sabem que dizer-lhes. Nesta situação recai sobre a escola a incumbência de informar e formar os próprios EE, ampliando a sua ação educativa. É necessário uma lógica educativa da escola que não se limita aos adolescentes” (Gonçalves, 2013, p.28) mas se estende aos EE e à comunidade do entorno. Esta é uma das funções sociais da escola.

Do exposto anteriormente leva a aferir que, as relações de cooperação entre a família e a escola na educação dos novos cidadãos, exige ir além da simples presença dos EE na escola e da abertura para a criação de comissões de pais e encarregados de educação. Impõe-se a necessidade de ampliar função da escola. Assim, frente a gritante crise das funções da família, que acomete os EE à uma sentimento de impotência e perda de autoridade moral, urge a escola incluir nos seus programas extraescolares a questão da formação dos pais dos utentes da escola a fim de adquirirem competências para dialogar com liberdade e segurança com os filhos as questões pertinentes da vida.

Uma das consequências da crise da função da família prende-se com a perda do sentido de responsabilidade em relação à educação dos filhos. A escola tem a tarefa urgente de despertar a família, mediante os programas de formação, para a noção de responsabilidade direta na educação dos seus filhos, eliminando a perpetuação dos desencontros dos pais com os filhos, por um lado, a delegação da responsabilidade exclusiva da educação e ensino à escola, obrigando esta última, dilatar a sua função natural suprir o défice da ação educativa familiar. “A participação ativa dos EE de educação na a

vida escolar permite a prevenção de muitas situações problemáticas no quotidiano da escola (...) dos alunos em crescimento e maturação” (Fernando, 2010, p.29).

Identidade da escola Católica e a Construção da Comunidade educativa

É O cristianismo não é apenas uma “interpretação da existência, uma iluminação do mistério do homem e do mundo, uma doutrina sobre Deus e sobre o homem, é também um projeto da humanidade e de uma nova praxis” (Fernando, 2010 p.41). A esperança escatológica diz respeito aos problemas do homem, à sua atividade e o seu empenho no mundo.

A salvação cristã diz respeito á promoção integral do homem/mulher na sua totalidade espiritual somática, intelectual afetivo e social... Significa libertar de tudo aquilo que atente contra a dignidade do ser humano.

Em Angola, depois da implementação da democracia multipartidária, com a publicação do Decreto 29/91, a Igreja Católica tornou-se uma das grandes parceiras “privilegiada pela estrutura do Ministério da Educação” (Ferreira, 2005, p.116). Denomina-se escola Católica a instituição de educação que se rege pela filosofia cristã e gerida pela Igreja Católica em Angola. A escola católica nasce da aplicação prática da reflexão teológica decorrente do Concílio Vaticano II e é institucionalizada em Angola desde a década de 90 para responder às necessidades gritantes da sociedade angolana em matéria de educação. Apesar do prestígio na praça educacional, a escola Católica não possui capacidade de satisfazer a comunidade que procura seus serviços. Por isso é acusada de estar a defender os interesses do estado e a perpetuar os procedimentos da escola no período colonial selecionado alunos dentro de determinados padrões sociais. “Enquanto algumas escolas são destinadas à socialização dos excluídos, outras contribuem para a

reprodução da elite no poder” (Ferreira, 2005, p.118). No entanto, o trabalho quotidiano demonstra que a zona recôndita da cidade de Luanda e por todo o país, a Igreja vai colocando centros de educação/ensino para os excluídos.

A escola inspira sua identidade no Evangelho e defende uma gestão e organização participativa, isto é, preocupada com a construção da comunidade educativa no processo de ensino, são chamados dentro das suas funções. Escola (direção, funcionários docentes e não docente alunos), pais e comunidade.

A finalidade da educação é formar o homem na sua totalidade e torná-lo capaz de viver de maneira ajustada como cidadão ativo.

A gestão da escola católica responde aos indicadores de um escola eficiente e eficaz em relação ao conjunto das escolas públicas é aberta às necessidades da comunidade, embora demasiado centralizada na pessoa do diretor. Atenta e exigente na prática da atualização dos professores, conectada com os avanços científicos e tecnológicos, embora não possua meios suficientes para atender a demanda. Está preocupada com a formação integral e sucesso dos seus alunos.

A escola Católica é uma das mais preferidas pela comunidade por causa do rigor e seriedade na gestão dos conteúdos curriculares. A qualidade de ensino/aprendizagem indiscutível e satisfatória. O tratamento humanizado e humanizante. Focaliza-se numa educação integral ensinando e transmitido valores do saber, fazer, ser e estar. Não se limita a formar somente a cognos ou o capital humano, centrada na preparação do homem/mulher para o desempenho, com eficácia a tarefa que lhe foi confiada. Vai mais além, educa e forma o potencial humano considerando o aluno sujeito das liberdades fundamentais e estimular a produtividade para motivar a mudança social.

CAPÍTULO II: EXPETATIVAS DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

2.1. Expetativas

Expectativa é um substantivo que define o estado de esperar muito por algo, grande desejo, ou vontade de algo (Dicionário informal, 2014). Expectativa é a condição de quem espera pela ocorrência de alguma coisa; Estado de quem espera algum acontecimento, baseando-se em probabilidades ou na possível efetivação (Dicionário de Português, 2014).

Expectativa no contexto desta pesquisa diz respeito à uma certa esperança ou um desejo ardente (em forma de exigência) no qual os EE da sociedade angolana cobram à missão da escola para os seus educandos. Esta esperança pela ocorrência de algo emerge dos reais desafios que enfrentam, numa sociedade que os provoca em todas as dimensões.

De facto as grandes mudanças sociopolíticas e económicas em curso na sociedade angolana, com maior incidência em Luanda, são caracterizadas: a) crescimento acelerado dos bairros suburbanos por causa da fraca vontade das populações em regressarem às outras províncias de origem, após o término da guerra civil; b) mobilidade social caracterizada pelas constantes movimentações das populações do interior de Angola para a cidade de Luanda, à procura de melhores condições de vida, devido à situação de pobreza em que vive maior parte dos angolanos; c) o congestionamento do tráfego automóvel famoso «engarrafamento»; d) o fenómeno da poligamia cujo pai só gera os filhos e não assume a responsabilidade de zelar pela sobrevivência da prole; e) o fenómeno das famílias monoparentais nas quais a mãe se dedica ao comércio informal, ou não tem um só emprego, ou em outros casos, trabalha durante o dia e estuda à noite; f) o baixo rendimento

económico e financeiro das famílias que acomete os seus membros tutores a uma peregrinação quotidiana à procura de recursos indispensáveis para a sobrevivência adotando um ritmo de vida, que dificulta o relacionamento sadio entre pais e filhos.

Trata-se das famosas saídas de madrugada dos luandenses dos bairros periféricos para chegar pontualmente aos locais de trabalho. O diário de bordo constata que os pais saem às 4 horas da manhã e regressam a casa às 22 horas ou mais tarde, dependentemente da fluidez do trânsito automóvel e das condições climatéricas da época do ano. Deste modo, “nem todas as famílias (...) têm condições humanas e materiais que lhes permite realizar uma socialização primária suficientemente sólida para que a escola possa continuar o seu trabalho com garantia, como por exemplo, a criação de hábitos de estudo, de trabalho responsável e autónomo e a interiorização de estratégias de autorregulação através de práticas educativas negociadas e consistentes num contexto de afetos (Gonçalves, 2003 p. 119).

Ao problema da permanência dos EE, durante longas horas longe da interação com os filhos, junta-se a poderosa influência dos media, no comportamento das crianças, adolescentes e jovens, cuja capacidade de análise crítica dos programas passados na televisão, nos filmes e noutros meios de informação é, ainda débil. Consequentemente nota-se que os meios de informação e comunicação vão se convertendo em seus mestres de iniciação à vida, já que os pais, vivendo em casa, estão ausentes na vida dos filhos. Esta situação torna difícil a já complexa tarefa de preparar as novas gerações porque demite, automaticamente, a família do seu dever natural de preparar os filhos para vida adulta. Pois os alunos “chegam à escola repletos de todo o tipo de informação a cerca da realidade, de forma desorganizada e sem terem a possibilidade de transformá-la em conhecimentos (...) onde o real e fictício, o excecional e o normal, o imediato e longínquo aparecem

confundidos (...) não existem critérios para organizar o mundo que o rodeia” (Gonçalves, 2003, p.119). Ora, entre a impossibilidade de exercer as suas tarefas educadoras, reguladoras e socializadoras e os desafios da circulação veloz das informações e imagens, sem a prévia seleção dos destinatários, as exigências da vida profissional e de formação académica dos tutores das crianças, e o desejo de ver seus filhos integralmente formados, a família deposita na escola a satisfação das suas expectativas.

2.2. Encarregados de Educação

Os Encarregados de Educação são os primeiros garantes da educação dos filhos. A sua responsabilidade vai desde a geração, instrução, educação até à socialização dos novos cidadãos.

Desde sempre, a escola desempenhou funções sociais bem explícitas que se resumem na instrução, socialização, educação, e desenvolvimento dos alunos. Nos últimos tempos, “a escola vai assumindo uma função implícita de “estacionamento” (Coimbra, 2003, p.31). Decorrente da incapacidade da família transmitir a educação básica porque não senta com os filhos dialogar questões pertinentes da vida. E o investimento dos pais na aquisição de diferentes meios de informação e comunicação para entreter os filhos e ocupar os seus tempos livres acarreta outros riscos incomensuráveis, além de substituir o espaço do diálogo familiar.

Pela ordem de papéis num processo normal, a missão da escola é edificar sobre os alicerces do saber familiar sistematizando-o. Porém, constata-se, na convicção dos encarregados de educação que “ a escola tem de assumir esta tarefa de educação [...], competência da família, mesmo não dispondo de meios nem capacidade de realizar tal desafio” (Gonçalves, 2003 p. 120).

Daí que a escola se transforma numa instituição em que a sociedade deposita um conjunto de expectativas que vão desde a custódia, a socialização, até ao ensino, e a certificação dos futuros cidadãos.

A escola é uma instituição social que tem a missão de formar as novas gerações. Numa situação de desespero, por um lado e de credibilidade social como última tábua de salvação para as grandes ameaças que os EE enfrentam cabe a ela a responsabilidade de preencher o vazio decorrente da deficiente interação da família com as crianças e preparar os novos cidadãos para se confrontarem com as ameaças da sociedade contemporânea.

Custódia ou guarda das crianças:

A primeira grande expectativa dos encarregados de educação é a guarda das crianças. Efetivamente, o cenário socioeconómico vivido em Luanda dificulta a conciliação das responsabilidades entre a procura de recursos para a satisfação das necessidades básicas e a tutela dos filhos. Isto suscita nos encarregados de educação, a necessidade de recorrer a um serviço de educação extrafamiliar para os seus filhos.

Na opinião de Coimbra (2003), “ a desagregação da família tradicional pela emergência de novas estruturas de família, (...) o aumento significativo das mulheres/mães que trabalham fora de casa com a conseqüente falta de tempo real disponível para os filhos exercem uma forte pressão no delegar de necessidades crescentes noutros, principalmente a escola, a tarefa contínua da custódia dos seus filhos” (p.123).

Até certo ponto, a atitude dos EE é compreensível. Pois, Luanda, à semelhança de outros meios urbanos, a nível do mundo e, com todas as suas configurações caracterizadas pelas subdivisões em distrito urbano, peri-urbano e suburbano, experimenta a mobilidade social dos tempos contemporâneos. Esta mesma cidade metropolitana, por ironia de

destino, apresenta o défice de diversificação de serviços sociais nomeadamente: os centros infantis, os Programas Infantis Comunitários, «PICs», Programas de Educação Comunitária «PECs», Campos para o desenvolvimento do Desporto e outras atividades culturais... a fim de facilitar o acesso aos jovens, adolescentes e crianças ocupando os seus tempos livres e preservá-los das influências da socialização nociva. A compreensão da complexidade do fenómeno em análise leva a concluir que, “a procura de educação extrafamiliar para as crianças não é apenas determinada pela entrada das mães no mundo do mercado mas também pela (...) especulação imobiliária que modificou a geografia das cidades e roubou a rua que era o espaço de recreação das crianças (...) os papéis e funções pré estabelecidas mudaram. O papel da mãe como única figura responsável pela sua cria pode dividir o cuidado e a educação das crianças com pessoas e lugares diferenciados” Colombo (2004, p.250).

Outro fator inibidor das competências educacionais da família é a influência das tecnologias de informação no comportamento dos filhos que leva à apreensão de modelos de interação incompatíveis com os padrões comportamentais aceites pela sociedade angolana. Assim, “em pleno século XXI, na era de informação, vivemos modificações aceleradas que estão introduzindo novos valores e novas configurações de interação social. O mundo está se tornando cada vez mais complexo, incerto e difícil (...) exige do homem, desde pequeno um novo olhar diante da realidade. A busca compartilhada dessas incertezas e a preocupação com o futuro da criança se traduzem na expectativa de que outros ambientes educativos que recebam as crianças propiciem um novo homem idealizado pelas exigências sociais” (Colombo, 2004, p.250).

Por exemplo, a televisão como meio de comunicação cria ambiente propício para uma atitude de independência, isolamento e prejudica o processo de socialização dos

filhos. O mesmo se pode dizer das redes sociais: facebook. Os alunos transformam-se “autênticos consumidores dos audiovisuais e das novas tecnologias, navegando no alto mar da internet, acabam por se transformar em analfabetos funcionais, incapazes de gerir as múltiplas informações a que são expostos, pois são transmitidas na ausência de relações interpessoais carregadas de Afetos e apoios, embora produzida no espaço físico familiar, mediada pelas novas tecnologias, nas longas horas de consumo da televisão” (Gonçalves, 2003 p. 120). A atitude dos EE, obviamente, leva a aferir que os pais acreditam na poderosa missão da escola e atribuem-lhe uma imagem comparável a um «envelope» cujo conteúdo fornece instrumentos adequados para responder aos desafios da sociedade em constante mudança.

O Estado angolano vela pela proteção e desenvolvimento da criança, pois a “esta constitui prioridade absoluta. Por isso, para garantir a sua proteção, instituiu um subsistema de educação pré-escolar que é “a base da educação, cuidando da primeira infância, numa fase da vida em que se devem realizar as ações de condicionamento e de desenvolvimento”. Artigo, n.º 11, Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001). Está estruturado em dois ciclos: Creche e jardim de infância.

A organização e gestão deste serviço está confiada ao ministério de assistência e reinserção social. Infelizmente, este serviço funciona de forma deficiente e não está ao alcance de todas as famílias necessitadas. Confrontadas com este défice de serviço, “as famílias projetam na escola as suas inquietações de medo, de falta de tempo e disponibilidade para amar, estar, proteger e educar e anseiam que a escola cumpra também estas tarefas, o que tecnicamente é incomportável” (Coimbra, 2003, p.123).

Numa sociedade em que os espaços e os tempos familiares escasseiam, a escola aparece como único espaço social capaz de acolher os novos cidadãos. As funções de

controle social e de custódia dos alunos situam-se no primeiro plano da sua ação. Logo, a escola é impelida a adotar a função de substituição da família. Assim, para além das atividades letivas e curriculares e respetivo sucesso escolar, organizar atividades para estimular as habilidades motoras, em tenra idade, de modo a facilitar todo o processo de aprendizagem nas idades conseqüentes.

Os Centros de Atividades em Tempos Livres (ATL) presentes em algumas zonas de Luanda oferecem espaços e atividades boas para entreter os novos cidadãos. No entanto, as taxas de participação estão somente ao alcance das famílias de média renda. Portanto, em Angola, concretamente em Luanda, a ajuda às famílias na guarda dos filhos e pôr cobro às muitas situações desagradáveis que famílias enfrentam como por exemplo: rapto de crianças, abuso sexual de menores, treinamento para a delinquência o consumo de substâncias psicotóxicas, acesso a todo tipo de informação sem ter em conta a idade, etc., os EE esperam da escola a abertura de um serviço de infantário, adolescentário e juvenário para garantir a guarda dos seus filhos.

A escola pública não está preparada para oferecer à comunidade este serviço. Pois, continua, ainda depois da implementação da Reforma Educativa e alargamento da rede escolar, com o sistema de horários tripartidos, para facilitar o acesso à escolaridade grande número de crianças que vai ficando fora do sistema de ensino. A única alternativa é recorrer às escolas sob gestão de instituições confessionais que possuem horários com maior tempo de permanência no espaço escolar.

Expetativa de **ensino**: Esta, compreende um processo pelo qual se transmite saberes culturalmente acumulados de uma geração à outra. Começa na família e sistematiza-se na escola. Consciente da missão primordial da escola, que se resume em instruir e treinar as habilidades de escrita, leitura e cálculo, os EE confiam à escola a responsabilidade de

transmitir os conhecimentos teórico-práticos e competências transversais indispensáveis para a vida. Na expectativa do ensino “os pais desejam que seus filhos aprendam bem, que não aprendam coisas erradas, que os conhecimentos, as habilidades, e os valores tenham serventia para a vida (...). Desejam uma escola em que os alunos estejam motivados para estar nas aulas e se envolvam com afinco nas atividades da classe” (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.420).

As escolas não são todas iguais e a diferença verifica-se pelo grau em que conseguem promover a aprendizagem dos seus alunos, “ modo de funcionamento de uma escola, os resultados dos alunos” (Nóvoa, Good, Valerian e Dias, citados por Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.421). A leitura profunda da expectativa de ensino que os EE confiam à escola, não só coincide com a missão tradicional da escola e responde à finalidade institucional da educação como também impõe a impõe algumas características organizacionais, tais como:

- a) “ Professores bem preparados, que tenham clareza de seus objetivos e conteúdos, que façam planos de aula, que consigam cativar os alunos, que utilizem metodologia e procedimentos adequados à matéria e às condições de aprendizagem dos alunos. Que façam a avaliação contínua, prestando muita atenção a dificuldades de cada aluno;
- b) Existência de um projeto curricular com um plano de trabalho bem definido, que assegure consenso mínimo entre a direção da escola e o corpo docente acerca dos objetivos a alcançar, dos métodos de ensino, da avaliação sistemática, das formas de agrupamento dos alunos, das normas compartilhadas sobre faltas de professores, cumprimento do horário, das atitudes com relação a alunos e funcionários;

- c) Bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos, professores;
- d) Boa organização do processo de ensino/aprendizagem, que consigam motivar a maioria dos alunos a aprender;
- e) Papel significativo da direção e direção pedagógica, que articulam o trabalho conjunto dos professores e os ajudam a ter bom desempenho;
- f) Disponibilidade de condições físicas e materiais, de recursos didáticos, biblioteca e outros, que propiciem aos alunos oportunidades concretas para aprender;
- g) Estrutura do currículo e modalidades de organização do currículo com conteúdo bem selecionados, assim como critérios adequados de distribuição de alunos por sala;
- h) Disponibilidade da equipa para aceitar inovações, observando o critério de mudar, sem perder a identidade (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.421).

Estas características organizacionais frequentemente não estão presentes na escola pública angolana. Entre o plano e a concretização do mesmo há uma grande discrepância.

Certificação é a expectativa que coincide com a finalidade produtiva. Os EE e a sociedade, em geral, exigem que a escola seja útil. Isto é, proporcione certificado ou diploma credível, para garantir a possibilidade de aceder a posto de trabalho.

A partir da década de 60, surge uma grande mudança na função da escola. Ela “passa a ser pensada na perspetiva do desenvolvimento económico e social que leva a universalizar o ensino primário e a seguir o ensino fundamental” Charlot, 2013:96). Desde esta mudança ocorrida até ao presente, aqueles que no passado não tinham acesso à escola, ou apenas ficavam com o ensino primário, vão ingressando e aumentando o seu nível de

escolaridade. A nova conceção da escola enfatiza a questão do diploma. Significa que o diploma é passaporte para a vida. O ato de iniciação à vida adulta que na sociedade tradicional se realizara com os ritos de transição que conferiam ao jovem o estatuto que garante aptidão para exercer as tarefas sociais com responsabilidade foi substituída pela aquisição de certificados ou dos diplomas na escola. “O facto de ter ido à escola, e ter obtido resultado até certo nível de escolaridade, ter obtido um diploma, abre perspectiva de inserção profissional e ascensão social. Estudos e diplomas permitem conseguir empregos gerados pelo desenvolvimento económico e social e pela expansão da própria escola” (Chalot, 2013, p. 96).

Uma das finalidades da educação escolar é a certificação. No atual contexto da sociedade angolana, em geral, luandense em particular, o alcance do sucesso ou do insucesso torna azeda a relação dos EE e dos alunos com escola e tensa a relação com os professores. Esta atitude atribui-se “à nova filosofia de atribuição do valor às pessoas baseada na nota e no diploma. A nota e diploma medem o valor da pessoa e prenunciam o futuro do filho” (Charlot, 2013, p.96).

Portanto, não basta tirar boa nota, obter um bom diploma. É necessário conseguir notas e diplomas superiores dos demais alunos para conquistar as melhores vagas no mercado de trabalho e ocupar posições sociais lucrativas e prestigiosas. Com esta revolução de pensar e ver a escola, “a escola vira espaço de concorrência entre as crianças” (Charlot, 2013, p.97).

Está claro nos objetivos do ensino primário que não é a escola primária que prepara imediatamente para o ingresso no mundo de trabalho. No entanto tem a nobre tarefa de lançar as bases cognitivas, afetivas e habilidades despertadoras da vocação profissional futura de cada um dos alunos.

Por isso, os EE esperam que a escola prepare com qualidade comprovada pela atribuição de certificado universalmente aceitável. Esta é mais uma das razões que levam os EE a preferir a escola católica.

Socialização, é quando os encarregados de educação anseiam por uma ação educativa que não reduza apenas no armazenamento dos conhecimentos. “o nascimento não torna automaticamente o indivíduo membro da sociedade. A escola surge como aparelho político cultural especializado, na criação das condições sociais no seio de uma geração (mais velha), legar uma herança cultural a outra (mais nova)” Coimbra, 2003, p.26). Socialização é processo pelo qual os indivíduos se incorporam na sociedade apreendem as atitudes, crenças e comportamentos característicos da sua cultura. Este processo vai desde as formas de tratamento dos bebés passando pela apreensão da educação familiar e amplia-se na inserção na escola na integração dos grupos e vai modelando o comportamento até que se ajuste às normas e costumes vigentes na sociedade. Ou seja, “um processo interativo, necessário para o desenvolvimento através do qual a criança satisfaz suas necessidades e assimila a cultura, ao mesmo tempo que, reciprocamente a sociedade se perpetua e se desenvolve. Inicia no nascimento e perpetua-se ao longo de todo o ciclo da vida” (Borsa, 2007, p.1). Para Palacios, (citado por Borsa, 2007) a socialização ocorre através de três processos: os processos mentais de socialização que consistem no conhecimento dos valores, normas, costumes bem como a aprendizagem da linguagem e a aquisição dos conhecimentos transmitidos pela escola. B) Processos afetivos de socialização que são uma das bases sólidas do desenvolvimento social da criança sendo a empatia, o apego e a amizade mediadores de todo o desenvolvimento social; c) processos condutais de socialização que

envolvem a aquisição de condutas consideradas socialmente desejáveis, evitando aquelas que são julgadas como antissociais. O processo de socialização conta com dois agentes fundamentais: a escola e a família. A família é o primeiro contexto de socialização do indivíduo. É a primeira instituição social que, em conjunto com as outras, busca assegurar a continuidade, e o bem-estar dos seus membros e da criança. E é vista como um sistema social responsável pela transmissão de crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades. Ela tem impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, principalmente das crianças que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e de construir as suas relações sociais” (Dessen e Ana da Costa Polónia, 2007, p.22).

A escola é um agente de socialização que tem a missão de promover “as aprendizagens mais estruturantes e estruturadoras num processo progressivo de individuação e socialização” (Gonçalves, 2003,p.104). Sendo micros sistema da sociedade, chamada não só a refletir sobre as transformações atuais como também, “tem de lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado, [preparar tanto só alunos como os professores e os pais para viverem superarem as dificuldades em um mundo em mudanças rápidas e de conflitos interpessoais contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo” (Dessen e Ana da Costa Polónia, 2007, p.25).

A escola tem a enorme tarefa de inculcar valores, hábitos, normas e comportamentos que têm a ver com as regras adotadas na sociedade. O processo de socialização conta com dois agentes fundamentais: a família a quem corresponde a socialização primária e a escola, a quem corresponde a socialização secundária.

2.2.1. Finalidades da Escola e as expectativas do Encarregados de Educação

Um olhar atento à praxis da educação da escola angolana é fácil identificar o conflito o sistema enfrenta: o primeiro a missão de atender aos programas superiormente orientados e decididos, já que é um ministério que está ao serviço do estado. Segundo Gonçalves (2003, p. 120),

“a crise da escola está na ordem do dia: a) os professores sentem-se defraudados, sendo meros executores das diretivas da administração central que realiza reformas e revê currículos sem realizar uma prévia reflexão alargada com os principais atores do sucesso e insucesso das reformas. b) Constrói-se a opinião de que a qualidade de ensino está em queda nomeadamente na escola pública. c) A dificuldade humana de transmitir numa escola de massas algum saber significativo às crianças e aos adolescentes dentro do contexto mais ou menos controlável porque os alunos provêm de contextos familiares onde não se soube reconstruir um princípio de autoridade que fosse referência da construção de uma identidade pessoal e social. D) Vão se atribuindo responsabilidades sociais e culturais incompatíveis à escola [...] vai aumentando o desprestígio social da mesma convertendo-se a educação numa missão quase impossível”.

Os objetivos pedagógicos da escola do século XXI cobram uma atenção permanente às necessidades da comunidade onde está inserida a escola. Impõe-se a necessidade do recurso à «Carta Escolar» como “instrumento de panejamento que permite estudar as condições sociais, económicas, demográficas, físicas, urbanísticas e arquitetónicas de comunidades que abrigam os sistemas escolares” (Gadotti e Romão, 2012:59). Os objetivos da Reforma Educativa em curso em Angola preveem Expandir a Rede escolar através de: Introdução e generalização da carta escolar do ensino primário e secundário (Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001). Certamente, para conhecer a

vida real dos utentes da escola. A localização das escolas distantes da residência dos alunos; maior parte delas sem iluminação elétrica nem água canalizada ou melhor, sem saneamento básico, são problemas que estão na ordem do dia.

O 2.º objetivo a lei 13/01, retoma a questão da ligação da escola com a comunidade ao propor-se a meta de melhorar a qualidade de ensino, não só reformulando os objetivos gerais da educação, os programas escolares, os conteúdos e os métodos pedagógicos; as estruturas e os meios pedagógicos adequados à realidade angolana como também garantir a participação da comunidade nos trabalhos da escola reforçando a relação da escola com a comunidade.

A dupla atenção de atender aos objetivos do estado e às necessidades da comunidade coloca os dois sistemas de educação em divergência, materializada em acusações mútua apontando o que cada um faz ou deixou de fazer. Os professores acusam os EE por transformarem a escola em parques de estacionamento de seus educandos e pretendem que a escola resolva os problemas que eles não são capazes ou não querem resolver (Gonçalves, 2003). Agindo assim, transformam a escola num envelope onde depositam todas as expectativas de educação necessária para solucionar os problemas que eles são incapazes.

Os encontros promovidos pelo departamento nacional para as atividades Extra escolares do Ministério da Educação, direção provincial de Educação de Luanda e Fundação Lwini² a IBIS³ os EE foram unânimes em afirmar que as questões de educação da personalidade. Apontaram que a fraca aquisição de conhecimentos e habilidades de

² Organização não governamental angolana

³ Uma Organização não governamental internacional.

Educação Moral e Cívica e de Formação de Atitudes Integradoras imputa-se à responsabilidade da escola. Os grandes problemas sociais que hoje se registam em Luanda, como a delinquência, falta de diálogo, o desentendimento nas famílias, a violência doméstica, à promiscuidade, os casos de estupro, as desigualdades sociais no acesso ao emprego, devem-se ao fraco impacto da educação escolar na vida dos alunos. A qualidade de educação e ensino oferecida pela escola pública e por alguns colégios deixam muito a desejar. Consideram os professores incompetentes porque não conseguem motivar as novas gerações para uma aprendizagem com sucesso, utilizam procedimentos pedagógicos pouco interativos e lecionam conteúdos de um ensino livresco, academicista e inadequado às necessidades do mundo atual, (Gonçalves, 2003).

Frente a este clima de falta de diálogo, urge a escola “incentivar uma relação igualitária mas diferenciada e mais colaborativa” (Gonçalves, 2003 p. 120), que chame à responsabilidade os dois interlocutores principais a reassumirem o seu papel de educadores. “A família não se pode demitir do seu papel de proporcionar aos filhos um contexto favorável à construção de uma identidade pessoal e social segura. E a escola não se pode limitar apenas a instruir, mas dar aos adolescentes aprendizagens significativas que sejam instrumentos de leitura do mundo atual e favoreçam a sua integração psicossocial” (Gonçalves, 2003, p.120).

A escola na sociedade atual adquiriu uma centralidade com dimensões incomensuráveis, pois é considerada um instrumento privilegiado de construção social. Portanto, espera-se mais do que aquilo que a escola pode fazer ou pode dar. Porque delega-se à escola até aquilo que deveria ser uma missão conjunta articulada entre a família e a comunidade alargada. Quer isto dizer que a escola confronta-se com a “dificuldade para

servir para o se diz que serve e serve exatamente o dizemos que não serve” (Gonçalves, 2003 p. 121).

À priori, o papel da escola é materializado na transmissão de competências básicas de leitura, escrita e cálculo. Com o alargamento das ciências Experimentais e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação e o alargamento da escolaridade obrigatória, foram exigidas novas funções à escola, concernentes ao desenvolvimento pessoal e social, passando da concessão de competências básicas à transmissão de competências transversais generalizáveis, ligadas às 4 aprendizagens previstas para a formação dos cidadãos do Século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a transformar-se superando o ser, permanentemente, para aprender a conviver.

A LSB e a Constituição da República defendem o princípio de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso. A praxis revela que há uma gritante situação de exclusão pois muitas crianças estão fora do sistema de ensino, metidas em escolas de explicação ou em colégios da 4ª categoria. Isto é mais sintomático nas famílias de baixa renda, residentes nos muceques e nas zonas rurais. Existem em Angola particularmente em Luanda categorias de escolas: as públicas, as participadas as parceiras do Estado, particulares, os colégios as de explicação. Grande n.º de escolas privadas e colégios mostram-se incapazes de “assegurar a uma percentagem significativa da população a aquisição de um mínimo de saberes que permitam a construção de uma trajetória socioprofissional qualificante bem como a aprendizagem e o exercício pleno da cidadania democrática” (Gonçalves, 2003, p. 123).

Outra situação não menos preocupante é o abandono escolar em idade de escolaridade obrigatória, fruto da pobreza económica e do desconhecimento da cultura

escolar. Em Viana e no Cazenga são municípios da capital angolana e em pleno séc. XXI registam-se histórias de vida, chocantes. Não obstante, Angola faz o balanço positivo do investimento na educação ao longo destes quinze anos ao avaliar o cumprimento dos objetivos do milénio e a implementação da reforma do sistema de educação nacional.

2.3. A Relação Família e Escola e a Procura de objetivos Comuns

2.3.1. A Família

A família é considerada a célula básica da sociedade. No contexto africano possui duas dimensões indispensáveis que são a família nuclear e a família alargada. Esta é mais enfatizada porque dá consistência à nuclear.

A família é uma instituição social. Por isso ela está afetada pelas mudanças socioculturais, éticas e religiosas que condicionam quer a sua constituição, quer o seu funcionamento, às quais está chamada a reagir permanentemente, adaptando-se a esses fatores externos, procurando novas formas de organização. De acordo Picaço (2012), as mudanças socioculturais éticas e religiosas subdividem-se em 4 fatores:

- A horizontalização da Comunicação entre as pessoas que caracteriza as sociedades modernas favorecendo a relação entre membros da mesma geração e desfavorecendo a produzida verticalmente de uma geração para a seguinte;

- A administração do tempo que jamais se fará do mesmo modo das gerações que nos antecederam, pois o tempo familiar é alternado não só com o tempo de trabalho como também com os tempos de lazer e de formação;

- O trabalho e a consagração de igualdade entre o homem e a mulher que origina grandes transformações na existência, na formação, na vivência e até na dissolução familiar passando a existir uma maior partilha das responsabilidades no que se refere à educação dos filhos e à orientação e desempenho das atividades domésticas;

- Fatores demográficos como a queda da nupcialidade, fecundidade e crescimento natural, aumento de nascimentos fora do casamento, o retardamento do nascimento do primeiro filho e a diminuição da dimensão média das famílias, o aumento da esperança de vida e da taxa da dependência dos adultos.

A família “representa a extraordinária invenção cultural incumbida de desempenhar o papel de «útero social» para os recém-chegados, ou uma incubadora onde são amadurecidas as múltiplas faculdades necessárias à sobrevivência” (Cardoso, 2008, p.167). Pois a partir da qual todas as outras instituições se desenvolvem. Portanto, a família é a instituição social mais antiga e com um caráter universal, já que aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade.

A ONU⁴ definiu a Família como “o elemento de base da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros” (citado por Picaço, 2012, p.10). Evidentemente a família é um dos pontos de encontro importantes entre a natureza e a cultura, na qual os aspetos que o ser humano partilha com o mundo são organizados segundo o ideal da sua dignidade e da felicidade. Diogo define a família como “um espaço educativo por excelência, o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo,

⁴ Organização das Nações Unidas

no qual se «criam» e «educam» as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Sendo um lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres. A família revela-se, portanto, “um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factos do quotidiano individual recebem o seu significado” (citado por Picaço (2012, p. 9).

Gonçalves (2003, p.112) acrescenta ao conceito anterior considerando a família um “contexto primário e mais significativo do desenvolvimento do ser humano. É onde se fazem, desde as etapas mais precoces da existência, as principais aprendizagens que irão garantir à pessoa em desenvolvimento o equipamento psicológico e social que lhe permitirá adquirir sentido de competência global para estabelecer relações com o mundo que por sua vez garantirá a sua integração psicossocial, transformando-o em protagonista da sua própria história construída na relação dialógica com os outros”.

Das várias visões da família apresentadas conclui-se: por um lado que a família é o primeiro e marcante espaço da existência humana. O ser humano nasce na família, vive na família e morre na família. Logo, a família é “uma realidade de chegada, de partida e de permanência” (Gonçalves, 2003, p.104). Por outro lado, à família tem uma missão insubstituível na formação do ser humano e na construção de uma sociedade mais equilibrada e digna para a existência humana. É na família que se “plasma o rosto de um povo; os seus membros adquirem os ensinamentos fundamentais; aprende amar enquanto são amados gratuitamente, aprendem o respeito por outra pessoa enquanto são respeitados [...]. Sempre que falham estas experiências basilares, a sociedade no seu conjunto sofre

violência e torna-se, por sua vez, geradora de múltiplas violências” (Bento XVI, 2011, p. 42).

2.3.2. Função da Família

A família tem sempre duas funções fundamentais: 1ª “assegurar a continuidade do ser humano, já que a família é a comunidade por excelência onde o indivíduo nasce, cresce, declina e morre. Por conseguinte, é um contexto privilegiado de transmissão de vida, afeto, cultura, referências éticas e de desenvolvimento (Gonçalves, 2003). 2ª “Dar à criança a educação informal, bons hábitos de higiene e de saúde, noções de respeito, de limites, de valores básicos; 3ª Dar ao educando suporte económico: casa, comida, roupa e recursos financeiros necessários para a educação dos filhos; 4ª Dar ao educando o suporte afetivo, isto é, carinho, respeito, apoio, ambiente e cobrança quanto ao cumprimento dos deveres”. (Fonseca (2003, p.129).

Estas funções na sociedade angolana correm risco de se extinguir porque os progenitores se furtam das suas responsabilidades. Na cultura Bantu, o filho é o centro das atenções da família porque é a continuidade da corrente vital e é garantia da riqueza da família. Por isso “é alvo de maiores cuidados: saúde, alimentação, abrigo e objeto de preocupações dos pais” (Nogueira, 1998, p.97). Contempla-se na prática quotidiana que há um enfraquecimento nas funções da família, ficando reduzida à reprodução, cuidados materiais e descendência. A criança, nas famílias de Angola e em Luanda, é considerada uma força de trabalho e fonte de ingresso. Desde esta visão, a criança é um dom de Deus para os pais quando ajuda a trazer lucros para a casa, desde tenra idade. Famílias há que não indagam aos filhos a origem dos bens que trazem para casa, mesmo sabendo que o filho não trabalha...

2.3.3. Função da Escola

A escola é o segundo sistema da construção de pessoas educadas, pois tem a missão de “dotar os novos cidadãos de condições necessárias para conquista da sua realização pessoal e profissional” (Fonseca, 2003, p.124). A escola garante a sobrevivência e a melhoria contínua da sociedade pelo fornecimento sistemático de pessoas educadas a nível excelente. Em outras palavras a educação escolar ajuda as pessoas a serem felizes e a formar quadros para o estado ou bons cidadãos.

A escola não tem a missão de formar robôs que só servem para se submeter à sociedade ou para servir-se da sociedade. Espera-se que a escola desenvolva as aspirações de cada criança formando-a para a integração e participação ativa e consciente na vida social.

Compete à escola proporcionar 1º “ao educando a educação formal centrada num ensino de qualidade desenvolvendo habilidades e competências de senso crítico e de criatividade, valores, ambiente interativo e intercultural; 2º um ambiente favorável a aprendizagem estimulante, rico, agradável, robusto, disciplinado e organizado; 3º Consciencializar outros operadores quanto ao seu papel que nem sempre têm consciência de quão significativo é a sua intervenção; 4º Complementar de forma seletiva a educação familiar sem substituí-la” (Fonseca, 2003, p. 129).

Ora, as escolas de Luanda, na sua maioria, não reúnem condições aceitáveis para oferecer um ensino de qualidade. Nem sempre a reparação do edifício corresponde à melhoria dos serviços oferecidos à comunidade.

2.3.4. Relação Família/ Escola

A abordagem da relação família escola ajuda a conceber “a educação como processo que deve ser levado a cabo conjuntamente entre a escola, a família e o aluno por meio de metodologias específicas com suporte de organismos sociais e influências dos condicionantes oficiais e culturais” (Fonseca, 2003, p.125). O binómio da relação família escola fundamenta-se na percepção de que são dois sistemas em interação constante, que se ocupam da formação dos novos cidadãos, desde tenra idade. As tentativas de reflexão e estudo em torno da família procuram enfatizar a influência desta nos filhos sem ter em conta os outros contextos de desenvolvimento em que as crianças participam como a sociedade, a igreja, os meios de comunicação, e a escola. A escola tem um impacto decisivo no desenvolvimento.

A reflexão do tema família/ escola centra-se na “dimensão sistémica relacional, alicerçada na ecologia social da família ou nas redes complexas em que a família interage, vive e se desenvolve” (Gonçalves, 2003, p.105).

A teoria sistémica aplicada à compreensão da família nasce da “teoria geral dos sistemas de Bertalanfy e da teoria da comunicação Watzlawick, Beavin & Jackson, aplicando os conceitos vindos das ciências da natureza, à família, pressupõe que existem princípios e leis que ligam todos os seres vivos” (Gonçalves, 2003, p.105). A noção de sistema é entendida como uma complexidade organizada, com múltiplos elementos que estão em interação no seu interior e com o exterior, no qual há uma troca de informações e energia que interferem no equilíbrio do sistema, provocando novos desenvolvimentos (Gonçalves, 2003).

Os sistemas podem ser abertos ou fechados. Os sistemas abertos estão em constante interação com o meio e neles há uma permanente troca de informações, de

matéria e de energia que provoca alterações no interior do sistema e no seu meio. Os sistemas fechados apresentam resistência de informações e têm tendência a auto destruir-se porque ao reduzirem as suas fronteiras ecológicas não desenvolvem mecanismos de adaptação ao meio envolvente.

Transferido este alegoria para o âmbito desta reflexão, percebe-se que “a família é uma rede complexa de relações e emoções entre os seus membros cujos laços mantêm a unidade do sistema expresso nas interações transacionadas ao longo da sua história desenvolvimental e não sendo possível compreender essa estrutura complexa através de instrumentos criados para o estudo de indivíduos isolados” (Gameiro, citado por Gonçalves: 2003, p.106).

A família sendo um contexto natural de crescimento, desenvolve, ao longo do tempo, padrões de interação que regulam o comportamento dos seus membros. A família está inserida numa comunidade e numa cultura. Quer dizer que interage com outros sistemas exteriores onde os seus membros podem desempenhar funções que interferem reciprocamente no desenvolvimento pessoal, posicionamento na família e nos outros sistemas em que participa. “Para um funcionamento adaptativo da família, os limites ou fronteiras intrassistémicos e intersistémicos devem ser nítidos de forma a permitir que os membros dos subsistemas e dos sistemas desempenhem as suas funções sem interferências intrusivas, mas permitindo a transmissão de informação e de afetos. As famílias onde existe uma ausência de fronteiras, ou limites difusos, entre os vários subsistemas, com invasão da privacidade não proporcionam um contexto de exploração de diferenciação de si próprios e do mundo: são famílias aglutinadas ou enredadas. As famílias com fronteiras rígidas (autoritárias) entre vários subsistemas não permitem a troca de mensagens e de afetos, o nível de negociação interpessoal é reduzido e não oferecem

um contexto neutralizante para a exploração do mundo” (Munichin, citado por Gonçalves, 2003, p. 107).

Os conceitos da abordagem sistémica, aplicam-se também a escola entendida como um sistema aberto na medida em que “viabiliza, como um sistema auto-organizado, a troca de informações com a comunidade envolvente e se comunica com os sistemas mais próximos com quem partilha funções de complementaridade de educação e formação, como é sistema familiar, uma vez que os elementos que constituem o subsistema alunos são também um elemento dum subsistema filial” (Gonçalves, 2003, p.107).

Para responder ao desafio da relação dos sistemas, não basta a formação da comissão de pais e EE, é necessário ir mais além; isto é, fortalecer a ligação da escola com a comunidade que passa pela estratégia de elaborar projetos que visam alcançar e atender as necessidades das famílias aproximando os seus alunos, possibilitando o seu envolvimento nas atividades extracurriculares tais como: capacitação para a geração de renda, a autogestão, capacitação para o conhecimento da legislação, etc. A participação da família na vida da escola de seus educandos gera a noção de pertencer ao grupo social e desenvolve o senso de responsabilidade com o processo educativo e a preocupação da conservação da escola como um bem público. A LBSE n.º 13/2001 sublinha nos seus objetivos a necessidade de cooperar com os EE a fim de tornar eficiente o processo de ensino/aprendizagem. Integrar a família na vida escolar ativa dos educandos, suscita a necessidade de dar todo o apoio que os alunos necessitam para o seu crescimento escolar. Ajudar a reconhecer que a escola é uma instituição parceira direta da família e um lugar onde os pais confiam a educação dos seus filhos, porque encontram nela um tipo de apoio para as suas vidas. A escola converte em elemento indispensável para os pais e EE.

2.3.5. A Relação Escola/ Família desde a Perspetiva Sistémica

A abordagem sistémica ajuda a perceber que a família e a escola são dois sistemas em constante interação com outros sistemas sociais. Ambos aparecem com destaque porque são indispensáveis para a formação dos novos cidadãos. Efetivamente, a família não pode levar a bom porto a educação dos filhos sem a intervenção da escola e de outros subsistemas. A escola pelo ensino também não atinge todas necessidades educativas tais como: educação ambiental, educação do consumidor, educação para os média para a saúde, educação para o género e para as artes. Sobre as ilimitadas necessidade educacionais Zau (2009) refere que “através da educação cívica comunitária surge um outro conjunto de necessidades de aprendizagens direcionadas para o exercício de diversas competências transversais, não só associadas ao desempenho de papéis do foro privado como também ligados aos exercícios de cidadania. São elas: educação para a cidadania, para a solidariedade, educação intercultural e para a família” (p.44).

A família é um sistema aberto e total porque está sujeita à adaptação dos seus membros à dinâmica de transformação e remodelação contínua sem, no entanto, destruir a sua identidade sistémica. As relações que a família mantém com outros sistemas e, dentro do próprio sistema necessitam de serem permanentemente reguladas de forma funcional para que não sejam nem demasiado rígidas nem demasiado flexíveis. Mas tenham limites bem definidos entre outros sistemas. Implica dizer que a escola, apesar de ser um sistema vocacionado à formação integral do homem superando as lacunas que a família deixa, não substitui o papel da família. O ingresso dos filhos na escola é um dos acontecimentos normativos com que a família tem de lidar. Se por um lado, os EE juntamente com os filhos entram no processo de interação com um sistema formal muito organizado hierarquicamente, de normas, e com forte poder social. Este acontecimento convida o

sistema familiar redefinir as suas funções no que concerne à assumpção da mediação direta e formal, na comunicação com a escola, quem garante o apoio ao estudo, quem acompanha na regulação dos tempos de estudo, de lazer e de descanso. Por outro lado, que na fase do ingresso dos filhos na escola, entra no sistema familiar muita informação vinda do exterior, trazida pelos educandos resultante das experiências vividas na escola, do confronto com outras formas de organização familiar. Este momento é percebido pelo sistema familiar como teste decisivo à sua competência de educadores. (Gonçalves, 2003). Impõe-se a necessidade de estabelecer a comunicação fluente entre o sistema escolar e o sistema familiar definindo, naturalmente, as fronteiras entre os mesmos, facilitando a troca de informações necessárias para a realização das funções de cada um, e tendo em vista o objetivo comum que é a procura do desenvolvimento integral dos filhos/alunos.

2.4. O Envolvimento dos Encarregados de Educação na Missão da Escola:

Riscos e ganhos

O modelo participativo de organização e gestão da escola, traz ganhos incomensuráveis para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem na medida em que a escola planifica e elabora o projeto pedagógico e curricular em atenção as necessidades da comunidade circundante representada pelos EE. Aliás, nos tempos que correm, “a escola já não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla” Libâneo, 2013, p.97).

Esta estratégia apresenta, por outro lado, riscos na medida em que não estão suficientemente explícitas as formas de participação dos EE na gestão da escola. Os diferentes interesses específicos que norteiam as diversas categorias que se envolvem na

gestão da escola podem transformar-se em fonte de conflitos. Por exemplo, os professores podem fazer uma legítima reivindicação de uma competência profissional autónoma que pode colocar barreira nas relações com os pais, bloquear a discussão e até mesmo a comunicação. Os pais ao abordar problemas pedagógicos didáticos podem assumir atitude percebida de censura aos professores, num campo em que não são especialistas. Apesar de tudo, o envolvimento da família é útil e necessário para o desenvolvimento do processo de aprendizagem de qualidade, desde que for entendido na lógica de que, “a família e a escola compartilham funções sociais, políticas e educacionais na medida em que contribuem e influenciam a formação dos novos cidadãos. Ambas são responsáveis pela transmissão do conhecimento culturalmente organizado. E, regido pelo princípio de que “a escola tem funções sociais explícitas, objetivos próprios, projeto pedagógico e curricular, estrutura de gestão, formulados de forma coletiva e pública dentro do critério de respeito de papéis e competências” (Libâneo, 2013, p.98).

Em Angola foi criada e aprovada a associação de pais e encarregados de educação publicado no diário da República de 10 de janeiro de 2013, série N.º 7. É uma associação de direito privado, de interesse público, educativo, formativo, sem fins lucrativos, independente de qualquer ideologia do credo religioso. O surgimento deste órgão de educação traz expectativas que possam mudar as atitudes dos EE, tal como diz um dos seus objetivos: “Promover a formação dos encarregados da Educação e pais, enquanto membros da comunidade educativa, habilitando-os ao cabal desempenho de sua missão de membros dos órgãos de gestão” (Diário da República, 2013, p. 645).

Apesar de bons propósitos constantes nos objetivos do estatuto da Associação Nacional dos Encarregados de Educação e de Pais de Angola, não se sente o impacto da sua ação.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO DE NOVOS CIDADÃOS

3.1. Formação dos Novos cidadãos

Formação ou formar é um conceito que se emprega em diversos sentidos, geralmente, determinado pelos qualitativos que o acompanham. Especificamente formação designa a estrutura e organização dada àquilo que estava antes informe ou insuficientemente organizado. Combinando o sentido de formação e educação, designa: 1) a ação de preparar alguém para um ofício, função; 2) Ação de ajudar alguém a adquirir determinadas qualidades ou mesmo certo ideal de humanidade. Ex.: a formação do adolescente para a vida, através do rito de iniciação. A formação é dada, sempre em vista de um fim determinado. Ex.: formar alguém para algo.

A formação, tal como a educação e o ensino pressupõe a colaboração de quem a recebe. O conceito formação diz respeito a orientação psicopedagógica e psicossocial que visa promover no homem/mulher capacidades adaptativas que lhe permitam abrir-se adequadamente à pluralidade e à variedade das situações concretas em que seja chamado a intervir (Verbo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro).

Cidadão, designa todo o homem /mulher que goza o direito e o dever de cidadania do respetivo estado. Na constituição de Angola designa-se cidadão, todo o homem/mulher nativo ou estrangeiro residente em Angola. Cidadania, no âmbito desta pesquisa é o ato de se “sentir responsável pelo funcionamento adequado e harmonioso das instituições, é estar atento ao andamento das atividades do Estado e ao cumprimento das suas responsabilidades em relação aos princípios constitucionais. Ser cidadão é ter consciência

de que se é sujeito de direitos: à vida, à liberdade, à igualdade, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Bonachela e Nadder, 2010, p.236) e também sujeito de deveres.

A formação dos novos cidadãos designa, portanto, a ação de modelar as crianças, adolescentes e jovens para aquisição de competências que lhes permitam abrir-se às situações concretas e ajustar-se constantemente aos desafios da sociedade contemporânea.

3.2. Desafios da Sociedade Contemporânea e a Missão da Escola

Em pleno século XXI, a situação da educação e ensino de Angola revela-se preocupante. Na verdade, uma grande percentagem de alunos do ensino primário e do I ciclo do ensino secundário transita para o II ciclo do ensino secundário, semianalfabeto (são os chamados analfabetos funcionais). Outra grande maioria em situação de analfabetos ou mesmo sem acesso à escola. A situação é constrangedora, numa altura em que a nível internacional se fala do direito à educação de qualidade para todos. E a constituição da república defende o direito à educação básica gratuita e obrigatória.

A educação defendida em Angola é, de facto, instrumento de promoção de igualdade social ou de marginalização de uma parte de cidadãos expressa nos seus procedimentos. Angola tem registado notáveis progressos na educação, quer em termos de quantidade que se traduz no crescimento do número de matrículas no ensino primário e a consequente frequência escolar, aumento da rede escolar bem como o recrutamento e qualificação dos professores. Os relatórios do Ministério da Educação confirmam estes dados. As conquistas alcançadas permitem aferir a materialização do 2º objetivo de desenvolvimento do Milénio, graças às estratégias adotadas e aos princípios defendidos

desde a primeira Reforma educativa de 1978, e que está presente também no objetivo de tornar o ensino primário universal, tal como diz a LBSE n.º 13/2001.

O papel da escola na formação dos novos cidadãos encontra os seus fundamentos nos pilares da educação prevista pela UNESCO para o Século XXI.

As mudanças do paradigma económico produzem pressão exterior que a escola contemporânea vai sofrendo, é urgente repensar o seu papel pois “os avanços tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo do conhecimento afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores e repercute na qualificação profissional e nos sistemas de ensino nas escolas” (Libâneo, 2013, p.43). A reforma do sistema de educação de Angola e a consequente redefinição dos objetivos da educação necessita de cruzar duas realidades profundamente influentes do modo de vida do povo angolano: o ritmo de vida das populações das zonas urbanas peri-urbanas e das zonas rurais que, apesar de receberem influências das novas tecnologias, vão lutando em conservar as suas tradições e cultura, com todos os valores e contravalores que põem em causa a dignidade da pessoa e a influência do movimento mundial global que elimina as barreiras fronteiriças e dilui a identidade específica.

O novo paradigma de produção baseado nas tecnologias e no capitalismo financeiro submete a sociedade a leis do mercado visando o lucro, enfatiza a eficiência dos índices da produtividade e da competitividade. Ora, “o modelo económico neoliberal emergente está trazendo consequências prejudiciais às políticas sociais e o consequente empobrecimento da população. A nível individual as pessoas são estimuladas a preparar-se para competir no mercado do trabalho” (Libâneo, 2008, p.47). Logo, a escola, instituição que está ao serviço da educação, no seu processo de ensino/aprendizagem com vista a formar os futuros cidadãos exige-se “adequação aos interesses do mercado e investimento na formação de

profissionais mais preparados para as modificações do processo de produção que afetam a organização do trabalho nas empresas para novas formas de produção” (Libâneo, 2008, p.47). A nova realidade requer trabalhadores com mais conhecimentos e preparação técnica.

Por isso a educação primária que é ponto de partida e base sólida para continuação de estudos nos subsistemas e ciclos consequentes (ensino secundário e ensino superior), sendo fundamento do sistema de educação é um fator determinante para conferir formação integral e harmoniosa. Nesta nova corrida da sociedade hodierna, a educação e ensino pode converter-se em fator de inclusão ou exclusão social, uma vez que vai crescendo cada dia a não-aceitação da mão de obra não qualificada no mercado do trabalho. Os alunos são assim, considerados analfabetos funcionais que escola vai produzindo.

Alain Tourraine aponta algumas características da atual sociedade e justifica a sua classificação com a seguinte comparação “na sociedade industrial predominou a produção de objetos materiais. Na sociedade informacional o que se destaca é a produção e a difusão de bens culturais especialmente a informação, no telefone celular, nas diferentes mídia e trazem muitos ganhos para a sociedade” (Tourraine citado por Libâneo, 2008, p.48). Hoje é cada vez mais notório o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino/aprendizagem e se reconhece o grande poder que estes possuem para estimular a inteligência dos alunos. Porém, é evidente que ao lado dos benefícios que proporcionam, eles podem converter-se num instrumento de exclusão social na medida em que deixam “maior parte da população à margem da economia, além de promoverem a exclusão cultural já que a população pobre, por causa da baixa escolarização, tem reduzida capacidade crítica diante da avalanche da informação vinda especialmente da televisão” (Libâneo, 2008, p.48). Face a realidade a escola está chamada a enfrentar um novo desafio

redefinindo os seus objetivos. “Os professores na tarefa de desenvolver a inteligência e todas as capacidades cognitivas dos alunos necessitam de “ampliar a capacidade reflexiva e crítica em condições de produção e difusão do saber científico e da informação” (Libâneo, 2008, p.48). A informação é necessária. Contudo, necessita de ser filtrada pela reflexão crítica, não conformista mas que permite visões divergentes.

3.3. Desafios Contemporâneos e a Formação de Novos Cidadãos

Os analistas da nova realidade social são unânimes em constatar que ao nível mundial vive-se o fenómeno da despolitização da sociedade caracterizada pela diminuição da ação pública na solução dos problemas, falta de credibilidade nas formas convencionais de representação política e crescimento do individualismo e insensibilidade social. O reflexo desta situação na sociedade angolana traduz-se num certo ceticismo em relação ao movimento político resultante das deceções vividas no quotidiano, colocando em crise o desenvolvimento de uma cidadania ativa e criativa. Esta situação impõe à missão da escola a procura de “novas perspetivas sobre o sentido de cidadania, uma vez que se faz necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre vários grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e para os direitos humanos” (Libâneo, 2008, p.49). De facto, quando maior for o acesso à educação libertadora, maior será a participação social do povo. E quanto menor for a qualidade de educação, menos será a participação social. Como é o caso de crise Ética. Neste caso não se necessita muito esforço para aferir que na sociedade contemporânea abunda a crise de valores e predomina o relativismo moral, “baseado no interesse pessoal, na vantagem, na eficácia, sem referência a valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia e o respeito à vida” (Libâneo, 2008, p.50). Assiste-se, hoje a graves aberrações nas atitudes dos angolanos, resultantes quer das vivências da longa guerra quer da adoção

dos modelos de vida «lighth» apreendidos das telenovelas, que se constituem num tremendo choque com os valores ético-sociais da cultura angolana. Por esta razão, é frequente ouvir nos discursos a questão da recuperação dos valores. E os discursos de José Eduardo dos Santos, à nação, sublinham a necessidade educação para os valores morais e cívicos. Obviamente, neste contexto social, a escola além de transmitir o conhecimento científico e preparar para o mundo da tecnologia e da comunicação tem a missão difundir saberes socialmente úteis tais como: a revitalização da formação ética, presente no atual projeto curricular (na cadeira Estudo do Meio da 1ª a 4ª classe e de Educação Moral e Cívica lecionada a partir da 5ª classe até ao I ciclo). No subsistema de ensino técnico-profissional a cadeira designa-se (Formação de atitudes de atitudes integradoras), defesa do meio ambiente, direitos humanos, luta contra a violência, o racismo e a segregação social (Libâneo, 2008).

A Exclusão social é um outro fator que leva a menor qualidade da educação. Segundo Libâneo (2008), “as mudanças que se vão produzindo na sociedade atual, “impulsionam avanços científicos e tecnológicos, novos processos de produção, novas formas de conhecimento e ação”. Isto traz para a vida, ganhos desmedidos. Não obstante a estes benefícios, vão se produzindo também grandes distâncias entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos” (p.55). Gaudêncio (citado por Libâneo, 2008, p.50) descreve algumas características da dinâmica social atual nos seguintes termos: “no plano socioeconómico, o ajustamento de nossas sociedades à globalização significa exclusão de dois terços da humanidade de direitos básicos de sobrevivência, emprego, saúde e educação. No plano cultural, ético e político, a ideologia neoliberal prega o individualismo e naturalização da exclusão social, considerando essa como sacrifício inevitável no processo de modernização e globalização da sociedade. No plano educacional a educação

deixa de ser um direito e transforma-se em mercadoria, ao mesmo tempo que se acentua o dualismo educacional: diferente qualidade de educação para ricos e pobres”.

A situação social de Angola é exemplo prático destas características descritas nas linhas anteriores: caracterizada pelas desigualdades sociais em que mais 60% da sociedade vive a pobreza e à margem dos benefícios dos avanços técnicos e tecnológicos. Há uma mesma lei do sistema educativo mas duas educações em termos de exigência e qualidade. A presença de escolas particulares pode ser apontada como um meio de responder à necessidade da expansão da rede escolar. No entanto torna-se, também uma forma de promover a exclusão social, na medida em que nas escolas públicas onde o ensino é grátis, a qualidade de ensino deixa muito a desejar. E nas escolas privadas, nem todos têm capacidade financeira para suportar os custos das propinas.

A escola perante esta realidade, de acordo com Libâneo (2008), a escola tem a missão de ser luz no túnel. As características da sociedade contemporânea impõem à escola a adoção de novos procedimentos na consecução dos seus objetivos: “1) Não pode ser isolada de outros contextos, outras culturas, de outras mediações. 2) A escola necessita voltar-se para as realidades contemporâneas ligando-se ao mundo político, económico e cultural, não para reforçar a exclusão social, mas sim combater as diferenças promovendo a inclusão. Por isso, o currículo escolar deve centrar-se na formação geral e contínua de sujeitos pensantes e críticos, na preparação para sociedade técnica/científica/informacional, na formação para a cidadania crítica/participativa e na formação ética” (Libâneo, 2008, p.51).

3.4. A Formação dos novos cidadãos nos objetivos da Educação Angolana

O preâmbulo da Lei de bases de educação n.º 13/2001 em vigor na República de Angola, sublinha a necessidade de escolarizar todas as crianças em idade escolar e reduzir o analfabetismo de jovens e adultos considerando que, “as mudanças profundas no sistema socioeconómico, [...] a transição da economia de orientação socialista para uma economia de mercado, sugerem uma readaptação do sistema educativo, com vista a responder á novas exigências de formação de recursos humanos, necessários ao progresso socioeconómico da sociedade angolana. (INIDE, 2009, p.41).

Para levar a cabo o processo da readaptação foram definidos os seguintes objetivos gerais da educação na República de Angola: “a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração de maneira contínua e sistemática, e elevar o nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país; b) Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos; c) Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores, símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, unidade nacional, preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida; d) Fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito à vida, à liberdade e à integridade pessoal; e) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo” (INIDE, 2009, p.42).

Para o efeito, a escola tem a missão de estar atenta às necessidades da comunidade social, e promover a formação cultural e científica, possibilitando o contacto dos alunos com a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, e pela ética (Libâneo, 2008). No meio de tantos meios de comunicação que difundem um grande volume de informação e variadíssimos tipos de informação, a escola tem a missão de prover a formação básica, isto é, desenvolver a capacidade de ler e escrever dar a formação científica, “estética, ética, e desenvolver as capacidades cognitivas e operativas” (Libâneo, 2008:52).

Na formação dos novos cidadãos, é importante partir do facto de que a escola não é a única detentora do saber: “a educação acontece em muitos lugares, por meio de várias agências como a família, os meios de comunicação, as empresas, os clubes, as academias de ginástica ou de desporto, os sindicatos” (Libâneo, 2008: 52). Portanto, a escola ao contar com os diferentes parceiros, ela desempenha a função de ser espaço de síntese e de sistematização dos diversos saberes. Não se limita aos conteúdos programáticos, vai mais além, sintetizando a cultura da experiência colhida “na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho, etc. e a cultura formal das habilidades de pensamento” (Idem). O Artigo 1º da lei n.º 13/2001 refere que “a educação constitui um processo que visa preparar para as exigências da vida política, económica e social do país e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científica e técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimnodesportivas” (INIDE, 2009, p. 41).

Para se transformar neste espaço de síntese dos saberes, a escola necessita de prover as condições cognitivas e afetivas dos alunos, a fim de ajudar a atribuir significado pessoal e social às informações recebidas dos media, das multimédia e das diversas formas de intervenção educativa presentes na sociedade, desenvolvendo a capacidade crítica, tais como: articular a capacidade de receber e interpretar a informação com a de produzi-la. Ora, a realidade da escola atual em Angola evidencia que os alunos desenvolvem a capacidade de rever a informação, porém apresentam fracas habilidades e destrezas de interpretar e imensas dificuldades de produzi-la. Exemplo elucidativo no quotidiano, mostram a grande facilidade de os alunos realizarem exercícios de perguntas e respostas do que os exercícios que implicam a reflexão e exteriorização do pensamento sobre um determinado assunto.

A Formação dos Cidadãos no Subsistema de Ensino Geral

Chama-se Subsistema de Ensino Geral ao “fundamento do Sistema de Educação destinado a conferir formação integral, harmoniosa e uma base sólida e necessária à continuidade de estudos em subsistemas subsequentes” (INIDE, 2009, p. 46).

Este subsistema tem os seguintes objetivos gerais:

- a) “Conceder a formação integral, e homogénea que permita o desenvolvimento harmonioso das capacidades intelectuais físicas, morais e cívicas;
- b) Desenvolver os conhecimentos e as capacidades que favoreçam a autoformação para o saber fazer eficazes que se adaptem a novas exigências;

- c) Educar a juventude e outras camadas sociais de forma a adquirirem hábitos e atitudes necessários ao desenvolvimento da consciência nacional;
- d) Promover na nova geração e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-las para uma atividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida” (INIDE, 2009, p.46).

Os objetivos gerais ora, apresentados sintonizam com os objetivos traçados pela UNESCO para desenvolver os pilares sobre os quais devem assentar as aprendizagens das novas gerações, por um lado. Por outro lado, respondem claramente à finalidade da educação escolar, tais como a transmissão dos conhecimentos teóricos e práticos acumulados ao longo dos séculos, através do ensino. Está-se a falar da finalidade cultural ou instrutiva da escola. É caso do primeiro objetivo geral que procura dar uma formação íntegra às jovens gerações. A prossecução deste objetivo leva a trabalhar o processo do aprender a conhecer, através da aquisição dos instrumentos de pensamento, reflexão crítica, imaginação e criatividade. Este primeiro objetivo, também realça a finalidade personalizadora/estimuladora pois ao desenvolver as capacidades físicas, intelectuais, etc., estimula as aptidões individuais dos educandos para o desenvolvimento das habilidades técnicas, sociais e profissionais. Também ao dar uma formação integral e homogénea, está a trabalhar a sua finalidade igualizadora na medida em que incorpora as diferenças individuais perseguindo um fim comum que é a formação dos novos cidadãos, independentemente da sua proveniência, religião, língua ou condição social.

O segundo e quarto objetivo incidem sobre a finalidade Produtiva ao procurar desenvolver capacidades do saber fazer a fim de se adaptarem a novas exigências, favorecendo a autoformação de cada indivíduo conferindo-lhe competências no seu agir e

documental. Estamos em presença da finalidade produtora e certificadora que procura tornar a pessoa útil proporcionando-lhe certificação/diploma e concede a possibilidade ter acesso a um posto com o título de validação que a escola lhe concede.

O terceiro objetivo tem a ver com a finalidade socializadora. Ao trabalhar no processo de aquisição de hábitos e atitudes indispensáveis para o desenvolvimento da consciência nacional inculca nas novas gerações os valores, as normas, os hábitos e os comportamentos que têm a ver com as normas adotadas na sociedade angolana. Sendo o processo de socialização sistemático em que interagem dois micros sistemas numa dinâmica retroativa: a família como socialização primária e a escola como socialização secundária ou institucionalizadora. O Subsistema de Ensino Geral subdivide-se em Ensino primário e Ensino secundário.

O Ensino Primário

Entende-se por ensino primário o sistema de ensino inicial, fundamento de todo o ensino. Denomina-se ensino de base, um dos níveis do sistema educacional de Angola. Pertence à estrutura do subsistema do ensino geral, está formado por seis classes e precedido pela classe de iniciação ou pelo pré-escolar. É de frequência obrigatória a partir dos seis anos com previsão de conclusão aos doze anos de idade.

A conferência de Jomtin considera o ensino primário “uma educação básica que objetiva satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Instrução primário no qual as aprendizagens subsequentes devem se basear” (Gadotti, 2010, p.288).

Na Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001 de Angola define o ensino primário a “base de ensino geral tanto para a educação regular como para adultos e ponto de partida para os estudos do nível secundário” (LBSE, art. 18º, n.º 13/01).

A educação básica é entendida como “piso e não como teto do desenvolvimento de cada indivíduo. Inclui o nível primário do ensino formal. Não se destina apenas às crianças mas também aos adultos que não a tiveram na idade própria”(Gadotti, 2010, p.289). Impõe a necessidade de articular-se com a educação informal, e ainda nas comunidades africanas e na sociedade atual à educação não formal. Ora este procedimento exige aliar a escola com a comunidade.

O currículo está constituído por seis disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio, Educação Física, Educação Manual Plástica e Educação Musical até à 4ª classe. A partir da 5ª classe, inclui a História, a geografia e a Educação Moral e Cívica. O estudo destas disciplinas visa promover e desenvolver as habilidades de cálculo, escrita e comunicação, conhecimento do meio ambiente natural e social, estimular a cidadania ativa, respondendo, assim aos objetivos deste nível primário. Que pretende desenvolver a comunicação, e a expressão, a socialização, desenvolver a capacidade intelectual, espírito estético e de criação artística e as habilidades motoras.

A atenção às necessidades básicas de aprendizagem caminha de mãos dadas com a prática da “equidade no acesso e no usufruto dos benefícios da educação”.

O cenário da tipologia das escolas atesta um atropelo na igualdade de direito de acesso. Há escolas de educação e ensino de qualidade comprovada e há escolas sem ensino de qualidade para as massas onde as crianças e os zeladores são persuadidos com a prática de transição automática de classe. A gestão centralizada do sistema de educação de Angola dificulta a elevação da qualidade de ensino e a mobilização da “capacidade criadora das escolas e da sala de aula. Não existem duas escolas iguais” (Gadotti, 2010, p.291). Para o ensino primário ser “base para a educação continuada e integrante, exige

aproximar os indivíduos da comunidade, concentrando o processo educativo nas pessoas, em suas necessidades e no seu contexto” (Gadotti, 2010, p.291).

A Formação dos Novos Cidadãos nos Objetivos do Ensino Primário

Na LBSE de Angola, o Ensino primário é precedido pelo subsistema de Educação Pré-escolar e pela classe de iniciação ou Pré primária para aquelas crianças que não frequentaram a pré-escola.

O subsistema de Ensino Geral estruturado em dois blocos que são o Ensino Primário e o Ensino Secundário.

A análise desta pesquisa gravita em torno do ensino primário, fundamento do sistema da educação para conferir bases necessárias para a sequência da formação académica nas classes consequentes.

“O Ensino primário está unificado por 6 anos, constitui a base do ensino geral, tanto para a educação regular como para a educação de adultos e é ponto de partida para os estudos no Nível secundário” (LBSE, art. 17 da Lei 13/01). Prove-se a trabalhar os seguintes Objetivos específicos: a) “Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão” (art. 18, a) da Lei 13/01). Deste modo, a escola angolana ao trabalhar estas habilidades dos alunos estará a “preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional, apostando na preparação tecnológica promovendo a capacidade de saber tomar decisões, fazer análises globalizantes, interpretar informações de toda a natureza, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar junto, etc.” (Libâneo, 2008, p. 53). Por outras palavras quer dizer que o novo modelo de produção corrente na sociedade contemporânea, exige dos novos cidadãos aquisição de competências de compreender a totalidade do processo de produção, desenvolver a capacidade de tomar decisões e de fazer análises gerais,

interpretar informações de todo o tipo, pensar estrategicamente, desenvolver flexibilidade mental para lidar com situações inesperadas. Tais como “aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes a socialização” (art. 18, b) da Lei 13/01). A transformação das atitudes tendentes à socialização passa pela “formação para os valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitária” Libâneo (2008, p.53).

No trabalho com os alunos, é importante adotar procedimentos metodológicos que levam os alunos a refletirem sobre os valores e os critérios de decisão e de ação, frente aos problemas do mundo em todos os domínios da dinâmica social como os problemas de ordem política, económica, direitos humanos, relações humanas, meio ambiente, violência, formas de exclusão social e formas da exploração do trabalho humano. E “proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais” (art. N.º18 c); A escola como espaço de síntese para “promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos por meio dos conteúdos escolares.

O processo de educação e ensino preza-se pela formação do aluno para transformá-lo em sujeito pensante, de modo que aprenda a utilizar o seu potencial intelectual, na construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes e valores. Isto implica no processo de ensino/aprendizagem, investir na combinação entre a assimilação consciente e ativa dos instrumentos conceituais, para lidar com os problemas, dilemas e situações da realidade. De forma a “estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação artística” (Artigo 18 d) da Lei 13/01). Este objetivo do ensino primário coaduna com o objetivo da escola na sociedade técnica e tecnológica que procura “promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural dos alunos, incluindo o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação” (Libâneo, 2008: 53). Desde a primeira reforma os objetivos e finalidades da educação em Angola

insistem nesta dimensão importante da vida humana. De facto uma educação libertadora promove a capacidade de imaginação criativa desde tenra idade. E a “garantir a prática sistemática de educação física e de atividades gimnodesportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras”. O desafio da formação dos novos cidadãos para sociedade hodierna passa pelo desenvolvimento do desporto e ginástica não só para divertir a sociedade mas também para estimular a capacidade de trabalho dos alunos e desencorajar todas as tendências de as crianças, os jovens e os adolescentes enveredarem para o comportamento delinvente.

Por isso na escola primária o grande desafio da educação é ensinar as crianças a viver com os outros, com tolerância, sem violência ou melhor, convivência pacífica. Pois a educação tem a finalidade de ensinar a crianças a viver e praticar a democracia no sentido de concordar com a decisão da maioria sem atitudes de protesta nem indisposição bloqueante. É também missão da educação construir sociedade justa e equilibrada, dando competência de participação ativa e consciente.

É certo que o trabalho da educação é complexo porque atende a heterogeneidade, aos ritmos e visões diferentes. Porém, a meta para qual se encaminha todo o processo é “proporcionar a crianças e jovens meios cognitivos e operacionais que atendam tanto às necessidades pessoais como as económicas a fim de que os alunos que passem por ela ganhem condições de exercício da liberdade política e intelectual” (Libâneo, 2008, p. 56).

A Formação dos novos cidadãos e a Educação Ambiental

Os novos desafios da formação dos novos cidadãos necessitam de olhar para o homem não só como indivíduo. Mas como um ser em relação com a sociedade e com o meio ambiente natural. A constituição da República sublinha o direito ao ambiente nos

seguintes termos: (i) Todos têm direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem com o dever de defender e preservar o ambiente. (ii) O estado adota as medidas necessárias à proteção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correta localização das atividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. (iii) A lei pune os atos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente” Constituição 2010, art. 36º).

A ampliação das finalidades da escola para a temática da educação ambiental está apetente no projeto curricular do ensino primário de forma transversal a todas as disciplinas. Certamente, o movimento ambiente contemporâneo reúne diversos pontos de vista que vão desde as correntes que defendem a preservação das matas, dos animais na perspectiva de natureza intocável, reagindo ao movimento de destruição do meio ambiente natural. Outras enfatizam o naturalismo, propondo uma educação pelo contacto com a natureza, para promover o turismo ecológico.

Umam incentivam ações dos movimentos sociais, das comunidades e dos governos, na luta contra a poluição das águas, do ar, etc. Há, ainda, outra corrente de ambientalistas que agrupa organismos internacionais, nomeadamente o Banco mundial, a FAO, a UNESCO e várias organizações não-governamentais e associações ambientalistas, que defendem o trato da terra, no uso da energia, no tratamento dos resíduos etc. subdivide-se em duas perspectivas: a primeira evoca o desenvolvimento sustentável e seu modelo de desenvolvimento é capitalista. A segunda é a vertente das «sociedades sustentáveis» que sem negar os avanços técnicos e o desenvolvimento ambiental colocam em questão “o

modelo de progresso destruidor da natureza” (Correntino, citado por Libâneo, 2008:59. Os diferentes enfoques de educação ambiental convergem na busca de objetivos comuns.

Um olhar à realidade atual de Angola, concretamente em Luanda, facilmente se constata o problema da degradação do meio ambiente. A vida nos bairros urbanos, peri-urbanos e rurais está ameaçada pela poluição. Registam-se muitas enfermidades e elevado índice de mortalidade. Para fazer frente ao conjunto de problemas ambientais, a escola necessita levar os alunos a refletirem sobre as diferentes questões do ambiente no sentido de que as relações do ser humano com a natureza e com as pessoas assegurem uma qualidade de vida no futuro; Educar as crianças e jovens para proteger, conservar e preservar espécies, ecossistema e o planeta como um todo; Ensinar a promover o autoconhecimento, o conhecimento do universo, a integração com a natureza; Introduzir a ética da valorização e do respeito à diversidade das culturas, às diferenças entre as pessoas, pois os seres humanos estão incluídos no conceito de natureza; Empenhar os alunos no fortalecimento da democracia, da cidadania, das formas comunitárias de discutir e resolver problemas, da educação; Levar a tomadas de posições sobre a conservação da biodiversidade, contra o modelo capitalista de economia que gera sociedades individualistas, exploradoras da natureza biofísica e da natureza humana (Libâneo, 2008, p.60) é um dos dos grandes desafios da educação escolar hoje.

A Formação dos Novos Cidadãos e o Desafio do Multiculturalismo

A educação Intercultural e multicultural é um dos grandes desafios da formação dos novos cidadãos. Angola é um mosaico multiétnico, multicultural e multilinguístico. As crianças que ingressam na escola provêm de ambientes familiares multiculturais e plurilinguísticos, resultantes de cruzamentos quer por casamentos quer por razões de

residência nos bairros suburbanos habitados por grupos humanos de diversas proveniências. A este LBSE sustenta que “o estado promove e assegura as condições humanas, científicas e técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” (artigo 9º, 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º 13/2001).

A educação intercultural ou multicultural fundamenta-se o “reconhecimento dos outros como sujeitos de sua individualidade e não constituem ameaça a convivência social. A presença da diversidade humana na sociedade resulta da transversalidade de culturas, no sentido de que toda a cultura é plural. Uma prática, um comportamento intercultural, significa reconhecer o pluralismo cultural, aceitar a presença de várias culturas e desenvolver hábitos mentais e atitude de abertura e diálogo com essas culturas (Libâneo, 2008, p.60).

Atualmente, os professores e alunos convivem com uma pluralidade crescente de pessoas e grupos sociais porque está aumentando cada vez mais a interação de pessoas de diferentes lugares do planeta, resultante do “movimento de migração que em parte, resulta das desigualdades sociais, da pobreza e da falta de condições aceitáveis para a vida. Para elucidar este facto basta olhar para Luanda a presença de europeus em busca de emprego, de asiáticos no comércio, dos povos da África do Oeste, do Norte e do Leste, de latinos americanos, etc. e com as uniões de facto que se vão efetuando. Por isso as crianças na escola convivem com culturas e costumes, línguas e linguagens.

A preparação dos futuros cidadãos do mundo global pela educação escolar, “requer que as decisões da equipe sobre os objetivos escolares e a organização curricular reflitam os interesses e necessidades formativas dos grupos sociais existentes na escola” (Libâneo, 2008, p.60).

Assumir o objetivo da educação intercultural não só sinónima de reduzir o currículo aos interesses dos vários grupos culturais que requeiram a escola. “A educação intercultural perpassa a organização escolar, o tipo de relações humanas que existe entre os profissionais e os usuários da escola, respeito a todas as pessoas que nela trabalham alcançando a meta da mudança de mentalidade, da transformação das formas de pensar, sentir, de comportar-se em relação aos outros” (Libâneo, 2008, p. 61).

A escola não é a única instituição transmissora dos conhecimentos e não é a única mola impulsionadora das mudanças sociais. “A construção de uma democracia económica e política pertencem às várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. No entanto, ela tem o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a formação cultural básica a ser provida pela escolarização” (Libâneo (2008, p.56).

O processo de socialização das gerações novas recebe influências de diversas instituições sociais. Uma das importantes funções da escola é manter-se em constante interação e articulação com as práticas sociais, tendo em conta a problemática da sociedade emergente. Quando ingressam na escola, os alunos trazem para a escola um conjunto de significados, valores, crenças, modos de agir, resultantes das aprendizagens informais, e não formais apreendidas do cinema, da Televisão, dos vídeos, das conversas entre adultos e entre amigos, das revistas, da escuta da rádio, de onde extraem a sua maneira ver e perceber o mundo, as pessoas, as diferentes culturas, povos etc. O processo de ensino/aprendizagem “precisa articular essas culturas e ajudar os alunos a fazerem ligação entre a cultura subjetivamente elaborada e a sua cultura quotidiana a fim de desenvolver a sua identidade cultural, adquirir instrumentos conceituais, formas de pensar e de sentir, para interpretar a realidade e intervir nela” uma escola mais eficaz supõe uma mudança da

natureza das práticas pedagógicas, adequadas aos públicos sociais e culturalmente diferenciados. A escola poderá promover processos de aprendizagens pertinentes relativamente aos contextos culturais dos alunos, o que implica uma articulação mais interativa entre a escola e a comunidade” (Canário, citado por Gaspar e Fernando (2010, p.179).

A educação intercultural sendo assunto pertinente e atual no contexto angolano, exige atenção a diversidade cultural dos vários povos que vivem em Angola facilitando assim, a compreensão das diferenças culturais e promover maior capacidade de comunicação entre pessoas de diferentes culturas sem complexos de superioridade de umas culturas sobre as outras. Deste modo, promovem-se os valores da interculturalidade e a educação para a cidadania, nomeadamente promovendo os valores tais como:

- i. Coesão social que prove um sentimento de pertença coletiva e sem não diluir as diferenças de proveniência;
- ii. Aceitação da diversidade cultural e tomá-la como um meio de enriquecimento mútuo;
- iii. Promoção da igualdade de oportunidade e equidade assente na identidade nacional como um só povo e uma só nação;
- iv. Participação crítica na vida democrática do país;
- v. Preocupação ecológica (Gaspar e Fernando, 2010).

A grande riqueza da prática da educação intercultural reside no facto de considerar “o outro e o diferente como ponto de partida” (Gaspar e Fernando, 2010, p.192), para uma vida mais feliz e equilibrada. “As línguas africanas de Angola encontram-se no contexto de uma sociedade multicultural e enquadra-se no âmbito da linguística Bantu que corresponde

aos idiomas com semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais numa área entre o sul dos Camarões e a África do Sul” (Zau, 2009, p. 117).

A Constituição da República prevê o ensino nas línguas nacionais “o estado angolano valoriza e promove o estudo, ensino e a utilização das demais línguas de Angola.”. E a LBSE prevê o ensino nas línguas nacionais para facilitar o processo de aprendizagem daqueles alunos têm dificuldade de se exprimir em português, sobretudo no ensino primário. “ O estado promove, e assegura condições humanas científicas e técnicas, materiais e financeiras para expansão e generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” (art. 9º da Lei n.º 13).

Os idiomas da língua Bantu são falados em vinte e dois países da África subsariana e apresentam características que levam a deduzir que têm uma origem comum compreendida a partir do tronco comum. As línguas Bantu de Angola não apresentam uma forma constante mas variações, dependemente da configuração geográfica e da localização dos grupos etnolinguísticos.

Assim temos, os Ovambo na região do Cunene e Kuando-Kubango; Os Nyaneka-Humbi no Cunene e Huíla; Os Nganguela na região Kuando-Kubango, Bié, México e Huíla; os Cokwe na região da Lunda Norte, Lunda -Sul, Moxico, Malanje, Bié, e Kuando-Kubango;os Ovimbundu no Kwanza-sul, Benguela, Bié, Huambo e Huíla; Ambundu na nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Malanje; os Bakongo, na nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo e Kwanza- Norte; Os Herero no Namibe e Cunene e os Osidonga no Kuando Kubango (Zau, 2009).

Em suma, podemos concluir que Angola é um país verdadeiramente rico quer em recursos naturais quer em recursos humanos. Esta riqueza se transforma ao mesmo tempo um desafio para a administração e gestão da escola que não se reduz à mera inclusão das

línguas no currículo do Ensino para ultrapassar os grandes problemas de aprendizagem devidos ao desconhecimento da língua veicular (o português), sobretudo as crianças, adolescentes e jovens das zonas rurais que desde tenra idade aprenderam a língua materna Bantu. Exige um conhecimento prévio das necessidades da comunidade em a escola está inserida, ou seja os moradores dos bairros de Luanda, com proveniências diversas.

PARTE II
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO IV: CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO EMPÍRICO

4.1. Opções metodológicas

O estudo que se apresenta é resultado da constatação da problemática recorrente que tange ao comportamento dos encarregados de educação delegarem exclusivamente a responsabilidades da formação integral das novas gerações na dimensões de custódia, ensino, certificação e socialização à educação escolar. Há uma certa tendência de transformar a escola numa instituição «*faz tudo*» a quem se delega todo o processo da educação desde a infância até a integração socioprofissional das novas gerações.

A experiência de longos anos de trabalho nos campos de docência, gestão e supervisão pedagógica nas escolas pública e confessionais as chamadas Escolas Católicas, permitiu verificar diferenças do movimento à procura de vagas, no final e no princípio do ano letivo. Grande n.º de EE solicita matricular seus educandos nas escolas sob gestão de instituições eclesiásticas. Não obstante aos esforços do estado angolano ter apostado na expansão da rede escolar no aumento de número e qualificação dos professores para assegurar o processo de aprendizagem/ensino de qualidade para todos.

Para aferir a veracidade do fenómeno que se verifica partiu-se para uma pesquisa para qual se elegeu o paradigma quantitativo, dada a extensão da amostra selecionada e a necessidade de colher mais dados sobre o assunto. A natureza exploratória e discutiva do estudo mobilizou a análise documental e o inquérito por questionário como técnica de pesquisa privilegiada.

Decorrente do quadro teórico conceptual e do modelo lógico construído procurou-se descrever, relacionar e interpretar as perceções dos EE sobre a missão e a finalidade da escola por um lado e as responsabilidades da família por outro lado, na formação dos novos cidadãos. Procurou-se cruzar os dados do referencial teórico com referencial empírico a fim de medir a intensidade do fenómeno em estudo.

4.2. Contexto da Pesquisa: municípios de Viana e Cazenga

A pesquisa foi realizada nos Municípios de Viana e Cazenga na Província de Luanda em Angola. Viana é uma cidade angolana da categoria de município da Província de Luanda. Foi fundado em 13 de dezembro de 1963. Ocupa uma extensão territorial de 1.344 km². Tem os seguintes limites geográficos: a norte município do Cacuaco e Cazenga, a Este município do Icolo e Bengo, a Sul o município da Quissama e a Oeste oceano atlântico e o município de Belas. Atualmente é constituído pelas comunas de Calumbo, Barra do Kwanza e Viana. Demograficamente, Viana é um dos municípios mais populosos da província de Luanda conta mais de trezentos (300.000) mil habitantes, oriundos, maioritariamente, de regiões do interior do país que fugiram a guerra e já não estão interessadas a regressar a terras de origem. Nos últimos anos, Viana tem verificado crescimento acentuado da população, por causa da sua proximidade com Luanda e do investimento industrial. Pois, a sua posição geográfica, em relação a Luanda, aliada às suas extensas planícies, faz de Viana uma zona de forte implantação industrial e habitacional. Muitas indústrias se instalaram nessa zona de Luanda e muitos projetos de indústrias em carteira. Situação que permite antever que Viana é um potencial económico para o desenvolvimento de Angola.

Cazenga é um dos sete municípios da Província de Luanda, Angola. Ocupa uma superfície de 41.000 km². Constituído pelas comunas do Hoji ya Henda (Zona 17), Cazenga (Zona 18) e Tala Hadi (Zona 19). Faz fronteira: a Norte com o município do Cacuaco, a Sul o município de Belas, e Viana e a Oeste pelo município de Luanda. O município é também dos mais populosos. Tem cerca de 2. 000.000 Milhões de habitantes. O Cazenga começa a desenvolver-se no final da década de 1960 quando o estado português, no período colonial construiu os chamados indígenas destinados à população de origem africana, expulsa da área onde vivia por causa da rápida expansão da cidade e da população de origem europeia. Portanto, o crescimento da cidade de Luanda, o afastamento da população africana para a periferia e a migração das populações do interior atraídas pela oferta de melhores oportunidades económicas resultou no aumento da taxa de ocupação e da densidade populacional dos musseques. A partir de 1975 a guerra civil que assolou Angola provocou a fuga de milhares de pessoas do interior de Angola para o litoral, em particular para a capital. Cazenga transformou-se em zona de maior número de deslocados e refugiados. Este facto explica o crescimento exponencial da sua população.

Tanto Viana como Cazenga sofrem, ainda, de carência de ordem social nomeadamente, ao nível da oferta de serviços sociais básicos (expansão da rede escolar, saneamento básico, saúde) e económica; repercutindo no desemprego ou emprego no setor informal. Para realizar da pesquisa empírica foram selecionadas três escolas nos municípios de Viana e Cazenga. Duas pertencem à rede de escolas Católicas e uma da rede de escolas públicas. E para manter o compromisso do anonimato, as escolas em estudo foram classificadas em A, B, e C.

A escola A está situada no município de Viana, na área da Estalagem Quilómetro 12 Zona A. Surge como consequência da grande concentração das famílias deslocados do

interior de Angola, resultante da guerra civil generalizada no ano 1998. Do ponto de vista geográfico, o bairro é formado por 18 quarteirões, vai desde o Bairro Malanje até a estrada que liga à zona de Luanda sul ao Bairro Quilómetro 9. No plano arquitectónico, é um bairro construído sem orientação urbanística. Cada família procurou edificar sua residência onde quis, de acordo as suas possibilidades financeiras. É um bairro sem saneamento básico, sem água, deficiente colocação da rede escolar pública, sem hospitais nem centros médicos.

No plano económico, a principal atividade e fonte de rendimento familiar é o comércio ambulante em pequenos mercados formados à beira da estrada nacional 230. Grande percentagem das mulheres e crianças dedica-se à venda. Em suma, trata-se de uma universo de famílias de baixa renda e vida precária. Pois, nos últimos tempos tem-se registado a “perca do poder aquisitivo devido a escassez de produtos para satisfazer necessidades básicas e a brutal desvalorização da moeda que fazem com que a maioria dos habitantes da zona viva em situação de absoluta pobreza” (Projeto Pedagógico da Escola, 2014, p. 5). A grande corrida das mulheres e das crianças é a prática do comércio ambulante nos mercados paralelos; muitas crianças estão fora do sistema escolar porque os pais não têm condições financeiras para sustentar os custos dos estudos dos filhos; é frequente aparecerem crianças famintas na escola e com baixo rendimento académico. Os encarregados de educação vão à escola apenas no princípio do ano letivo para confirmar a matrícula do filho, “fazendo da escola um lugar seguro para deixar os seus filhos todo o dia e todos os dias, enquanto vão à luta, à procura de algo para comer. Talvez só voltam à escola para manifestar a sua indignação, saber da reprovação do filho, quanto acontece” (Projeto Pedagógico da Escola, 2014, p. 5). Em resposta às constantes solicitações e lamentações do povo que posto à escolha, qual dos serviços sociais básicos mais urgente,

priorizou a abertura de uma escola primária Católica. Numa primeira fase funcionou como salas anexas de uma escola situada no Bairro da Sapú, funcionando nas capelas e nos Jangos construídos nas comunidades cristãs. A modalidade representava um grande risco quer em termos de continuidade dos estudos terminado o ensino primário na estrutura da antiga reforma, quer em termos de segurança, sobretudo para as meninas já que a área fica perto da zona militar.

Em 2002 devidamente legalizada, embora não esteja nomeada pelo Conselho de Ministros, ascendeu ao estatuto de escola autónoma conta com 13 salas de aula e acolhe um universo de 980 alunos da iniciação à 6ª Classe. Funciona em dois turnos e conta com salas anexas para o ensino de adultos e aceleração escolar dos adolescentes. Tem os seguintes objetivos:

- “Formação integral (humana, intelectual, emocional e cristã) do indivíduo a fim de integrar-se de forma sadia na sociedade;
- Alfabetizar a criança para que seja protagonista do seu próprio desenvolvimento, bem-estar da família e da sociedade em que estiver inserida;
- Ajudar a promover as crianças do bairro como forma de praticar a justiça e os direitos humanos;
- Garantir às crianças do Bairro uma educação de qualidade;
- Ajudar as famílias pobres do Bairro dando acesso à educação aos seus filhos” (Projeto Pedagógico da Escola, 2014, p.6).

Além destes objetivos, a escola, pertencendo à associação das escolas católica, possui objetivos que norteiam estas escolas e pelos objetivos do ensino primário presentes na lei de bases e no regulamento geral do ministério da educação.

A escola B situa-se no município do Cazenga na comuna de Tala Hady zona 19, no Bairro Kala Wenda. Pertence, igualmente à categoria de escolas Católicas. Possui uma história semelhante à da escola A. As suas origens datam o final da década de noventa, concretamente no ano 1998, a partir de pequenos grupos de catequese às crianças. O recrudescimento da guerra civil no interior de Angola trouxe para a zona do Tala Hady um elevado número de famílias deslocadas e refugiadas. Estes, vido da vizinha República Democrática do Congo. O atendimento à necessidade social básica do acesso à educação deu origem à escola B. Numa primeira fase funcionou em tendas construídas com as lonas de camião. Atualmente funciona em dois centros e é gerida por uma Congregação Missionária. Conta com 14 salas de aulas em funcionamento e sete em construção na fase de acabamentos. Serve um universo de 1194 alunos da iniciação ou pré primária até a 6ª classe, distribuídos em dois turnos (manhã e tarde). A escola ainda não foi criada pelo conselho de ministros mas está reconhecida pelo ministério da educação. Possui algumas especificidades constantes nos objetivos do projeto pedagógico da Escola que são:

- “Dar uma melhor resposta educativa à realidade que vivem os alunos fora da escola;
 - Melhorar as metodologias de ensino dos professores,
 - Melhorar o acompanhamento a nível pedagógico. Desenvolver mais a comissão pedagógica;
 - Capacitar-nos nas disciplinas das artes (educação musical, e plástica);
 - Potenciar a educação religiosa, moral, cívica e ambiental;
 - Partilhar trimestralmente conhecimentos com os pais e encarregados de educação,
 - Realizar com os alunos atividades desportivas, visitas aos monumentos históricos”
- (Esboço do Projeto Pedagógico da Escola, 2014).

Por tudo o que foi apresentado para a consulta documental, conclui-se que a escola B rege-se pelo regulamento e estatutos das escolas Católicas e pelas diretrizes do ministério da educação.

A escola C pertence à categoria das escolas públicas sob gestão direta do estado. Situada no Bairro Grafanil na comuna de Tala Hady, zona 19. A escola foi fundada em 1989; possui 12 salas de aulas e atende um universo de aproximadamente, 2.000 alunos distribuídos em três turnos; possui um regulamento interno e rege-se, também; pelo regulamento geral das escolas primárias. Atualmente está em processo de transição de instituição primária para a do I ciclo.

4.3. Modelo Teórico de análise

Desde a concepção da função e finalidade da escola defendida pelos encarregados de educação, é fácil aferir que estes esperam que toda a educação e formação dos seus educando para o exercício pleno da sua cidadania, desde as noções e as ferramentas elementares de integração na vida até aos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais, formulou-se o seguinte modelo lógico de análise:

A família na sociedade angolana, particularmente em Luanda no que diz respeito à educação e ao ensino dos seus filhos, acomoda-se e se submete ao projeto pedagógico da escola, descartando, por vezes, a responsabilidade na educação dos seus filhos. Obviamente, se desconhece o projeto pedagógico da escola onde estuda o seu filho, não participa na definição dos objetivos nem na construção do mesmo.

Optou-se pelo modelo descritivo ou não experimental, uma vez que se pretende inventariar as atitudes dos EE, uma pesquisa exploratória onde não existe estudos já feitos em que se possa apoiar o estudo.

4.4. Os Sujeitos participantes do Estudo

Em conformidade com o tema da pesquisa a população alvo é todo o coletivo de Encarregados de Educação dos alunos do ensino primário das três escolas eleitas para a pesquisa. Portanto, foi planificado extrair uma amostra de trezentos (300 sujeitos) escolhidos de forma proporcional. Os nomes atribuídos às escolas são fictícios a fim de salvaguardar o anonimato das mesmas e garantir a confidencialidade de respostas. Os dados recolhidos foram usados exclusivamente para os fins do presente estudo.

Para realizar a pesquisa empírica foram eleitas três escolas dos municípios de Viana e Cazenga; duas pertencentes à categoria de escolas católicas e uma à categoria de escolas públicas.

Em Angola por causa dos traumas da guerra, e do analfabetismo, é muito difícil responder aos inquéritos. Assim, dos 100 previstos na escola A apenas 88 trouxeram as repostas ao questionário. Na escola B responderam 90 dos 100 previstos Na escola C, responderam ao questionário 52 EE. Nesta última foram anulados 20 questionários e trinta não trouxeram de volta o inquérito. A recolha de dados foi realizada por etapas sucessivas. A primeira fase foi na escola B. Na fase seguinte foi na escola A e por último na escola C.

Importa sublinhar que, os dados a reportar corresponderam a 227 inquérito aos EE, dos quais 122 homens e 105 mulheres, com idade compreendidas entre 11 a 65 anos. Certamente, a amostra é suficientemente representativa da população que sepretende pesquisar.

Um grande número dos EE encontra-se na idade dos 21 aos 50 anos. A percentagem máxima está na casa dos 31-40 anos. Estão, por sinal na idade de reprodução e de produção para a assegurar a aquisição dos bens indispensáveis para a sobrevivência da família.

Tabela 1

Faixa etárias dos EE da Amostra

Idade	H	M	Total	%
11 - 20	17	4	21	9.2
21-30	13	25	38	16.7
31-40	31	43	74	32.5
41-50	45	24	69	30.3
51-60	16	8	28	10.5
61-70	0	1	1	0.4
Total	122	105	227	100

Procurou-se saber dos sujeitos da pesquisa o grau de parentesco que os EE têm com os educandos e constatou-se que amostra composta por 96 pais, 83 mães, 22 irmãos 13 tios 6 avôs/ós, 6 primos 2 internados numa instituição e 0 padrinho.

Tabela 2

Relação Encarregado de Parentesco

Grau de Parentesco	Total	%
1- Mãe	83	37
2- Pai	96	42
3- Avô/ó	6	2
4- Primo/a	6	2
5- Tio/a	13	6
6- Padrinho	0	0
7- Irmão	22	10
8- Instituição	2	1
Total	227	100

Para compreender com profundidade função da escola imanente na percepção dos encarregados de educação procurou-se indagar as habitações literárias da amostra e os dados reportam o seguinte: dos 227 encarregados de educação 16 sem escolarização, 3 com 1ª classe; 4 com a 2ª classe; 7 com a 3ª classe; 20 com a 4ª classe; 11 com a 5ª classe; 30 com a 6ª classe; 14 com a 7ª classe; 16 com a 8ª classe; 30 com a 9ª classe; 17 com a 10ª

classe 16 com a 11ª classe; 28 com a 12ª classe; 13 bacharéis e 2 licenciados. Maior parte dos sujeitos da amostra possui as habilitações literárias da 6ª, 9ª e 12ª classes. São as classes que marcam as etapas de transição de um ciclo para outro. A conclusão das mesmas concedem um certificado de habilitações.

Tabela 3

Habilitações Literárias dos Encarregados de Educação

Classe	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total
Frequência	16	3	4	7	20	11	30	14	16	30	17	16	28	13	2	227
%	7	1,3	2	3	9	5	13,2	6,1	7	13,2	7,5	7	12,3	5,7	0,8	100

A classe de frequência dos educandos vai da da pré primária à 6ª classe. O ciclo que compreende o ensino primário. Procurou-se também aferir a taxa de repetência a classe de frequência e constatou-se que 31 Educandos da amostra andam na primeira classe, 41 na segunda classe; 41 na terceira; 27 na quarta, 51 na quinta e 36 na sexta somando um total de 227. Destes educandos, 94 já repetiram a classe 68 uma vez, 30 repetiram a classe duas vezes e dois repetiram três vezes.

Grande taxa de reprovação registou-se na 5ª, 3ª, 2ª e na 4ª classes, segundo os dados da amostra.

Tabela 4

Classe de frequência do Educando

Classe	1	2	3	4	5	6	
Frequência	31	41	41	27	51	36	227
Repetência	6	15	15	15	25	18	94

4.5. Instrumentos de Recolha de Dados

Para viabilizar a coleta de dados foi aplicado o inquérito dirigido aos encarregados de educação. O questionário foi construído sob a orientação da Professora Doutora Marília, orientadora do trabalho que o aprovou e foi validado pelo Doutor José Verdasca, Professor do Departamento de Pedagogia e Educação, da Universidade de Évora.

A grelha de questões contém vinte e duas (22) perguntas. Estão subdivididas em subcategorias. A primeira procurou indagar as características dos sujeitos participantes no estudo. A segunda subcategoria enfoca a atenção na função social da escola a fim de captar o nível de perceção que os EE de possuem sobre o papel da escola na sociedade. A terceira pretende captar e aprofundar até que ponto os encarregados da Educação conhecem a finalidade cultural, científica, certificadora, lúdica e artística da escola na educação das novas gerações. A quarta categoria deseja conhecer o que os EE das escolas estudadas esperam que a escola dê aos seus educandos que possa as reais necessidades que enfrentam no assunto da educação e ensino dos seus educandos. A quinta subcategoria de questões procura aprofundar o nível de conhecimento dos EE sobre relação da escola com a família e que influência tem para o aproveitamento dos alunos. Decorrente do quadro teórico conceptual e do modelo lógico construído procurou-se descrever as características dos encarregados de educação que respondem ao questionário tais como a sua idade, o género, o grau de parentesco, o nível académico do EE e classe que frequenta o seu educando e se o seu educando teve alguma repetência no percurso escolar. Na segunda parte estão presentes três categorias de questões. A primeira orienta-se para a Função Social da Escola. Procurou captar a perceção da função social e das finalidades da educação escolar a partir da visão dos encarregados de educação das escolas pesquisadas. A segunda categoria dirige-se para a Função Científica, Artística e Lúdica da Escola tem como

objetivo analisar o papel cultural instrutivo e de transmissão dos conhecimentos científicos da escola a partir da percepção dos EE, a fim de indagar até que ponto os encarregados conhecem os objetivos da educação contidos na Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001. O terceiro bloco consagrou-se à categoria de questões que quer conhecer os serviços que os encarregados esperam que a escola lhes forneça. E o quarto bloco visou explorar o assunto Relação Escola/ Família a fim de conhecer o nível de corresponsabilidade e da importância da participação dos da família na escola para o bom aproveitamento dos educandos. Até que ponto o envolvimento dos encarregados de educação na construção da escola como comunidade educativa suscita um trabalho de qualidade na escola. E por fim responsabilidades da família na formação dos novos cidadãos.

4.6. Limitações da Pesquisa

O presente estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente: o tempo disponível para realizar uma pesquisa profunda que combinasse os paradigma quantitativo e qualitativo, pois foram as questões levantadas, carecem de maior aprofundamento, e a falta de colaboração dos EE, sobretudo os da escola pública (100 questionários distribuídos apenas retornaram 60, e cerca de 40 uns não estavam preenchidos corretamente e outros não foram devolvidos). No início pretendeu-se realizar um estudo comparativo, contudo, a redução da amostra da escola pública e a similaridade dos resultados impossibilitou a comparação dos resultados.

CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Apresentação e Análise dos Dados

Conforme se pode ver no instrumento em anexo, o questionário está subdividido em três partes. A primeira parte procurou indagar e comparar a função social da escola a partir dos objetivos e finalidade da educação a partir do corpo teórico e da legislação nacional e internacional com a percepção do papel da escola desde as expectativas dos encarregados de educação. Por isso as questões que se seguem gravitam em torno das finalidades de Custódia/guarda das crianças, Ensino/instrução, Certificação e Socialização. Eis os resultados que seguem:

5.1.1 Função Social da Escola

Iª Parte

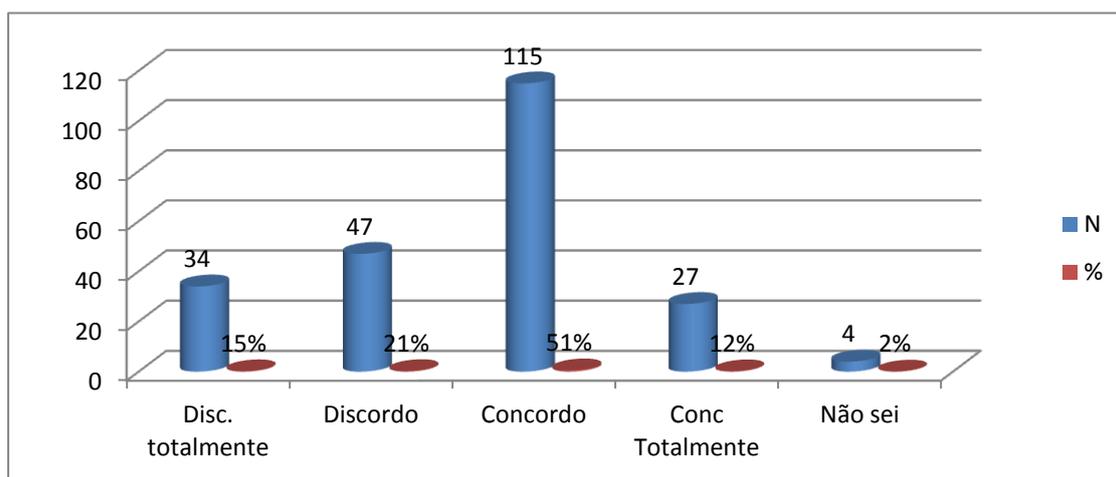


Gráfico 1- Formação de atitudes com vista à integração social.

Os dados do Gráfico 1 revelam que os encarregados de educação delegam a responsabilidade de formar as crianças, inteiramente à escola. Dos 227 sujeitos participantes questionados acerca do papel socializador da escola, 50,6 %, estão concordes que só a escola pode assegurar a formação de atitudes com vista à sua integração na sociedade 11, 8% concordam plenamente, contra os 20,7 que discordam e 14,9% que discordam totalmente.

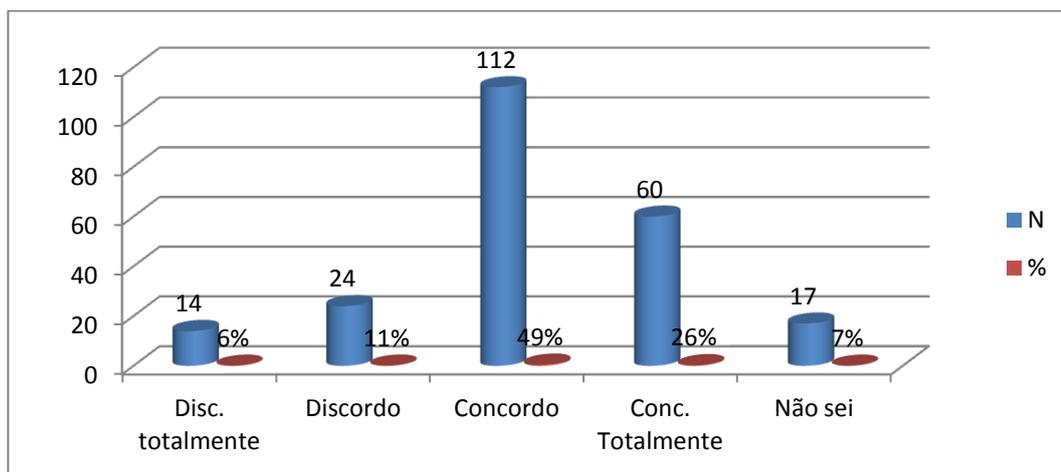


Gráfico 2- Necessidades concretas dos encarregados de educação face à criação espaços de serviços tais como: Centro Infantil e Pré-escolar, Centro de Atendimento aos Jovens e Adolescentes.

Os dados da Gráfico 2 refletem com clareza a grande preocupação dos EE em relação a ocupação dos tempos livres dos seus educandos. Dos 227 participantes da pesquisa, 9% concordam, 26% concordam totalmente, 11% discordam 6% discordam totalmente e 7% revelaram não saberem. A ânsia por uma instituição que se ocupe de seus filhos garantindo-lhes formação integral e sólida é forte.

A grande preocupação dos encarregados da educação nasce da experiência quotidiana que se vive no ambiente do seu bairro. Por um lado, as crianças com o sistema

de horários escolares repartidos em três turnos permanecem poucas horas na escola e mais tempo na rua.

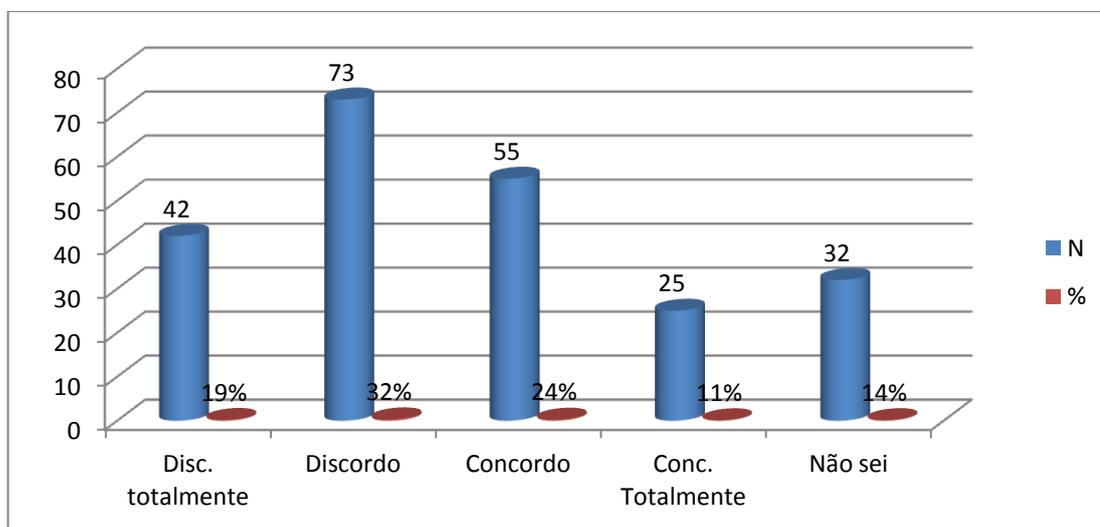


Gráfico 3- Necessidade de alargamento dos horários de permanência dos alunos na escola.

Sobre a necessidade de alargar os horários de permanência na escola, os resultados do estudo revelam posições divergentes entre os EE. Assim uma grande maioria dos respondentes ao questionário, na razão de 73 sujeitos discordam, 42 discordam totalmente, 55 concordam 25 concordam totalmente e 32 não sabem.

Está em causa a finalidade a questão da guarda das crianças. Um assunto pertinente dada as condições sociais dos bairros de Viana e Cazenga. Os encarregados anseiam um serviço que garanta a custódia dos seus educandos e proporcione atividades que visam estimular os hábitos e habilidades cognitivas, afetivas e comportamentais que os transforme em futuros cidadão capazes de enfrentarem novos problemas da vida sem enveredarem para as práticas antissociais.

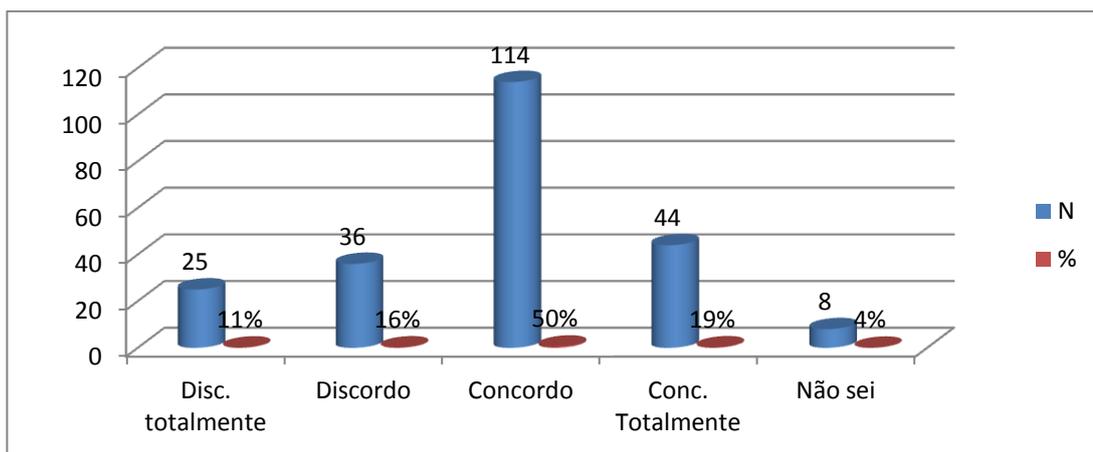


Gráfico 4- Desenvolvimento e aperfeiçoamento do falar e escrever corretamente.

A questão tem a ver com a função institucional da escola. Os resultados do gráfico 4 apresentam: 114 concordam, 44 sujeitos concordam totalmente, 36 discordam, 25 discordam totalmente e 8 não sabem. Desde longa data, a escola foi responsável pelo ensino da escrita e da retórica. Consequentemente, os encarregados de educação acreditam que aquisição de habilidades da escrita e oral realiza-se através da escola ao cumprir a sua função institucional.

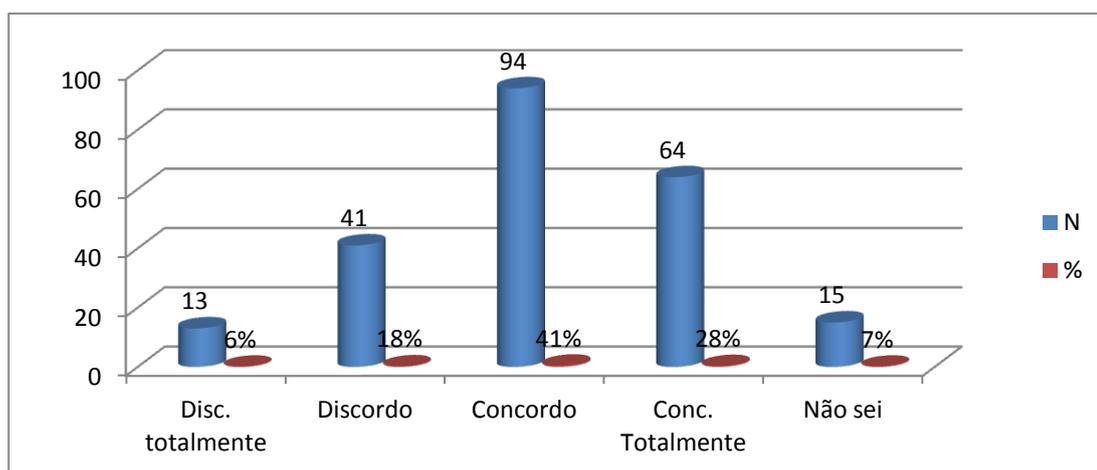


Gráfico 5- Formação dos cidadãos com capacidade crítica e participativa.

A questão número 5 diz respeito à formação para a cidadania. As respostas ao questionário mostram-nos que, 94 encarregados de educação concordam 64 concordam totalmente, 41 discordam, 13 discordam totalmente e 15 não sabem.

Os resultados refletem a grande responsabilidade que a escola possui na educação para a cidadania. Está claro para os EE que a escola não deve apenas periodizar os objetivos económicos. Precisa de ter em conta a formação e desenvolvimento do potencial humano que passa pela educação da consciência de participação consciente no processo de democratização e desenvolvimento humano e social do país.

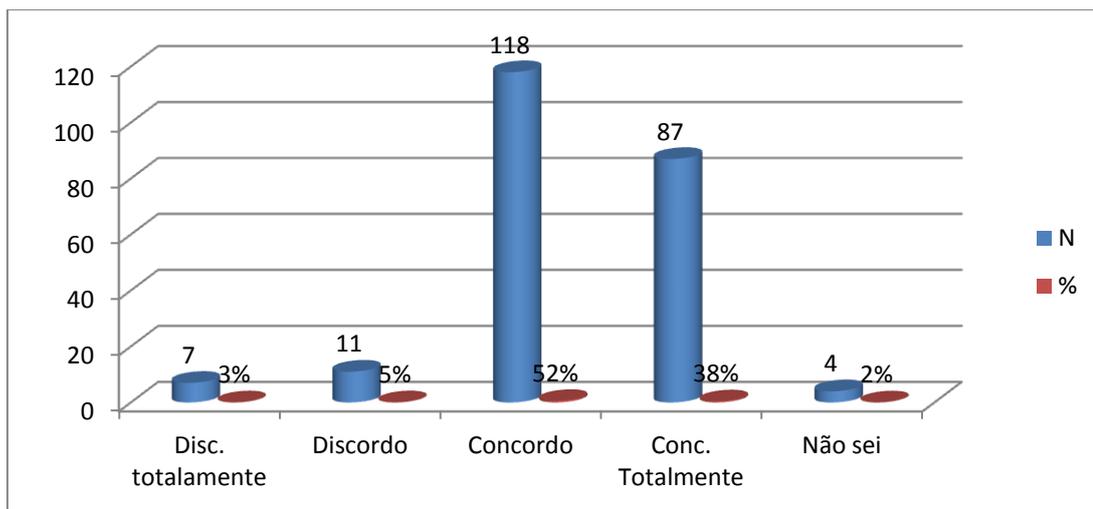


Gráfico 6- Preparação dos alunos para o exercício de uma profissão.

O gráfico acima diz respeito à finalidade certificadora da escola. A resposta dos 227 encarregados de educação teve variações que se distribuem: 118 concordam, 87 concordam totalmente, 11 discordam, 7 discordam totalmente e 4 não sabem. Os encarregados de educação são quase unânimes em reconhecerem que a escola desempenha um papel preponderante na preparação dos novos cidadãos para o exercício de uma profissão. É certo que objeto de estudo desta reflexão é a escola primária. No entanto a preparação para o exercício de uma profissão é uma tarefa que inicia desde tenra idade. As diversas atividades pedagógicas que se realizam com as crianças, nas diferentes disciplinas, têm em vista o despertar as aptidões vocacionais dos novos cidadãos.

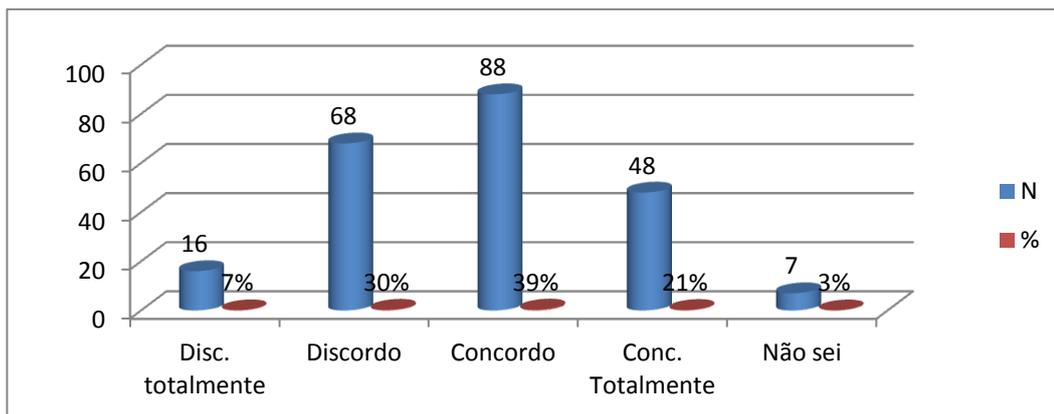


Gráfico 7- Hábitos e atitudes comportamentais aceitáveis pela sociedade.

O resultado das respostas ao questionário sobre a formação de atitudes, a tabela reporta os seguintes resultados: 88 sujeitos concordam, 48 concordam totalmente, 68 discordam, 16 discordam totalmente e 7 não sabem. A questão n.º 7 diz respeito à função socializadora da escola. De facto, a escola tem a missão de formar a personalidade da criança a fim de torná-la membro aceite pela sociedade. No entanto, a socialização é um processo que conta com agentes primários e agentes secundários. Portanto é um processo de colaboração entre vários sistemas e a escola é um deles.

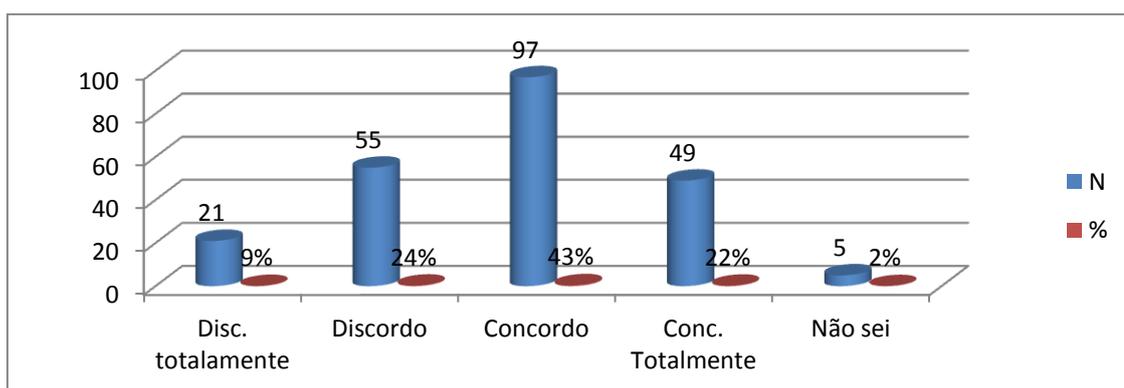


Gráfico 8- Valores que tornem cidadãos respeitados e ativos na sociedade.

Sobre a formação dos novos cidadãos, foram questionados os 227 encarregados de educação e colhidos os resultados seguintes: 97 concordam, 55 discordam, 49 concordam totalmente, 21 discordam totalmente e 5 não sabem. As opiniões dos EE de educação são significativas. Revelam que a perceção de que muitos E.E é a de que a escola transmite valores aos filhos que os vão tornar cidadãos respeitados e ativos na sociedade.

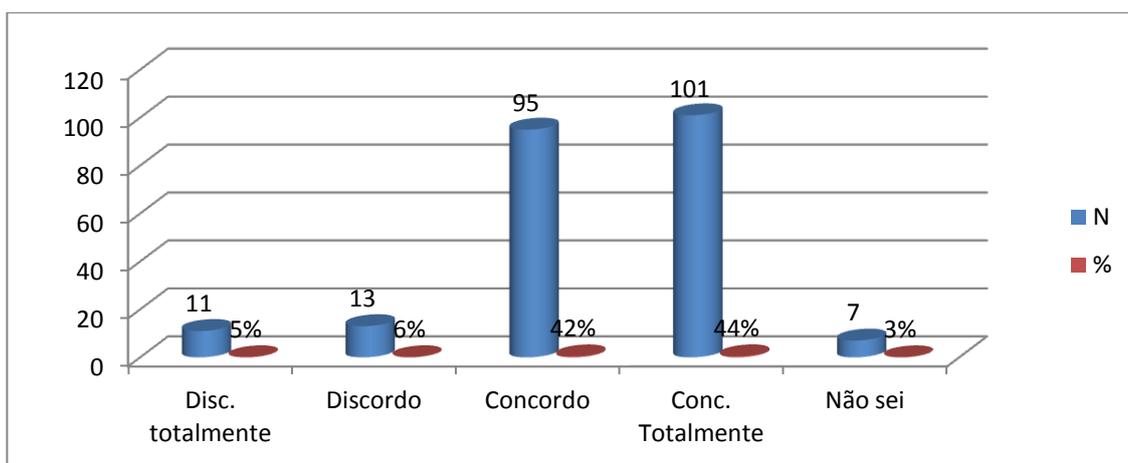


Gráfico 9- Missão da escola em relação às exigências do mercado.

A questão n.º 9 diz respeito à função certificadora da escola. Corresponde à finalidade produtiva. Os resultados dos dados da tabela reportam 101 encarregados de educação concordam totalmente, 95 concordam, 13 discordam, 11 discordam totalmente e 7 não sabem.

Mais de metade dos encarregados submetidos ao questionário, alimenta a convicção de que a escola é uma instituição poderosa e competente na preparação das novas gerações para o exercício da profissão e conseqüentemente para o desenvolvimento do país. É certo que, o ensino primário não tem como objetivos imediatos a preparação profissional dos alunos. O ensino primário, objeto deste estudo, é um alicerce para a futura formação profissional das novas gerações.

5.1.2 Função Científica, Artística e Lúdica da Escola

O segundo bloco de questões tem o objetivo de aferir o grau de conhecimento que os encarregados de educação possuem sobre o papel cultural instrutivo e de transmissão dos conhecimentos científicos da escola. É constituída por 4 questões em que os encarregados selecionam a resposta que se adequam à sua compreensão da missão da escola. Eis os resultados que se seguem.

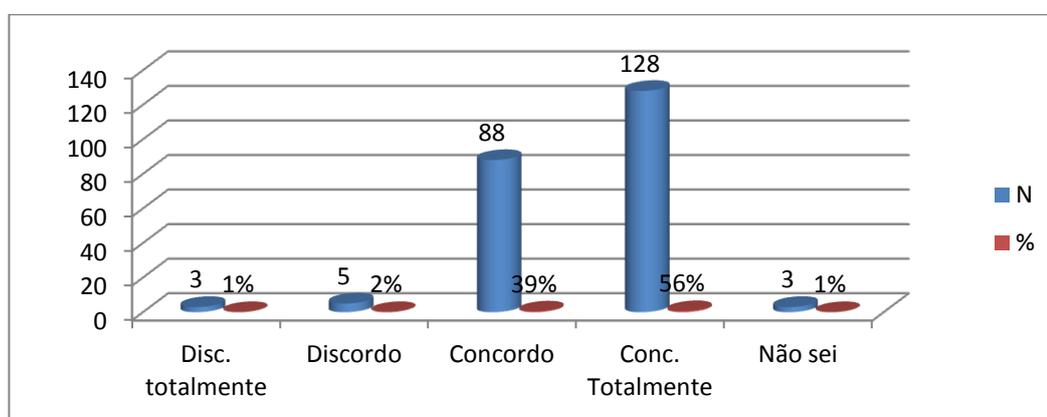


Gráfico 10- Talento para diversas atividades artísticas (desporto, música, teatro, pintura, etc.).

Os dados do gráfico 10 mostram o quanto os encarregados de educação confiam na capacidade de escola assumir a missão de dar orientação vocacional às novas gerações. Assim, dos 227 sujeitos que responderam o questionário 128 concordam totalmente que a escola tem missão e capacidade de descobrir os talentos artísticos de cada aluno. 88 Concordam e 5 discordam, 3 discordam totalmente e 3 e não sabem. Um dos objetivos do ensino primário é “*estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação artística*” (Lei n.º 13/01, Artigo 18, d). Este facto desafia a missão da escola em Angola. Não existem gabinetes de orientação vocacional e profissional. Há um abismo entre o legislado na lei n.º 13/ e a prática quotidiana. As escola não possuem professores

preparados para leccionarem as disciplinas de educação musical, formação manual e plástica. As escolas de formação de professores, não possuem cursos de preparação didático-pedagógico específica para estas disciplinas. Espera-se que a criação da academia de artes e cultura ajude a superar esta deficiência.

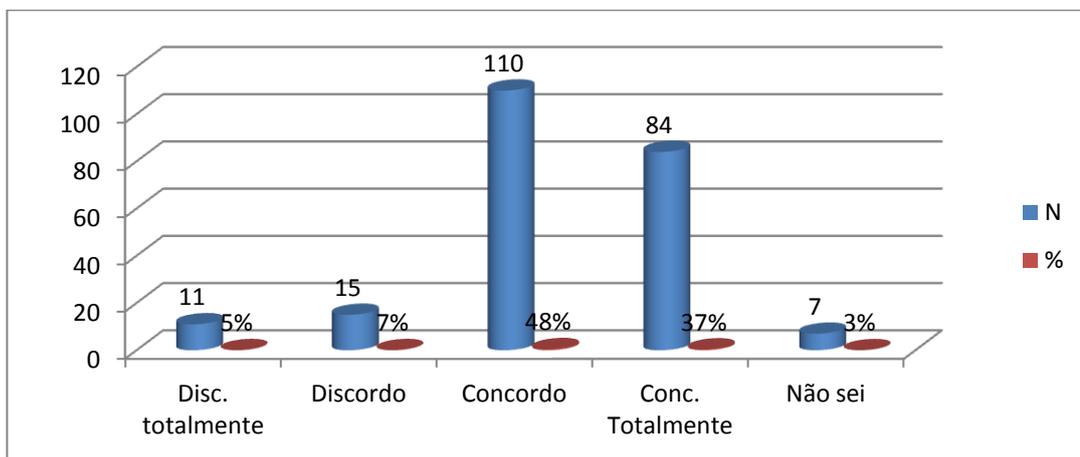


Gráfico 11- Preparação dos alunos com conhecimentos científicos e técnicos.

A segunda questão deste bloco refere-se à função da escola na transmissão de conhecimentos científicos e técnicos aos alunos. Foram obtidos os seguintes resultados: dos 227 sujeitos, 110 sujeitos concordam e 84 concordam totalmente. Contra 15 que discordam, 11 e discordam totalmente 7 não sabem. Não obstante a certeza de que a escola como instituição tem a missão de transmitir aos alunos conhecimentos, científicos, importa salientar, que nos dias que correm, não é tarefa unicamente da escola. A escola é uma instituição primordial, não é a única.

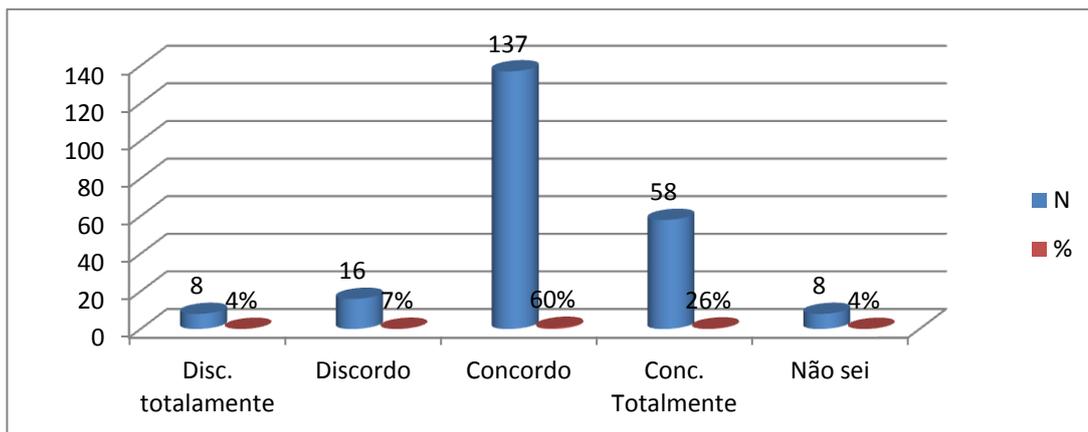


Gráfico 12- Garantia de prática sistemática de educação física e desportiva.

No processo de ensino e aprendizagem há uma grande necessidade de estimular as crianças não só a dimensão intelectual mas também a física através da ginástica e do desporto. A educação física estimula as habilidades melhorando o desempenho dos alunos, e, é um espaço de socialização dos alunos. Questionando sobre este serviço da escola à comunidade, os 227 sujeitos participantes da pesquisa foram obtidos os seguintes resultados: 137 concordam, 58 concordam totalmente, 26 discordam, 8 discordam totalmente e 8 não opinam nada.

A escola tem a missão de garantir a prática de educação física de forma sistemática, porque é inerente ao currículo e faz parte das atividades de higiene e saúde escolar.

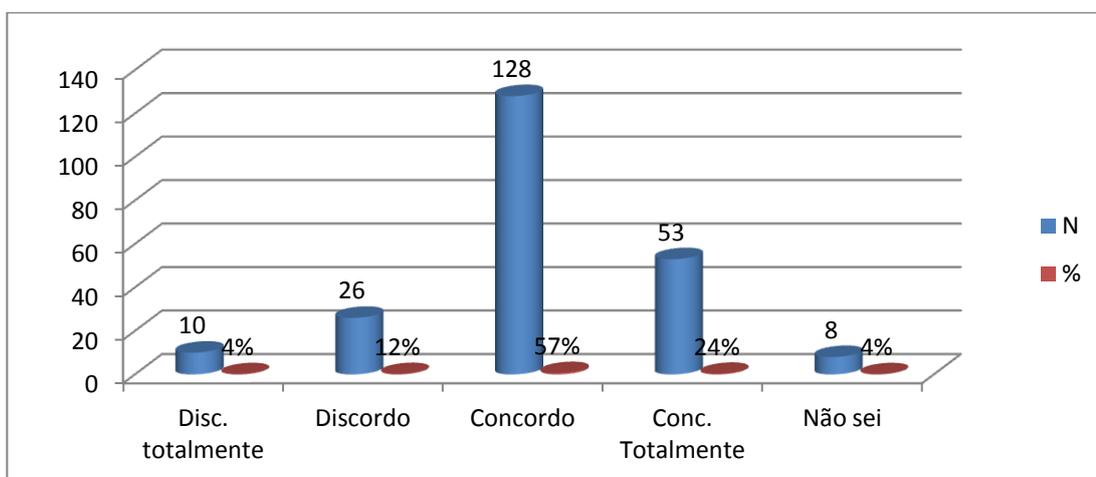


Gráfico 13- Prática sistemática de educação física e desportiva.

O gráfico 13 é a continuidade da reflexão do gráfico 12. Na primeira o enfoque está na tarefa inerente à escola, garantir ao velar pela concretização deste objetivo. Na tabela 13 enfocada na questão da concretização deste objetivo, tendo em conta as condições físicas de cada. Os dados atestam que 227 sujeitos submetidos ao questionário, 128 concordam que escola está garantir a prática sistemática da educação física, 53 estão plenamente de acordo, 26 discordam, 10 discordam totalmente e 8 não sabem.

Em consequência, certamente do currículo do ensino primário que contempla a prática da Educação física, os encarregados de educação concordam que a escola está a garantir este serviço. Pois a educação física faz parte do trabalho pedagógico na medida em que desperta o interesse do aluno.

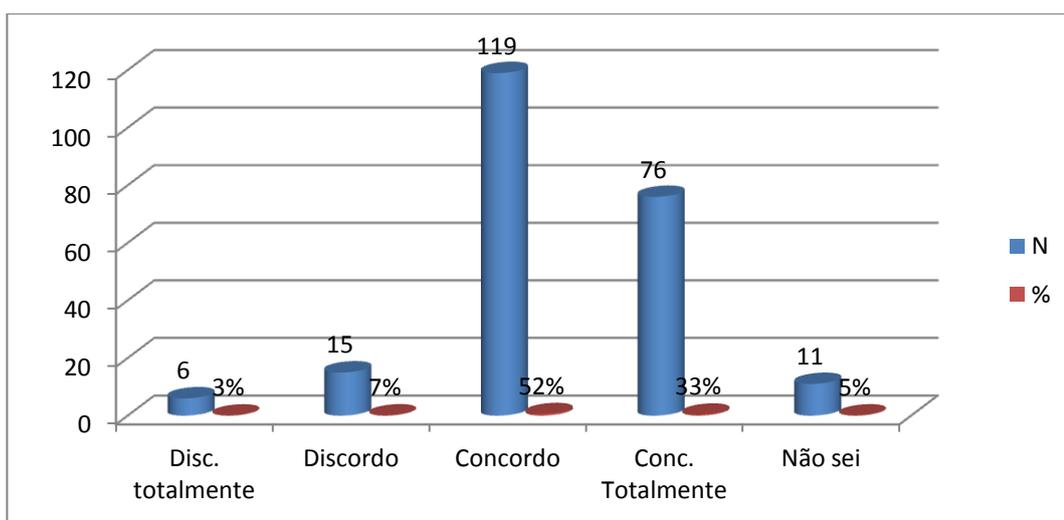


Gráfico 14- Construção de conhecimentos científicos e técnicos dos alunos para responder às necessidades da sociedade.

Os resultados do gráfico reportam que a escola está a responder às necessidades da sociedade. Os dados atestam esta satisfação, pois dos 227 participantes do estudo, 119 concordam, 76 concordam totalmente, 15 discordam, 6 discordam totalmente e 11 não sabem. Os outputs que as escolas objeto deste estudo têm fornecido à sociedade satisfazem

cabalmente grande quantidade dos encarregados de educação. Em geral, as lamentações quotidianas atestam o grande descontentamento porque a escola não está produzir resultados de qualidade esperada. Será esta a razão justificativa da preferência dos encarregados de educação pelas escolas geridas instituições profissionais deixando as públicas.

5.1.3 Expetativas dos Encarregados de Educação

Neste apartado de abordagem das expetativas dos encarregados de educação, pretende indagar a partir da opinião dos sujeitos da amostra, que serviços os encarregados de educação querem e esperam da escola.

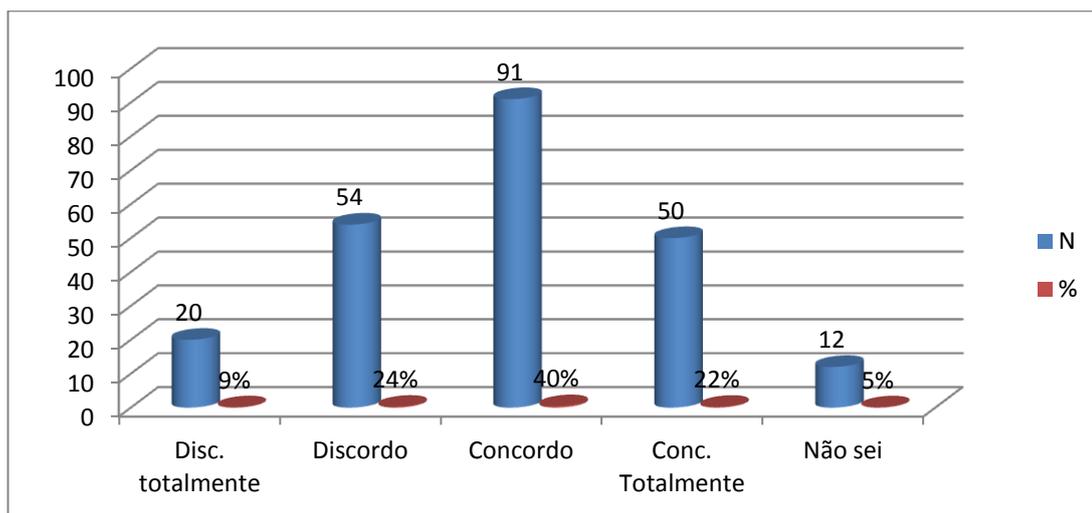


Gráfico 15- Se a escola, pode tomar conta das crianças durante o dia.

Os dados da tabela 15 são claros e refletem a perceção EE sobre função da escola no cuidado das crianças e a ocupação dos seus tempos livres. 40% Concordam que a escola é quase a única instituição responsável pelo cuidado das crianças. Contra os 33% dos quais 24 discordam e 9 discordam totalmente. A percentagem, também elevada da discordância revela que a guarda das crianças não é tarefa exclusiva da escola. É um serviço compartilhado entre a família, e outras instituições entre elas a escola. Tradicionalmente as

crianças permaneciam com os seus progenitores e participavam das atividades de seus tutores. Quando fosse necessário eram confiadas aos avôs e outras pessoas de confiança. Hoje o ritmo de vida não favorece o cuidado das crianças. Pois, os EE andam envolvidos em atividades que tornam incompatível essa tarefa de guarda das crianças. Eis a razão que leva a ansiar por um espaço onde se possa atender à necessidade das crianças.

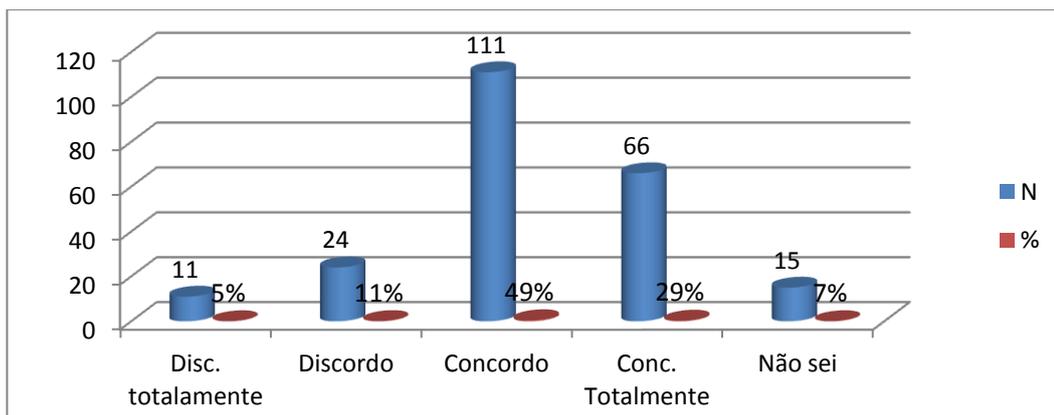


Gráfico 16- Se é obrigação da escola fornecer a merenda escolar aos alunos.

Os dados apresentados na tabela 16 afere que 49 % encarregados de educações concordam e 29% concordam totalmente, 11% discordam 5% discordam totalmente e 7% não sabem sobre a oferta da merenda escolar como obrigação da escola. De facto, a oferta da merenda escolar faz parte das várias funções sociais da escola. A sua prática visa superar o défice alimentar que as crianças trazem da família cujas possibilidades económicas e financeiras, não cobrem as necessidades das crianças. A escola ao oferecer este serviço não substitui de forma a demitir a família desta responsabilidade de prover as necessidades básicas dos alunos.

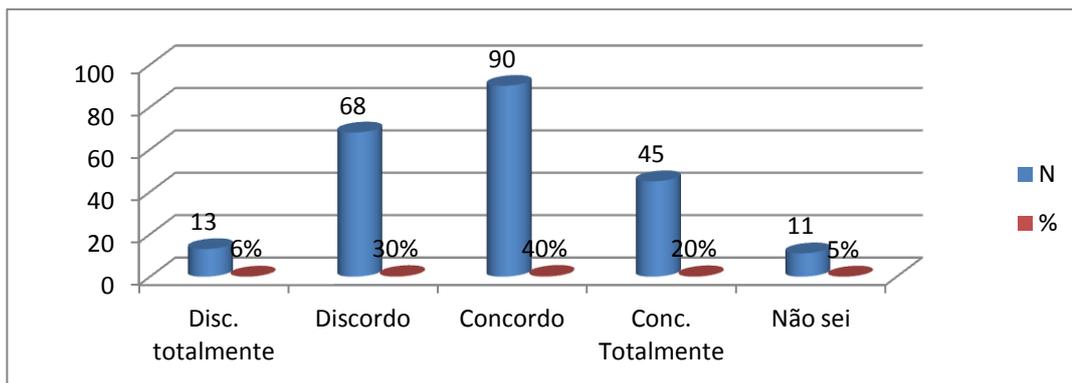


Gráfico 17- Atividades extra escolares, para o desenvolvimento da comunidade (por exemplo: campanhas de recolha de lixo, limpeza, etc.).

Os resultados do gráfico trazem novidades interessantes. Não sublinham diferenças tão elevadas nas opiniões dos sujeitos da amostra sobre a mobilização dos alunos para as atividades extraescolares. Dos 227 sujeitos da pesquisa, 90 concordam, 45 concordam totalmente, 68 discordam, 13 discordam totalmente e 11 não sabem. É certo que escola tem responsabilidade social e no seu plano de atividade, necessita de projetar tempo dedicado às atividades extracurriculares quer para motivar a aprendizagem dos alunos como também para servir a comunidade onde está inserida. As atividades extra escolares são parte integrante do processo de ensino/aprendizagem destinam-se a promover uma educação equilibrada.

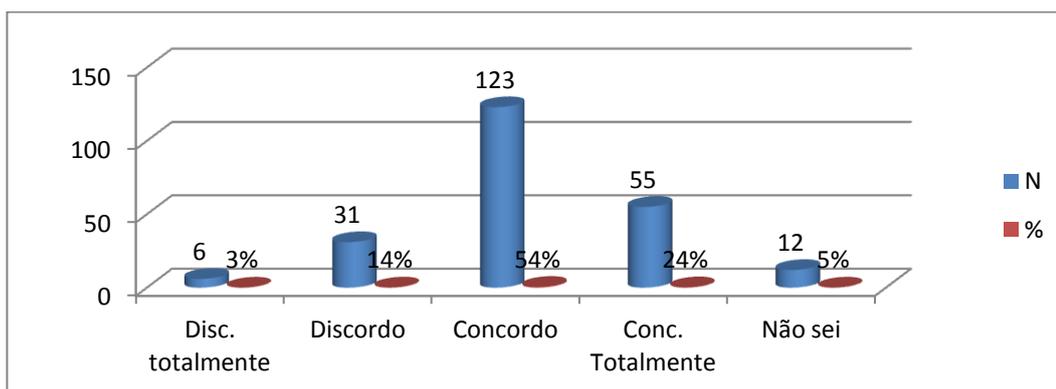


Gráfico 18- Condições materiais que promovem a aprendizagem dos alunos.

Os dados da tabela 18 reportam-nos uma grande percentagem dos encarregados de educação concorda que a escola possui equipamento e meios que garantem um

ensino/aprendizagem. 123 EE educação concorda e 55 concordam totalmente. 14% discordam e 3% discordam totalmente. Conclui-se que estes que discordam pertencem à amostra da escola C.

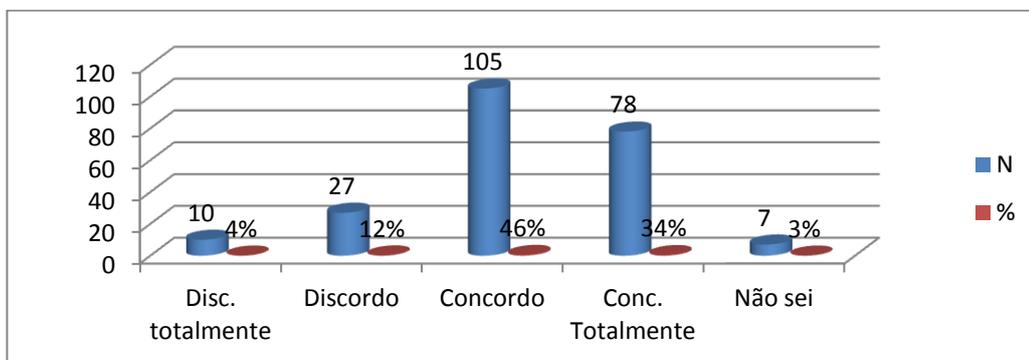


Gráfico 19- Oferta de materiais escolares adequados para a boa aprendizagem académica do meu educando.

Uma grande maioria dos EE concorda que a escola tem a obrigação de materiais adequados para facilitar a aprendizagem dos alunos. Observa-se, através do Gráfico 19 que: que 105 concordam e 78 concordam totalmente. Contra os 27 que discordam e os 10 que discordam totalmente.

Nesta questão, o número de encarregados de educação concorda significativamente com o facto de que deve ser deportada a educação das novas gerações à escola, ao estado. Num exercício normal de funções de cada instituição, compete à família garantir os materiais escolares aos alunos seus educandos.

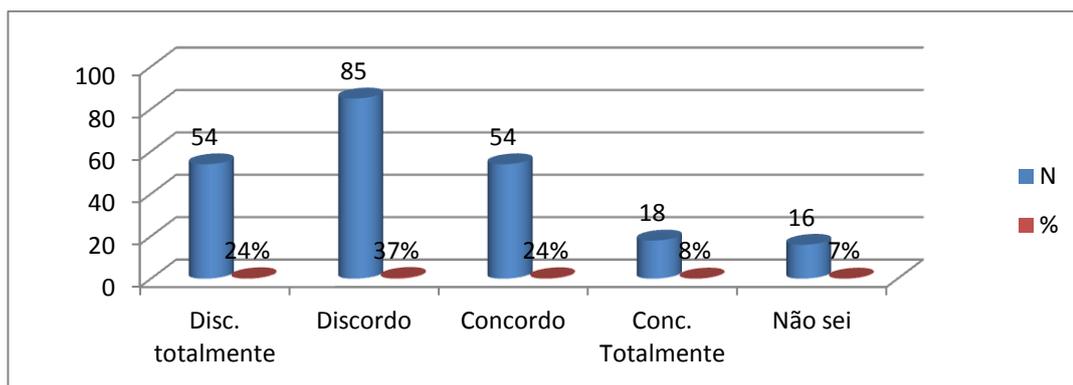


Gráfico 20- Responsabilidade em dar educação sexual aos alunos.

A educação sexual é um tema polémico, na sociedade angolana. Os dados reportam divergência de pontos vista dos encarregados de educação. Assim, 54 encarregados discorda totalmente, 54 concordam que é responsabilidade exclusiva da escola. Mas uma grande maioria da amostra num total de 85% discorda. Certamente, a educação sexual é uma responsabilidade partilhada entre a escola, a família e a sociedade. É interessante verificar que 16 encarregados que não opinam nem a favor nem contra o número dos que descartam a sua intervenção neste assunto que até certo ponto se transformou em brasa no bolso das famílias.

5.1.4 Relação Escola Família

Este quarto bloco de questões pretende indagar o nível de conhecimento dos encarregados de educação sobre a corresponsabilidade na formação dos seus educandos e a implicação na construção da escola/comunidade educativa. Eis os resultados que se seguem:

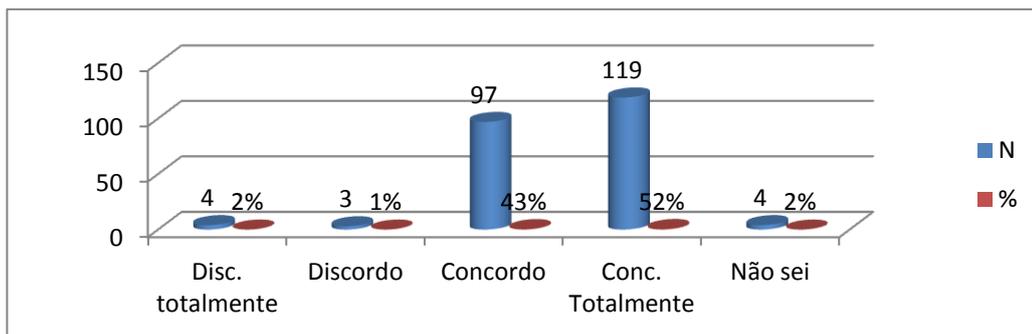


Gráfico 21- Importância da relação Família/Escola para o bom aproveitamento dos alunos.

Os dados reportam que 119 encarregados de educação concordam totalmente, 78 concordam 3 discordam, 4 discordam totalmente e 4 não sabem que o sucesso dos seus educandos depende da colaboração entre a escola e a família, onde cada um dos sistemas assume as funções indispensáveis.

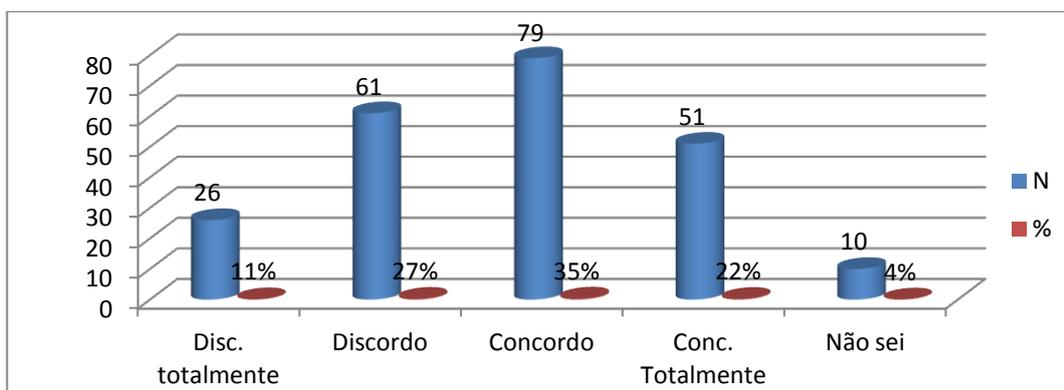


Gráfico 22- Colaboração da família para formar os alunos para a continuação dos estudos.

As repostas a questão da colaboração da família reporta que 79 concordam, 51 concorda, 61 discorda 26 discordam totalmente e 10 não sabem. A diferença de pontos de vista em relação a participação dos encarregados de educação na formação dos alunos para o ingresso nas classes consequentes não regista variações significativas. Apesar de 79

terem mostrado seu acordo. Cá está mais uma vez a questão pertinente de os encarregados de educação imputar a responsabilidade de formar para continuação dos estudos.

Os objetivos da educação no ensino primário mostram bem clara a orientação do ensino que ministra que partindo da base, prepara os alunos dando-lhes competências que os permitem adaptar-se sobressaltos nos níveis de formação académica mais avançada.

5.2 Discussão dos Resultados

Dimensão I- Função Social da Escola

O primeiro bloco do questionário está constituído por 9 questões sobre a função social da escola.

Questão n.º 1: Só a escola pode assegurar às crianças a formação de atitudes com vista à integração social.

A escola é um agente de socialização secundária. Possui a capacidade de transformar a interdependência real em solidariedade, preparar indivíduos para compreenderem-se a si mesmos e ao outro, por meio de um conhecimento do mundo. A educação manifesta o seu carácter insubstituível na formação da capacidade de julgar, facilitar a compreensão verdadeira dos acontecimentos, que ultrapassa a visão simplificadora transmitida pelos meios de comunicação social” (Delors, 2012).

Um dado a salientar no resultado de respostas à primeira questão é: os encarregados de educação ao concordarem que só a escola tem a missão de assegurar à criança atitudes indispensáveis para a sua integração na sociedade, descartam a sua responsabilidade de educadores primários a quem corresponde a primordial missão de inserir os novos cidadãos na sociedade. A família é a instituição primária tem a missão de lançar o alicerce sobre o qual se há de construir todas as habilidades do ser e estar de cada cidadão. Para que a socialização das novas gerações seja coerente necessita de ser respaldada pelas duas instituições fundamentais: a família e a escola. Pois é nestas que o ser humano permanece maior tempo da sua existência, desenvolve e consolida a sua personalidade, a sua autorregulação e realização.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema da educação, a b) do n.º...? a escola tem o objetivo de “Aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes a socialização” (INIDE, 2008). Claro existem outras instituições secundárias que poderão ajudar a consolidar essas atitudes sociais. A formação de atitudes para a integração da criança na sociedade, levada a cabo pela escola, está sujeita aos objetivos da ideologia emergente na sociedade. Repare-se que no modelo de educação não formal da Angola pré colonial, forma-se os novos cidadãos para a lidar com o cosmos e a interligação existente entre o mundo dos antepassados, o mundo dos vivos e a divindade. Ensina-se a ética individual e social, as noções de política, a higiene, as técnicas de caça e do domínio da natureza, as técnicas da agricultura e o artesanato. Na sociedade colonial, a função principal da escola foi, por um lado a civilização e inculcação da cultura europeia, Por outro lado, preparar para o ser submisso, manso preparado para o trabalho. Na sociedade pós independência, tendo despertado a consciência cidadã, política socialista, formou-se o homem novo revolucionário, imbuído de ideologia socialista. Na primeira reforma da educação de Angola, desde 1977, o papel político da escola teve um impacto forte quer pela inserção de conteúdos ideológicos no currículo como também, na seleção de alunos mais hábeis com grande capacidade de aprendizagem e alguns traços de personalidade destacáveis transmitir-lhes “o sentido do dever e da responsabilidade para com a pátria, sendo-lhes incutida uma profunda consciência de serviço e motivação para a carreira política” (Gaspar e Fernando, 2010, p.10). Sobre a formação de atitudes integradoras na vida social a Dewey, defende a “sobrevivência da democracia, que o sistema educativo deveria ministrar ao transmitir certos conhecimentos sobre a sociedade e as suas tradições e inculcar certas qualidades, de modo a que os cidadãos desejassem e fossem capazes de

participar no governo do país” (Gaspar e Fernando, 2010, p.10). Hoje, a escola é considerada instituição educativa que tem a missão de transmitir, de forma maciça e eficaz, saberes e saber -fazer evolutivos e adaptados à civilização cognitiva (Delors, 2012). Por isso, fornece aos novos cidadãos crianças e adultos, as bases culturais que lhes permite decifrar as mudanças em curso na sociedade contemporânea. É nesta senda que os objetivos gerais do subsistema do ensino geral pretendem “conceder a formação integral e homogênea que permita o desenvolvimento harmonioso das capacidades intelectuais, físicas, morais e cívicas” (art. 15º a) lei n.º 13/01). A escola atual desempenha a sua função social enfrentando inúmeros problemas decorrentes dos avanços da tecnologia de comunicação e informação e défice de valores humanos decorrente da desestruturação da família. As novas gerações ingressam nela com uma cultura que coloca em conflito a cultura tradicional da escola. Para assegurar a integração exitosa da criança, foi introduzida n currículo a disciplina de educação moral e cívica cuja finalidade visa formar atitudes integradoras para restaurem a consciência da dignidade humana e da cidadania. A “sociedade atual caracterizada pela livre circulação de imagens e palavras” (Delors, 2012, p.34) revela que a escola já não é a única fonte de aquisição de conhecimentos. Coloca à prova a competência dos pais sobre a sua missão de educadores permanentes pois não estão “preparados por meio de uma educação adequada para hierarquizar, interpretar e criticar as informações recebidas” (Delors, 2012, p. 35). Por isso, vendo-se incompetentes para responder a este problema, a única esperança é depositada na escola cuja finalidade socializadora, contempla a formação, desenvolvimento e refinação de atitudes, habilidades e hábitos de os novos cidadãos se integrarem na sociedade. Não obstante à riqueza do currículo, as escolas públicas apresentam um défice no tocante a formação de atitudes favoráveis

à integração dos novos cidadãos na sociedade. Na verdade, os encarregados de educação confrontam-se com atitudes dissonantes: a dimensão cognoscitiva bem desenvolvida, a dimensão afetiva muito pobre e a componente comportamental negativa. Isto insatisfazem os zeladores das crianças levantando inúmeros questionamentos sobre a missão da escola na sociedade atual. Para solucionar este problema os EE recorrem às escolas parceiras do estado que estão sob gestão de instituições confessionais que têm fornecido um ensino com maior qualidade e seriedade tornando “cada criança deste mundo turbulento e em mudança um cidadão equilibrado” (Delors, 2012, p. 40). A resposta dos encarregados de educação atribui inteira responsabilidade da escola a missão de assegurar a formação de atitudes com vista à integração na sociedade é demasiado exagerada. A família tem uma missão insubstituível na formação de atitudes que permitam a integração na sociedade. A escola vai expandir estas atitudes através da ação educativa.

Questão n.º 2. Para responder às necessidades concretas dos Encarregados de Educação, cabe à escola criar outros espaços de serviços tais como: Centro infantil e Pré-escolar, Centro de Atendimento aos adolescentes e jovens.

Um das grandes preocupações que apoquentam os encarregados de educação é a falta de serviços que ocupem o tempo das crianças, adolescentes e jovens com atividades edificantes. A resposta dos participantes da pesquisa reforça a exigência que a comunidade faz à escola da oferta de serviços que vão além das atividades letivas. Isto é, a organização das atividades culturais científicas para dar orientação de vida as novas gerações. Efetivamente, a cultura das crianças adolescentes e jovens tende a impor hábitos de consumo de bebidas alcoólicas, drogas, vida sedentária em torno do televisor assimilando o

mundo irreal das telenovelas, em salões de vídeos e filmes violentos, pornográficos ou policiais que aliciam as práticas de delinquência e violência, que passa pela formação de *gangs* que se dedicam aos assaltos e «lutas de garrafas», incidentes de abusos sexuais que se vão multiplicando nas famílias. A longa permanência dos progenitores fora de casa que limita a interação destes com os filhos abre caminhos destes procurarem outras formas de interação que os ensine a entrar na dinâmica da vida social. Nos últimos tempos, praticamente, os pais, pouco ou nada partilham com os filhos das suas lutas quotidianas, as vitórias e as derrotas.

Sabe-se que “a criança tem direito à proteção especial da família, da sociedade e do Estado os quais em estreita colaboração devem assegurar a sua ampla proteção... na família e nas demais instituições” (Constituição art. 80º parágrafo 1). Na sociedade que trabalha em parceria com a família e o estado, está inclusa a escola como segunda instituição onde o ser humano permanece mais tempo. De igual modo “os jovens gozam de proteção especial para a efetivação dos seus direitos no aproveitamento dos tempos livres. Assim, o Estado em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as coletividades da cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos ” (Constituição, 2010 art. 81º parágrafos 1 e) e 4, p.31). Evidentemente a escola é uma das instituições a quem se exige e se imputa responsabilidades em prol do desenvolvimento harmonioso dos novos cidadãos pois é uma tarefa inerente à sua missão de formar. Por isso, a comunidade pede à escola a ampliação dos serviços à comunidade em que está inserida e não se limite apenas a transmitir os conhecimentos acumulados científicos e culturais ao longo da história da humanidade.

As políticas nacionais de desenvolvimento constantes no plano nacional de desenvolvimento nacional preveem estratégias de atendimento à Juventude indicando os seguintes objetivos: “a) Aumentar o grau de escolarização dos jovens e diminuir o nº de analfabetos adultos [...] de modo a elevar o nível de conhecimento e qualificação da população) Promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica”; c) Promover soluções para os principais problemas da juventude e alcançar objetivos de democracia participativa e desenvolvimento social” (Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017: 37 e 38). Em consequência destas estratégias do plano nacional de desenvolvimento está em curso a construção de casas da juventude em todas as províncias e municípios. Viana conta com uma casa da juventude. Não obstante as inovações, a oferta dos espaços não satisfaz a procura. Por isso, a escola é e será sempre um poderoso parceiro para atender às necessidades concretas das famílias do meio em que está inserida. Portanto, nos tempos emergentes, que a implantação de uma escola passa pela elaboração de uma carta escolar que ajude a realizar o diagnóstico das necessidades mais gritantes da comunidade circundante, para adequar a resposta às necessidades da comunidade local. Pois o bom rendimento do processo de ensino e aprendizagem depende, poderosamente, da capacidade de intervenção nos problemas sociais que as famílias enfrentam.

Questão n.º 3: Considero importante e necessário que os horários de permanência dos alunos na escola sejam alargados pelo menos até às 15 horas.

É uma continuação da questão anterior que tratou da necessidade de ampliação da oferta dos serviços da escola. Sobre o tempo de permanência na escola. Os dados reportam divergência de pontos de vista dos EE. Na questão anterior Estes solicitam à escola

serviços adicionais para proteger as crianças, as adolescentes e os jovens dos riscos da sociedade perversa. Porém, não concordam com o horário de permanência na escola até as quinze. De notar que maior parte destes respondentes ou são mães solteiras ou são tios/as que necessitam da força de trabalho dos seus educandos. Logo, o alargamento do tempo de permanência na escola representará uma baixa no rendimento dos trabalhos que as crianças realizam em casa. Outros encarregados apesar de sentirem a necessidade de um serviço que os auxilie na questão da ocupação dos tempos das crianças, não têm a mínima ideia sobre o assunto. Pois, ao comparar os pedidos constantes das famílias em colocar seus filhos em escolas sob gestão de instituições confessionais, nomeadamente as escolas católicas, para os livrar do sistema de turnos vigentes nas escolas públicas, nota-se uma contradição com aquilo que reporta a resposta. Os diferentes níveis académicos dos respondentes do inquérito, pode ser uma das razões da contradição dos EE.

Chama também atenção a quantidade de EE que concordam e concordam totalmente. Certamente já conhecem os resultados benéficos implementaram o serviço das atividades em tempo livre, (ATL) presentes em diversos municípios da província de Luanda. Embora são beneficiadas as famílias de alta e média renda já que os custos são elevados. Face a estes pontos de vista divergentes levanta-se uma outra questão: será que os encarregados de educação conhecem, de facto os benefícios do serviço ATL ou apenas se querem livrar dos incómodos que a interação com crianças produz? Será que está claro na mente dos EE que as crianças devem permanecer à metade do tempo dividindo-o entre a escola e a permanência no seio familiar? Ou então devem regressar à casa para auxiliarem nos trabalhos domésticos e no comércio informal, como se verifica nas ruas? A questão carece de uma análise mais profunda que o paradigma quantitativo não esgota. Certo é que

Os debates sobre o papel da escola na sociedade atual apontam para a urgência de criação de espaços e alargamento do tempo de permanência na escola.

Questão n.º 4: É apenas através da Escola que os alunos podem desenvolver e aperfeiçoar o falar e escrever corretamente.

A problemática desta questão diz respeito à institucionalização da escola que se pretende com a transmissão da escrita às novas gerações desde os primeiros tempos da sua evolução. O surgimento da escola está ligado à transmissão e conservação da escrita e do cálculo bem como a formação intelectual. Se através da escola os alunos desenvolvem e aperfeiçoam o falar e o escrever corretamente, logicamente eles vêm com conhecimentos básicos colhidos na família ou em outras instituições também responsáveis pela educação dos humanos. A lei n.º13/2001 do Sistema de educação de Angola define como um dos objetivos específicos da educação primária em Angola, a) “Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão” (*INIDE, 2009, p.47*). A escola angolana ao trabalhar estas habilidades está a “preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional, (saber tomar decisões, fazer análises globalizantes, interpretar informações de toda a natureza), ter atitude de pesquisa, saber trabalhar junto, etc.” (*Libâneo, 2008, p.53*). Acontece, porém, em geral e em Luanda em particular, o ensino vai baixando de qualidade a ponto de dar-se mais valor ao certificado sem atenção a aquisição das habilidades da escrita e leitura correta. A situação agrava-se com a implementação da reforma educativa que escala a classe de transição automática sem um padrão de domínio de conhecimentos e habilidades. Esta situação generalizada nas escolas públicas obriga os encarregados de educação a procurarem os serviços das escolas confessionais cujo processo de ensino/aprendizagem enfatiza profundamente o domínio da escrita e da leitura. Sempre que se fala da missão educativa da escola refere-se às duas finalidades

fundamentais: “ajudar as pessoas serem felizes e formar quadros para o estado ou bons cidadãos” (Fonseca, 2004, p.126). Assim, a escola necessita de atualizar-se constantemente, olhando para o quotidiano e para os desafios do futuro. A globalização e a alteração dos perfis profissionais que cobra certos atributos como “alta competência em leitura e escrita, capacidade de saber trabalhar o conhecimento, saber buscar/acessar, saber operar; conhecimento de outras linguagens verbais e não-verbais que interpretam a realidade; habilidade de cálculo, criatividade, capacidade de aprendizagem contínua” (Fonseca, 2004, p.126). Como tal, a escola primária tem a missão insubstituível de desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita, do cálculo e da comunicação.

Questão n.º 5- Só a escola reúne as condições para formar cidadãos com capacidade crítica e participativa.

É comum notar na sociedade luandense a tendência forte de viver num estado de providência (dependência) que mutila a capacidade de mobilização para uma participação ativa na resolução dos problemas sociais. Por tudo e por nada, clama-se pela intervenção do Governo como se chama em Angola, o «executivo». Por um lado os eEE ainda trazem a marca profunda da escola tradicional africana na qual se preparava as jovens gerações para a uma integração e intervenção ativa na sociedade, embora fortemente marcada pela a divisão social entre homens e mulheres. Certamente, aqui se fundamenta a unanimidade dos participantes da pesquisa confirmando que a escola tem a missão de conduzir a formação das novas gerações para o exercício da cidadania ativa. Por outro lado, os EE da sociedade angolana estão, também fortemente marcados pela consequência nefasta de uma sociedade onde a participação ativa de perder a vida porque atribui o estatuto de insurreto.

É interessante verificar, também a quantidade de encarregados de educação que discorda, dos que não sabem nada sobre o assunto. Certamente alguns acreditam que não é apenas missão da escola educar para a cidadania. Existem outras organizações que se ocupam da formação dos novos cidadãos. Pese, embora, tais instituições se guiem com medo excessivo devido ao passado histórico recente que coloca em choque o exercício dos direitos e deveres cívicos. Outros não se querem meter em assuntos de participação cívica a fim de não serem confundidos com o exercício da política divergente da ideologia emergente.

Um dos objetivos gerais do Sistema de educação angolano, pretende “formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos” (Artigo. 3º a) da Lei n.º 13/01). A operacionalização deste objetivo no ensino primário, traz novamente à tona o segundo objetivo específico que visa dar perfeição a atitudes e hábitos tendentes à socialização. Paa o efeito, a escola na sua planificação, necessita delimitar o tipo de alunos que pretende formar: cidadão autónomo, crítico, ativo, responsável, comprometido com as questões sociais...

Na perspetiva dos objetivos previstos para este século enfatiza-se as aprendizagens do ser e saber estar. Pois, os desafios da educação no atual paradigma de produção, impõe à escola a missão de procurar “ novas abordagens de cidadania, uma vez que se faz necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre vários grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e para os direitos humanos” (Libâneo, 2008, p.49). Quando maior for qualidade de educação libertadora, maior será a participação social. E quanto menor for a qualidade de educação opressora e reprodutora de conhecimentos, menor será a participação social.

Existe uma distância muito grande o regulamentado e o agir. Para compatibilizar estas duas dimensões e satisfazer a necessidade da comunidade/sociedade, a escola necessita de desenvolver a autoestima dos futuros cidadãos para se sentirem sujeitos e não objetos de decisões das elites. Ora a sociedade Angolana encontra-se num processo de transição de organização social em tempo de guerra para uma economia neoliberal que diminui o papel do estado e desacredita a seriedade da política. É comum ouvir cantar e expressar na camada jovem o seguinte. “Estudar porque se o país já tem dono”. É uma expressão simples, mas carregada de significado que diz muito e desafia a educação para futuro. É urgente formar para uma cidadania ativa e participativa, apesar dos riscos este trabalho acarreta. Efectivamente, o objetivo da escola é preparar o “trabalhador cidadão [...] capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para integrar-se no mercado do trabalho” (Libâneo, 2008, p.55). E formar o novo cidadão necessário significa dotar o aluno com capacidade de inserção social crítica, transformadora na sociedade em vive.

Questão n.º 6. A escola é a instituição mais importante na preparação dos alunos para o exercício de uma profissão. Esta questão põe em evidência uma das funções da escola que tem a ver com a certificação.

As respostas dos EE em torno desta questão refletem a total expectativa que os eles colocam na instituição escolar. De acordo com a definição, a escola é um espaço de ocupação dos tempos livres das jovens gerações. Esta ocupação prende-se com o exercício da atividade intelectual, aprendizagem da escrita, desenvolvimento de aptidões de personalidade e manuseio de instrumentos indispensáveis para a aquisição de uma competência profissional. Um dos objetivos da Educação contidos na Lei n.13/2001 na

alínea d) do artigo 15º define que a educação tem a missão de “Promover na nova geração e noutras camadas sociais amor ao trabalho e potenciá-las para uma atividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida” (INIDE, 2009, p. 46). Uma das finalidades da educação escolar é a certificação. No atual contexto da sociedade angolana, em geral, luandense em particular, o alcance do sucesso ou do insucesso azeda a relação dos EE e dos alunos com escola e com os professores. Há pais que retiram seus filhos de algumas escolas porque não suportam o insucesso dos seus educandos. Esta atitude atribui-se “à nova filosofia de valorizar as pessoas a partir da nota do diploma. Pois, a nota e diploma medem o valor da pessoa e prenunciam o futuro do filho” (Charlot, 2013, p.96). O ensino primário não se prepara as crianças diretamente para o exercício profissional, é base geral tanto para a educação regular como para a educação de adultos e ponto de partida para o ensino secundário (Lei nº 13/01). Mas o sucesso em outros níveis é condicionado pelo certificado do ensino de base quer em termo de nota, como a instituição de escolar de proveniência.

Questão n.º 7 Só a escola pode proporcionar bons hábitos e comportamentos aceitáveis na sociedade.

O conceito de bom é funcional na medida em que se relaciona com a conceção do padrão de valores que uma determinada sociedade veicula. A escola é uma instituição educacional que está ao serviço dos interesses da ideologia no poder. Portanto, a escola proporcionará às novas gerações valores em função do cidadão que a política vigente no país determine. Para elucidar esta realidade veja-se o exemplo dos objetivos da escola nos diferentes períodos da história da educação em Angola, o fim da educação e ensino, na sociedade socialista, servir o desenvolvimento integral das pessoas e edificar a

personalidade humana na sua totalidade, tanto do ponto de vista intelectual, quanto físico, moral, estético e técnico. Em consequência do veiculado nos objetivos do MPLA, os instrumentos de organização da educação e ensino convergem para o triunfo da revolução. Assim, por exemplo “os manuais escolares das diversas disciplinas abordavam, nos seus conteúdos, valores como «amor à pátria», «fidelidade aos objetivos da revolução» e da construção do socialismo. Os valores transmitidos pela nova escola angolana, não deixam de ter analogia com os valores veiculados nas escolas de massas, cujo objetivo é criar valores de interesse estatal e nacional.” (Vieira, 2007, p.111). Já no processo de reformas intermédias ocasionadas pela implantação da democracia multipartidária a educação muda as suas finalidades do triunfo da revolução passando a Promover o desenvolvimento da consciência social, o respeito pelos valores tradicionais e pela dignidade da pessoa humana, fortificando a unidade nacional, a fraternidade a igualdade, a democracia, o amor à pátria e aos seus símbolos, defendendo de forma intransigente a independência nacional; Fomentar, estimular e desenvolver uma atitude de intransigência, face a todas as normas de convivência social” (Zau, 2010: 220).

Os objetivos e finalidades da educação da atual sociedade como subsistema de um todo mundial com características próprias possuem um foco próprio que se adequa ao modelo de bons hábitos que se pretende. Assim, a escola na sociedade angolana contemporânea desempenha a função de promover o desenvolvimento humano tendo em vista “mudanças profundas no sistema socioeconómico, a transição da economia de orientação socialista para uma economia de mercado, sugerem uma readaptação do sistema educativo, com vista a responder á novas exigências de formação de recursos humanos, necessários ao progresso socioeconómico da sociedade angolana (INIDE, 2009, p.41).

A formação de bons hábitos aceites pela sociedade é uma tarefa compartilhada entre a família, a escola e outras instituições sociais, colaboradoras na educação das novas gerações. Pois a escola ao servir os interesses das diretrizes do estado pode negligenciar as necessidades concretas da comunidade onde está inserida. É o que vai acontecendo nas escolas públicas em Luanda e não só. Fala-se muito da recuperação de valores. Que valores? Foi introduzida no currículo a cadeira de educação Moral e Cívica para moralizar e civilizar a sociedade angolana como se dá e que cidadão se pretende formar? Por isso as opiniões divergentes dos encarregados de educação são significativas e suscitam diversas reflexões.

Questão n.º 8. É apenas missão da escola ensinar aos alunos valores que os torne cidadãos respeitados e ativos na sociedade.

O processo da educação tem a meta de formar pessoas educadas felizes consigo mesmo e participantes ativas no desenvolvimento da sociedade. Um dos objetivos gerais da educação em Angola visa “desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo” (art. 3º, Lei n.º 13/01). Este processo para ser completo e exitoso necessita de contar com outros operadores que, num trabalho cooperativo, o tornam possível. Nos nossos dias, as pessoas aprendem na fábrica, na televisão, na rua, nos centros de informação, nos vídeos, no computador, nas redes sociais. Cada vez mais se ampliam os espaços de aprendizagem. Portanto, “a instituição escolar já não é considerada a única fonte da aprendizagem. No entanto ela é o meio mais eficiente e ágil de socialização dos conhecimentos científicos e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências sociais requeridas” (Libâneo, 2013, p.63).

A família, a escola pelo ato de educar e o aluno pelo ato de ser aprendiz se convertem em operadores do processo da educação cuja meta é transformar o aluno em um bom cidadão. Logo, Não é missão exclusiva da escola ensinar aos alunos valores que os torne cidadãos respeitados e ativos na sociedade. “A escola precisa conviver com outras modalidades de educação não formal e informal e profissional” (Libâneo, 2013, p.63) e articular-se a elas para formar cidadãos à altura das exigências da sociedade atual. Portanto, ela tem a enorme tarefa de inculcar valores, hábitos, normas e comportamentos que têm a ver com as regras adotadas na sociedade.

Questão n.º 9- A escola tem a missão de dar ao mercado do trabalho gente qualificada que o país necessita.

A escola é comparável a uma fábrica onde existem entradas e saídas. Estas entradas e saídas cobram a existência de matéria-prima que são os alunos, e os conteúdos. Produção que tem a ver com o processo de educação (um processo de ensino/aprendizagem ou construção de conhecimentos operados conjuntamente entre a Emília, a escola e o aluno e os condicionantes oficiais e culturais. O produto final é a pessoa educada, formada em consonância com as necessidades do meio social emergente e futuro, isto é, com as expectativas da sociedade. O resultado é apresentar à sociedade um indivíduo formado quer em termos de personalidade, quer em termos de competências. É isto que os EE, esperam da escola. Pois, o país só vive com o trabalho dos seus cidadãos. E a educação é um serviço formador de quadros qualificados.

A escola primária é uma instituição de ensino básico, que lida com um universo dos 5 aos 13 a 14 anos de idade. Funciona num ambiente em que estão em jogo de interações os EE, a escola e a comunidade de inserção. Em consequência disso, Delors

considera o ensino de base um passaporte para a vida, na medida em que reconhece a importância que tem para a preparação profissional dos futuros cidadãos. Logo, “ é necessário conceber e aperfeiçoar os novos sistemas destinados a dar à cada criança e cada adulto uma educação básica de qualidade. A educação básica é um indispensável «passaporte para a vida» que possibilita a escolha do que se pretende fazer, na participação na construção do futuro coletivo e a continuação da aprendizagem” (Delors, 2012, p. 102). A escola tem a delicada tarefa de fornecer instrumentos comuns a toda a humanidade sem negligenciar as questões particulares de cada região, “ajudar a desenvolver no aluno as suas potencialidade e competências, auxiliando na definição de seu projeto de vida” (Colombo, 2004, p.191). Ao estimular a habilidades e aptidões dos novos cidadãos, a educação primária, necessita de definir as competências cognitivas, afetivas a serem desenvolvidas, assim como o corpo de conhecimentos essenciais que devem, de modo que todas as crianças possam adquirir o mínimo de competências sobre os diversos domínios de conhecimentos indispensáveis para a vida (Delors, 20129). Efetivamente, a expectativa dos EE expressa em forma de exigência, responde aos anseios da UNESCO e coaduna com os objetivos da Educação primária presentes na Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001, se propõe “desenvolver os conhecimentos e capacidades que favoreçam a autoformação para um saber fazer eficazes que se adaptem às novas exigências” (art. 15 alinha b) da Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001), desde tenra idade.

É significativo o elevado número de EE que não concorda com a missão da escola dar ao mercado do trabalho gente qualificada para o exercício da profissão. Depreende-se que estes encarregados acreditam na existência de outras instituições além da escola que, também têm a missão de preparar profissionalmente as novas gerações para a sua inserção no mercado do trabalho. Não obstante a existência de outras instituições como os centros

de formação profissional (INAFOP) criados pelo ministério de administração trabalho e segurança social foi criando em diversas zonas de Luanda e em todo o país, a preparação para a inserção no mundo do trabalho emerge na qualidade de ensino da escola primária, ponto de partida, base sobre a qual assenta todas as formações dos níveis seguintes.

Ora, esta questão fica em aberto pois as limitações do tipo de análise não permite descer aos pormenores para explorar a fundo as convicções destes encarregados de educação.

Dimensão II- Função Científica e Artística da Escola

O segundo bloco de questões tem o propósito inquirir o grau de conhecimento que os EE possuem sobre o papel cultural instrutivo e de transmissão dos conhecimentos científicos da escola. Eis os resultados que se seguem:

Questão n.º 10: É apenas na escola que se descobre os alunos com talento para diversas atividades artísticas (desporto, música, teatro, pintura, etc.).

A escola é uma instituição de educação integral dos cidadãos. A escola não só prepara para a inserção na sociedade e no mercado do trabalho como também realiza a orientação vocacional e desenvolve nos alunos as habilidades e competências artísticas, nomeadamente o desporto, a música, o teatro, a pintura, etc. A estimulação dos talentos para as diversas atividades artísticas, está presente desde os primeiros ensaios da reforma educativa em Angola, ainda na época de guerrilha. Assim, o programa maior do MPLA tem como um dos objetivos “Dar impulso ao desenvolvimento das ciências, da técnica, das letras e das artes” (Teses de Resolução do MPLA, 1978: 48). Uma das atividades implementadas para tornar plasmada neste objetivo, foi a introdução da arte nas escolas da guerrilha: cantos e danças, teatro e cultura tradicional. A Constituição da República (2010)

prevê que: (i) “os cidadão e comunidades têm o direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística. (ii) “O estado promove e estimula a conservação e a valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano” (O art. 87, parágrafos 1 e 2).

Diz a Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/001, n.º13: a educação primária tem o objetivo de “*Estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação artística*” (Artigo 18, d), citado por Nguluve, 2010: 139). A arte faz parte das aspirações superiores da existência humana. A escola sendo a casa pr onde deve passar toda para construir a suarealização pessoal nasociedade, tem a missão de dar a formação integral que ajude a descobrir os talentos de cada aluno. Fazem falta os gabinetes de orientação vocacional e profissional que as escolas em Luanda não possuem. Portanto, a educação para as artes, uma das grandes metas da escola.

Questão n.º 11. A escola é a única instituição que pode preparar verdadeiramente os alunos com conhecimentos científicos e técnicos.

Grande percentagem de EE concorda e outra maioria concorda totalmente com a questão 11. A tarefa de preparação dos alunos com conhecimentos científicos e técnicos é inerente à missão da escola em todos os tempos e está relacionada com um dos objetivos da educação que é o Aprender a conhecer. O aprender a conhecer como um dos pilares da aprendizagem do século XXI, consiste no processo de transmissão e aquisição de domínio dos instrumentos de conhecimento. Quer dizer que a escola a instituição que tem a missão:

a) “Ajudar o aluno a transformar-se num sujeito pensante de modo que aprenda a utilizar o seu potencial de pensamento na construção na construção consciente e ativa dos conceitos, habilidades, atitudes, valores” (Libâneo, 2013, p.51). O cumprimento

desta tarefa exige da escola trabalhar os seguintes objetivos: dar à criança o acesso a metodologias científicas, de modo a torná-la, para toda a vida amiga da ciência. Isto é, ter “um espírito verdadeiramente formado ter necessidade de uma cultura geral vasta e da possibilidade de trabalhar em profundidade determinado número de assuntos. Exercitar a memória, a atenção e o pensamento desde a infância, aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas.” (Delors, 2012, p.75).

b) Exercitar a memória para contornar o problema de ser submersos pela informação, “ser seletivo na escolha dos dados a aprender de cor. A memória deve ser treinada desde a infância e é errado permitir a suprimir da prática escolar certos exercícios tradicionais, considerados fastidiosos” (Delors, 2012, p.75).

c) Exercitar o pensamento “o qual a criança é iniciada pelos pais, depois pelos professores, comportando avanços e recuos entre o concreto e o abstrato. Combinar o ensino e a pesquisa usando os métodos: dedutivo e indutivo” (Delors, 2012, p.75).

Segundo Libâneo, Ferreira e Toschi (2013) a escola precisa de “ formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente em um contexto de avanço das tecnologias de produção e de modificação de organização do trabalho, das relações contratuais capital-trabalho e dos tipos de emprego” (p.63).

A “ educação primária pode ser considerada bem-sucedida se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho e também fora dele” (Delors, 2013, p.76). A transmissão de conhecimentos científicos e técnicos constitui um dos grandes desafios da educação na sociedade neoliberal que prioriza competências técnicas e científicas. “Promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos [...]. Preparar para a sociedade tecnológica e comunicacional, implicando preparação tecnológica” (Libâneo, 2013, p.50).

Em suma, a posição dos EE em considerar a escola como única instituição que pode munir os alunos conhecimentos científicos e técnicos tem razão de ser a favor, na medida em que a escola garante a transmissão sistemática e estratégias didáticas próprias para todos os tipos de alunos que ela acolhe. No entanto existem outras instituições também responsáveis, parceiras da escola.

Questão n.º 12- Cabe à escola garantir a prática sistemática de educação física e desportiva.

Luanda, à semelhança de outros meios urbanos, a nível do mundo e, as suas configurações geográfico administrativas, caracterizadas pelas subdivisões em distrito urbano, peri-urbano e suburbano, experimenta a mobilidade social dos tempos contemporâneos. Apresenta o défice de diversificação de serviços sociais básicos (por exemplo: a centros infantis, de Programas Infantis Comunitários, Programas de Educação Comunitária «PECs», Campos para o desenvolvimento do Desporto e outras atividades culturais...) a fim de facilitar o acesso aos jovens, adolescentes e crianças ocupando os seus tempos livres e preservá-los das influências da socialização nociva e criar hábitos de tolerância. Nas duas questões os encarregados são unânimes na sua posição a favor de garantia da prática sistemática de educação física. A escassez de instituições e de espaços de lazer, as famílias anseiam que as aulas de educação física e de desporto presentes no currículo da escola sejam implementadas de facto. Um dos motivos da, “busca de educação extrafamiliar para as crianças não é apenas determinada pela entrada das mães no mundo do mercado mas também pela especulação imobiliária que modificou a geografia das cidades e roubou a rua que era o espaço de recreação das crianças os papéis e funções

pré estabelecidos mudaram.”. (Colombo, 2004, p.250). A forma como está desorganizada a construção dos bairros periféricos de Luanda, roubaram todos os espaços suscetíveis de construção de áreas de entretenimento das crianças.

Um dos objetivos da educação primária consiste em “garantir a prática sistemática da educação física de atividades gimnodesportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras” (art. 18, g) citado por Guluve, 2010, p.109). A educação física e o desporto escolar são atividades curriculares que se destinam a promoção da higiene e saúde escolar. Os exercícios de ginástica, físicos e desportivos têm uma dupla função: favorecer a motivação para elevar o desempenho dos alunos na aprendizagem e melhorar os resultados académicos. Também promover a saúde física eliminando certas enfermidades decorrentes do estilo de vida sedentário. Vivemos num mundo onde as crianças e os adolescentes realizam cada vez menos atividades físicas. “As crianças estão a realizar atividades físicas em quantidade e intensidade insuficientes, para promover efeitos benéficos, permanecendo a maior parte de tempo em atividades de baixa intensidade” (Orfei, 2010, p.81). Para responder à esta tendência a escola necessita: promover o desenvolvimento motor dos alunos; Facilitar a integração e a interação das crianças e jovens; Propiciar situações vivenciais que favoreçam a socialização; Oferecer subsídios para que as crianças e os adolescentes possam compreender o seu corpo e seus limites; Melhorar a autoestima e a autoconfiança.

Questão n.º 13- A escola garante hoje a prática sistemática de educação física e desportiva.

Os encarregados de educação numa média de 128 concordam que a escola está a garantir prática sistemática de educação física e desportiva. A prática tem demonstrado que

nem todas as escolas dispõem condições favoráveis à realização de atividades gêmicas desportivas. A prática sistemática da educação física, desporto escolar e ginástica, é de capital importância não só por causa de promover a saúde a longo prazo. Ensina-se aos alunos a capacidade de suportar o *stress* das longas provas de avaliação. O primeiro objetivo geral do sistema de educação na República de Angola pretende “desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração de maneira contínua e sistemática, e elevar o nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país”(art. 3º alinha a da lei 13/01). Na questão anterior tratou-se de aprofundar a responsabilidade da escola em programar atividades que desportivas, ginástica de forma sistemática. Nesta questão 13 trata-se de constatar o empenho real da escola dinamizar a educação física. A constituição da república responsabiliza à escola, a família e outras organizações recreativas e culturais a missão de garantir e promover a prática desportiva. Repare-se que a prática do desporto é um poderoso remédio da reorientação da atenção dos alunos. Numa sociedade em que se regista um défice de atenção por causa de vários atrativos que dispersam a motivação dos alunos, a aprendizagem da atenção “deve revestir formas diversas e aproveitar várias ocasiões da vida (jogos, estágios, viagens, trabalhos práticos de ciência” (Delors, 2012, p.75).

Questão n.º 14: A escola está a ser capaz de construir com os alunos conhecimentos científicos e técnicos para responder às necessidades da sociedade.

Dos 227 sujeitos questionados 119 concordam, 76 concordam totalmente 15 discordam, 6 discordam e 11 não sabem do assunto. Os dados recolhidos deixam a reflexão confusa, ao serem cruzados com a realidade hodierna das escolas de Angola em geral. Uma leitura alegórica do trabalho da escola com uma fábrica constata que existe incoerência

entre os *inputs* e os outputs. A observação dos resultados os output que as escolas têm fornecido à sociedade não confirma aquilo que os EE defendem. A escola não está a ser capaz de construir com os alunos científicos e técnicos para responder às necessidades do país. Por duas razões: A primeira diz respeito aos resultados da escola em função dos seus objetivos. Na verdade, em pleno século XXI, na escola angolana, uma grande percentagem de alunos do ensino primário e do I ciclo do ensino secundário, transita para o II ciclo do ensino secundário, com sérias necessidades especiais de educação básica. Dito de outra maneira, são os chamados analfabetos funcionais. Outra grande maioria em situação de analfabetos ou mesmo sem acesso à escola.

A segunda é esta: a escola está sufocada pelas várias solicitações que vai recebendo quer dos órgãos de decisão das políticas e a execução dos objetivos e programas superiormente concebidos e decididos quer das solicitações da comunidade em que está inserida. Esta praxis da educação gera conflito na resposta da escola entre a missão de atender aos programas superiormente orientados e decididos, já que é uma instituição educativa que está ao serviço da política vigente no país. Por exemplo os professores sentem-se defraudados no seu exercício profissional, sendo meros executores das diretivas da administração central que realiza reformas e revê currículos [...] sem realizar uma prévia reflexão alargada com os principais atores do sucesso e insucesso das reformas. Constrói-se a opinião de que a qualidade de ensino está em queda nomeadamente na escola pública. (Gonçalves, 2003). Por sua vez, os objetivos pedagógicos da escola do século XXI, cobram uma atenção permanente às necessidades da comunidade onde está inserida, na elaboração do seu projeto pedagógico. Para atender a esta exigência é indispensável o curso à «Carta Escolar» como “instrumento de panejamento que permite estudar as condições sociais, económicas, demográficas, físicas, urbanísticas e arquitetónicas de comunidades que

obrigam os sistemas escolares” (Gadotti e Romão, 2012, p.59). A operacionalização deste princípio administrativo vai além do exercício das suas competências tradicionais e acometem a escola às acusações de falta de qualidade dos serviços que presta à sociedade. A escola enfrenta, portanto, “a dificuldade humana de transmitir numa escola de massas algum saber significativo às crianças e aos adolescentes dentro do contexto mais ou menos controlável porque os alunos provêm de contextos familiares onde não se soube reconstruir um princípio de autoridade que fosse referência da construção de uma identidade pessoal e social. Vão se atribuindo responsabilidades sociais e culturais incompatíveis à escola, vai aumentando o desprestígio social da mesma e do exercício profissional dos professores convertendo-se a educação numa missão quase impossível” (Gonçalves 2003, p. 120). Esta é uma das razões que leva os EE procurar preferencialmente a escola católica que ainda goza de prestígio porque tem oferecido resultados do processo de ensino satisfatório. Efetivamente, esta escola tem uma mínima autonomia de gestão que lhe permite planificar o ensino com critérios específicos inerentes à sua natureza e missão. É curioso verificar que, tanto a opinião dos encarregados de educação da escola pública como a dos EE das escolas católicas apresentam convicções similares. A resposta de concordância maioritária dos EE, talvez tenha sido influenciada pelo universo de pais das duas escolas católicas estudadas. Por isso, não se nota a opinião dos EE da escola pública, pois na realidade, os EE da escola pública revelam um comportamento e atitudes diferentes em relação ao acompanhamento que fazem dos seus educandos, tal como tesmo vindo a comprovar neste estudo. E também, pelo facto de que a amostra desta escola é muito reduzida.

Dimensão III - expetativas dos Encarregados de Educação

Questão n.º 15- Nos nossos dias, se não for a escola, dificilmente outra instituição pode tomar conta das crianças durante o dia.

A questão do cuidado das crianças reporta uma das grandes expetativas da sociedade, que cobram à escola mais um serviço. Vivemos num mundo em constantes mudanças com poderosa influência da informação que pode trazer ganhos e perdas para um cultura de organização familiar e educação dos seus membros. O cenário socioeconómico vivido em Luanda que dificulta a conciliação da procura de recursos para a satisfação das necessidades básicas e a tutela dos filhos, suscita nos pais a necessidade de recorrer a um serviço educacional extrafamiliar para os seus filhos. “O papel da mãe como única figura responsável pela sua cria pode dividir o cuidado e a educação das crianças com pessoas e lugares diferenciados”. (Colombo, 2004, p.250). É inegável que o processo de preparação dos novos cidadãos emerge na família, que tem a missão de moldar e regular a personalidade com os padrões de comportamento, em consonância com as técnicas de criação e educação globais de uma macro cultura e as de uma micro cultura de sua determinada região, etnia ou clã. No entanto a posição dos EE de educação evidencia que entre o risco a que estão expostas as crianças ao serem deixadas sós e a urgência de acudir à necessidade de prover os bem indispensáveis para a sobrevivência, é bem vindo um serviço que se ocupe da custódia das crianças. É também significativa a percentagem dos que assumem uma posição contrária alicerçada na prática tradicional do cuidado das crianças. Os serviços de jardim de infância e educação pré escolar não são conhecidos por todo o universo de EE dos bairros do Cazenga e Viana onde estão as escolas estudadas.

Questão:16- Considero que é obrigação da escola fornecer a merenda escolar aos alunos.

Os dados acima apresentados refletem com clareza, não só refletem a ânsia dos EE como também o nível socioeconómico de muitas famílias utentes das escolas de Viana e Cazenga. O universo de EE é constituído por famílias de baixa renda e vida precária. Esta situação acrescida pela “perca do poder aquisitivo devido a escassez de produtos para satisfazer necessidades básicas e a brutal desvalorização da moeda que fazem com que a maioria dos habitantes da zona, viva em situação de absoluta pobreza” (Projeto Pedagógico da Escola A, 2014, p.5). A situação de Viana não difere do Cazenga. A grande corrida das mulheres e das crianças é a prática do comércio ambulante nos mercados paralelos; muitas crianças fora do sistema escolar porque os pais não têm condições financeiras a sustentar os custos dos estudos dos filhos; é frequente aparecerem crianças famintas na escola e com baixo rendimento académico. A posição dos EE que consideram obrigação da escola prover a merenda escolar para os alunos, contradiz uma das funções da família que consiste em “dar ao educando suporte económico: casa, comida, roupa e recursos financeiros necessários para a educação dos filhos ” (Fonseca, 2003, p.129).

Merenda é alimento. É comida em contexto escolar cujo objetivo visa acudir á deficiências alimentares a fim de melhorar o desempenho da aprendizagem dos alunos. A ação da oferta da merenda escolar, carrega expressivo significado para o ser humano, ultrapassa a mera satisfação de necessidades biológicas. “A alimentação é principal categoria de articulação do pensamento dos pobres urbanos sobre a sua condição. (...), Emerge como uma categoria que estabelece fronteiras entre os pobres e os que não são pobres, bem como favorece a identidade social de classe” (Bizerra, 2009, p.12).

Atendendo a realidade dos bairros onde se encontram as escolas objeto desta pesquisa e a atitude persistente de viver num Estado de Providência, a merenda escolar pode converter-se em prática assistencialista e reforçar as ações do Programa alimentar mundial (PAM), da Caritas em momentos de emergência.

A escola é uma segunda casa onde o indivíduo passa maior tempo da sua existência. Como tal, tem a missão de superar as debilidades da educação familiar. Por isso, mantendo a sensibilidade pelas situações de pobreza das famílias, deve movimentar o programa do departamento nacional da ação escolar de modo a acudir situações gritantes que afetam o rendimento escolar dos alunos. Frente a tendência de dependência dos EE, necessita de ampliar a sua função de educação dando aos EE ferramentas indispensáveis para poderem acompanhar o processo de ensino/aprendizagem, sem complexos de impotentes. Pois, “ no quotidiano escolar, a merenda adquire uma dimensão que extrapola o limite das ações que beneficiam [...] de maneira implícita e subtil, manifesta-se como uma atividade discriminatória que reforça a submissão do aluno limita a sua capacidade crítica e criativa e desqualifica a sua cidadania” (Bizerra, 2009, p.14). Só o facto de não ter a liberdade de escolha do alimento que o aluno pretende tomar para a sua preferência e sujeitar-se àquilo que os gestores terão elegido para o dia, desqualifica o projecto de cidadão livre, autónomo e interdependente. Portanto, a resposta de um grande n.º de EE está desprovida de uma reflexão profunda sobre as implicações da merenda escolar na formação de uma cidadania ativa que se pretende que a escola forneça aos seus filhos. Este é assunto que desperta a escola um repensar a sua ação social junto da família cujos filhos são beneficiários diretos dos seus serviços. E, para responder a este desafio é necessário fortalecer a ligação da escola com a comunidade que passa pela estratégia de elaborar projetos que visam alcançar e atender as necessidades das famílias aproximando os seus

alunos, possibilitando o seu envolvimento nas atividades extracurriculares tais como: capacitação para a geração de renda, a autogestão, capacitação para o conhecimento da legislação, o exercício da cidadania, etc. Certamente é esta a razão pela qual o Ministério da Educação pretende realizar um trabalho mais profundo com os encarregados EE, neste processo de reforma do sistema educativo.

Questão 17: Penso que só a escola pode envolver os alunos em atividades extra escolares, para o desenvolvimento da comunidade (por exemplo: campanhas de recolha de lixo, limpeza, etc.).

Dos 227 sujeitos participantes do estudo, 90 concordam 45 concordam totalmente, 68 discordam, 13 discordam totalmente e 11 não sabem. Os resultados desta tabela permitem aferir que a maioria de EE acredita no papel mobilizador da escola para envolver os alunos em atividade extra escolares e extra curriculares para promover o desenvolvimento da comunidade. Pode-se dizer que a mobilização social levada a cabo pela escola supera as influências das comissões de moradores e dos comités de ação (CAP) que o MPLA possui nos bairros. Não é insignificante o número dos que não concordam com esta expectativa. As diferentes opiniões revelam que o tema é ainda polémico. Certamente, na visão destes EE existem outros actores sociais que podem mobilizar actividades tendentes a melhorar a qualidade de vida dos moradores dos bairros.

As atividades extraescolares são programas educativos fora do currículo manifesto e que se realizam fora da escola. Podem ser designadas, também, atividades extracurriculares que “são um conjunto de estímulos que os alunos recebem informalmente” (Cunha, 2013, p.8). São informais porque se realizam em paralelo com o currículo manifesto ou oficial. As atividades extra escolares desempenham um importante

papel no processo de aprendizagem e desempenho dos alunos. Elas ajudam a consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aulas explorar o meio ambiente quer natural quer social, dar orientação vocacional/profissional, construir interações equilibradas geradoras de laços de amizade a longo prazo e desencorajar comportamentos antissociais. Por isso, “há cada vez mais autores que defendem a implementação das atividades de caráter extracurricular, considerando que estas fomentam o desenvolvimento cognitivo, físico, social e até, emocional dos alunos” (Cunha, 2013, p.1).

Os EE se contradizem ao opinar sobre os programas extracurriculares. Pode significar que ou o assunto é desconhecido, ou então, os EE acreditam que as atividades extracurriculares ao ocorrer fora do ambiente escolar acarretam riscos e possam interferir negativamente no processo de aprendizagem e rendimento dos alunos. Certo é que, a problemática de atividades extracurriculares e extra escolares, não reúne consenso em relação aos seus efeitos na melhoria de desempenho dos alunos. Efetivamente há “muitos educadores nas origens se opunham à prática por considerarem que estas prejudicavam o desempenho dos alunos. [...] a participação em atividades extracurriculares ou extraescolares traz benefícios ao nível da autoestima, diminuindo a depressão, as queixas físicas, melhoria no relacionamento com pares, com professores e com a família, desenvolvem comportamentos pro-sociais, para além de reduzir os comportamento de risco” (Gerber, Eccles & Barber, Barber, Mahoney & Stattin, citados por Cunha, 2013, p.1).

As atividades extraescolares necessitam de serem bem doseadas de modo que não exceda ao número previsto e prejudicarem o processo de ensino/aprendizagem dos alunos. Um pormenor a ter em conta, tal como o próprio nome indica, atividades extra escolares ou curriculares não são de inteira responsabilidade da escola. São sim, “parte integrante da responsabilidade de uma escola, para proporcionar uma educação equilibrada” (Shulruf e

&tolly, citados por Cunha, 2013, p.4) porque é inerente ao processo de ensino/aprendizagem. Em Angola concretamente em Luanda, existem outras organizações que assumem a responsabilidade de organizar as atividades extracurriculares como é caso do movimento Nacional espontâneo, Associação amigos da paz, o programa dos sábados académicos levado a cabo pela Juventude do MPLA, o movimento escutista Católico, e outros.

Questão 18: Considero que a escola possui condições materiais que promovem a aprendizagem dos alunos.

Sobre as condições físicas e mobiliário da escola, os resultados do questionário aos EE refletem o seguinte: 6 discordam totalmente. 31 Discordam 123 concordam, 55 concordam totalmente e 12 não sabem ou preferem não emitir qualquer opinião. Os EE procuram *“a disponibilidade de condições físicas e materiais, de recursos didáticos, biblioteca e outros, que propiciem aos alunos oportunidades concretas para aprender”* (Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.421). A realidade concreta das escolas mostra ainda imensas carências visíveis porque numa época em que o ensino/aprendizagem já recorre ao uso do meios de ensino interativo. E os EE 54% e outros 24% de EE expressam-se satisfeitos e plenamente satisfeitos com o que encontram na escola. Certamente o resultado foi influenciado pela amostra retirada das escolas católicas. No entanto, o nível de pobreza do meio em que estão situadas as escolas, dificulta a colocação dos serviços básicos como fornecimento de energia da rede pública e a colocação de água potável canalizada e vias de fácil acesso ou confortáveis. Sobretudo na época chuvosa. Reconhece-se o esforço que o Ministério está fazendo no plano da melhoria da qualidade de ensino mediante as ações de *“reformulação em profundidade, dos objetivos gerais e de educação, programas escolares,*

conteúdos, métodos pedagógicos, estrutura e meios pedagógicos adequados à realidade angolana; Melhoria da qualidade de manuais escolares” (INIDE, 2009, p.9), entre várias. A concessão de um orçamento anual para cada escola com mais de 500 alunos, a atualização dos meios de ensino e o apetrechamento das salas de aulas são indicadores da aposta do estado. Porém, é uma gota no oceano das escolas da província.

Os meios de ensino são importantes e indispensáveis para um bom curso do processo de ensino/aprendizagem. Uma das razões que leva a preferir a escola Católica à pública é oferta de condições físicas e materiais. As condições materiais e físicas da escola determinam o sucesso ou o insucesso processo da aprendizagem/ensino. E o ensino de qualidade que os EE esperam da escola depende das condições materiais da escola.

Questão 19: É obrigação da escola oferecer materiais escolares adequados para a boa aprendizagem académica do meu educando.

Os dados da tabela trazem resultados significativos. Pois revelam claramente que a percepção a esperança que os EE depositam na escola está completamente desligada da percepção das funções da família. Os 227 sujeitos participantes da pesquisa, 105 EE concordam que a escola tem a obrigação de fornecer materiais adequados para a boa aprendizagem dos alunos; 78 concordam totalmente. Contra os 27 que discordam, 10 discordam totalmente e 7 sete que não sabem. Frente a este resultado emerge umas perguntas: onde fica a missão da família como parceira da escola e do estado na educação das novas gerações? Pela idade da maioria de EE que respondeu ao questionário, muitos passaram a sua infância e adolescência na vigência da 1ª reforma de 1978. Onde tudo era gratuito. A família tinha apenas a preocupação de mandar a criança/adolescente à escola. Uniforme, merenda escolar, materiais didáticos, etc., era da responsabilidade do estado.

Esta posição contradiz uma das funções da família que consiste em “dar ao educando suporte económico: casa, comida, roupa e recursos financeiros necessários para a educação dos filhos ” (Fonseca, 2003, p.129). Cria dissonância em falar da parceria, quando a família está a colocar-se no status de dependência total da escola e do estado.

A escola, na verdade, tem a tarefa de apoiar a família e em casos especiais pode fornecer materiais suficientes e adequados para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem de qualidade quando tem a sua área de apoio social com capacidade de resposta. No entanto é responsabilidade da família, munir seus educandos de materiais indispensáveis para a aquisição dos conhecimentos indispensáveis à formação integral. O ensino em Angola é gratuito. Isto é, “isento de qualquer pagamento emolumento pela inscrição assistência às aulas e meios de Ensino. O ensino Primário é gratuito, quer no subsistema do ensino geral quer no subsistema do ensino de adultos” (art. 7º parágrafos 1 e 2 da Lei 13/01). Mas a experiência que nos vem do quotidiano, a gratuidade tem o alto preço que é a falta de qualidade do produto de muitas escolas. Mais uma razão que leva os EE preferirem a escola católica.

No novo modelo de produção do séc. XXI estas atitudes de demissão das responsabilidades de zelar pela formação dos filhos já não respondem aos desafios da formação de qualidade, dos novos cidadãos.

Questão 20: Só a escola tem a responsabilidade exclusiva de dar educação sexual aos alunos.

Os dados da 20 refletem as opiniões de EE sobre a educação sexual. Os resultados obtidos são evidentes. 54 Sujeitos da pesquisa, discordam totalmente, 85 discordam, 54 concordam totalmente e 16 não sabem. A educação sexual é um assunto polémico para as

famílias. Os grandes problemas sociais que hoje se registam em Luanda, tais como a delinquência, falta de diálogo entendimento entre pais e filhos, a violência doméstica, as desigualdades sociais no acesso ao emprego, são agravados pela à promiscuidade, os casos de estupro, abuso sexual de menores recorrente, incesto... que uma causa de divisão e vingança nas famílias. Devem-se ao fraco impacto da educação familiar e escolar na vida dos alunos. Por um lado, não é comum nem é fácil nas famílias dar educação sexual a novas gerações. Por outro lado as famílias sentem-se ameaçadas pelas consequências do início da vida sexual ativa, desde tenra idade. Os modelos de vida difundidos pelas telenovelas influenciam a vida das crianças e adolescentes.

Um dos grandes problemas que as escolas de Luanda enfrentam é o envolvimento sexual dos adolescentes nas escolas. Afinal a quem compete a responsabilidade de dar a educação sexual às novas gerações.

A discordância de grande percentagem dos EE significa negação de a educação sexual ser exclusivamente tarefa da escola, certamente. A escola e a família necessitam unir forças para contornar o grande desafio que é a educação sexual. O currículo do ensino primário concretamente na disciplina do estudo do meio contém conteúdos de educação sexual. Na 5ª e 6ª classe, na disciplina de Educação Moral e Cívica, está incluída a temática do autoconhecimento abrange a educação cognoscitiva, afetiva, social e sexual. A finalidade desta educação é formar cidadãos éticos e solidários (Libâneo, 2013). Por isso, uma das funções da escola no atual sistema de educação é educar para o combate à HIV/AIDS como prioridade impulsionada pela posição geográfica que Angola ocupa no continente e o crescimento exponencial da taxa de prevalência entre os jovens infetados pela enfermidade. Assim, o “Ministério da Educação em parceria com o Instituto nacional de luta contra a Sida” (Ngaba, 2012, p.165).

Dimensão IV- Relação Família Escola

Questão 21: Considero importante a relação Família/Escola para o bom aproveitamento dos alunos.

Os EE são unânimes em reconhecer que o bom andamento do processo de ensino/aprendizagem e a melhoria de aproveitamento dos alunos depende da relação de colaboração mútua entre a escola e a família. Não obstante, a prática quotidiana atesta que muitos EE vão à escola no início do ano para matricular os educandos. Se não forem convocados para responder por questões disciplinares, só regressam à escola para saber dos resultados finais dos filhos. Em muitos casos não dispõem meios para a aquisição de materiais necessários para uma boa participação dos seus educandos nas aulas.

“A exigência da participação dos encarregados de educação na gestão da escola fundamenta-se na resposta “as novas formas de relações entre a escola, sociedade e trabalho que repercutem nas práticas de descentralização” (Libâneo, 2013, p.97). A família é o primeiro e marcante espaço da existência humana. Tem uma missão insubstituível na formação do ser humano e na construção de uma sociedade mais equilibrada e digna para a existência humana mediante a participação de formação dos novos cidadãos. A relação colaborativa família escola centra-se na “dimensão sistémica relacional, alicerçada na ecologia social da família ou nas redes complexas em que a família interage, vive e se desenvolve” (Gonçalves, 2003, p.105). As duas instituições são contextos de desenvolvimento. Por um lado a família precisa da escola e a escola precisa da família para realizar os seus objetivos e metas. Efetivamente, “a escola não pode ser mais instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada na comunidade que interage com a vida social mais ampla” (Libâneo, 2013, p.97).

Questão - 22: A escola precisa da colaboração da família para formar os alunos para a continuação dos estudos.

Os dados da tabela mostram divergência de pontos de vista. Certamente, significa que o assunto da colaboração entre a família -escola ainda é um discurso que não inculturação nas atitudes do EE. A prova disto está à mostra. Numa amostra de 227 sujeitos respondentes do questionário, 26 discordam totalmente, 61 discordam, 79 concordam, 51 concordam totalmente e 10 não sabem. Chama atenção o número elevado dos EE que discordam, ou discordam totalmente, numa altura em que Angola já conta com a Associação Nacional dos Encarregados de Educação e Pais de Angola que tem entre várias missões “promover a formação dos EE e pais, enquanto membros da comunidade educativa, habilitando-os ao cabal desempenho da sua missão de educadores e membros da gestão da escola. Defender os interesses morais, culturais,” e físicos dos educandos; Intervir no estudo e resolução dos problemas respeitantes à juventude; Pugnar pela dignificação do ensino em todas as vertentes; fomentar as atividades de caráter pedagógico, formativo, cultural, científico, social e desportivo etc.” (Diário da República, 10 de janeiro de 2013). Embora exista dissonância entre o discurso e a ação, já que não se faz sentir no quotidiano das escolas, a atuação da associação, a sua existência leva a perceber com clareza que, a escola e a família são dois contextos de desenvolvimento para trajetória na vida da pessoa. Pois é onde o ser humano passa maior tempo da sua vida. Nesta sociedade emergente, “a escola já não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla” (Libâneo, 2013, p.97).

A contribuição destes dois sistemas na promoção do desenvolvimento humano é decisiva na construção da personalidade com êxito. Para de Gadotti e Romão (citados por

Libâneo, Ferreira e Toschi, 2013, p.452). “A participação influi democratização da gestão e na melhoria do qualidade de ensino e todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela se estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação aí oferecida”. Uma das estratégias para melhorar a qualidade de ensino consiste na “garantia da participação da comunidade nos trabalhos da escola, Isto é, da relação entre a escola e a comunidade” (INIDE, 2009, p.8).

Apesar de tudo, o envolvimento da família é útil e necessário para o desenvolvimento do processo de aprendizagem de qualidade. No entanto, deve ser entendido na lógica de que a família e a escola compartilham funções sociais, políticas e educacionais na medida em que contribuem e influenciam a formação dos novos cidadãos. A escola tem funções sociais explícitas, objetivos próprios, projeto pedagógico e curricular, estrutura de gestão, formulados de forma coletiva e pública dentro do critério de respeito de papéis e competências” (Libâneo, 2013, p.98).

A análise das respostas dos EE revela que estes, pouco ou nada sabem sobre a dinâmica organizativa da escola onde estudam os seus educandos. Nem se preocupam com o projeto pedagógico da escola em que matricularam o seu filho. A escola e família são micros sistemas de desenvolvimento do ser humano partilham esta tarefa, “dentro do critério de respeito aos papéis e competências” (Libâneo, 2013, p.98) complementando-se e não acusando-se nem substituindo-se. A família proporciona educação informal: as noções de respeito e limites, valores básicos; suporte económico-financeiro e material para a educação:, ambiente afetivo e equilibrado, acompanhamento e cobrança de deveres. A escola propicia educação formal centrada no ensino de qualidade, “arcabouço académico robusto e efetivo acrescido de complemento global de desenvolvimento do senso crítico,

de criatividade, de valores, etc.” (Fonseca, 2004, p.129), ambiente favorável à aprendizagem, complementando a educação informal e dando formação aos parceiros.

CONCLUSÕES

A escola é uma instituição de educação produtiva porque tem a tarefa de forjar a personalidade do homem/mulher quer em fase de desenvolvimento quer adulto com défice de escolaridade básica, a fim de transmitir-lhe conhecimentos, preparando-o para vida na e em sociedade, promover as capacidades para a inserção no mundo do trabalho mediante o exercício de uma profissão concreta. Os EE e a sociedade angolana espera da educação, uma educação capaz de transformar seus filhos em cidadãos competentes, ativos e capazes de se adaptarem às exigências do mundo. Uma educação mais voltada para o potencial humano que para o simples capital humano que se pode transforma instrumentalização da pessoa.

A função da escola varia, de acordo com os objetivos da sociedade, nos diferentes períodos históricos de Angola e dos interesses da hierarquia detentora do poder. Na época contemporânea a situação educacional levada a cabo pela escola, revela-se preocupante na medida em que a escola não presta um serviço de qualidade adequado às exigências da sociedade emergente. A escola vê-se sufocada entre as exigências de gerir os programas superiormente planificados e as exigências da comunidade onde está inserida. Este conflito diminui a qualidade dos serviços que a esta oferece à sociedade.

A tábua de salvação para acudir a necessidade gritante dos EE é o recurso às escolas de instituições confessionais, parceiras do estado. No leque destas instituições encontra-se a Escola Católica preferência n.º 1 pela qualidade dos serviços que oferece. A existência de escolas parceiras não é uma situação de competição nem paralelismo com a

escola pública. É, antes de mais, um contributo ao desafio da educação em Angola decorrente da grande procura do serviço educacional débil que o estado oferece.

A relação família escola no contexto angolano constitui uma das preocupações de há longa data. No entanto nada reporta senão reduzidas a reuniões de EE em cada ano ou convocatórias para responder aos assuntos disciplinares. Existe hoje a Associação Nacional de Encarregados e Pais de Angola criada e reconhecida em 2013, cujos efeitos da sua atuação não se nota. Portanto, a parceria entre a escola e a família resulta da premissa de que são duas instituições fundamentais para desencadear os processos de formação e desenvolvimento das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do crescimento físico, intelectual, afetivo e social.

A redefinição dos papéis de cada um dos operadores do sistema sociedade ajuda a destrinçar a necessária complementaridade, pois, na escola os conteúdos curriculares asseguram a instrução e a apreensão de conhecimentos, a preocupação central enfoca como ocorre o processo de ensino/aprendizagem. Na família os objetivos, conteúdos e métodos usados na transmissão dos conhecimentos culturalmente organizados e estruturados, fomentam a socialização, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo de cada membro que a compõe.

A escola e família são os dois operadores sociais que compartilham as funções políticas, educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, ao deparar-se com uma sociedade luandense a considera como um banco ou um envelope onde colocam todas as expectativas de educação e formação dos novos cidadãos, necessita redefinir as suas estratégias e

ampliar a sua função social dando formação à família de modo que esta se envolva na construção da comunidade educativa que partilha e planifica e supervisiona o curso da educação dos novos cidadãos.

Falar do papel da escola na formação dos novos cidadãos é repensar a escola desde a perspectiva dos objetivos da educação para o século XXI, tendo em conta os grandes desafios da sociedade contemporânea. Isto é, definir com clareza, que tipo de cidadão se quer formar. Pois a qualidade do currículo não se determina apenas, com a boa conceção dos conteúdos programáticos, mas os métodos de ensino/aprendizagem utilizados se pode formar cidadãos autónomos, críticos, ativos, responsáveis e comprometidos com as questões sociais, científicas e ambientais.

Um dos objetivos gerais do Sistema de educação de Angola, visa “formar o indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação na vida social, à luz dos princípios democráticos” (lei n.º 13/01). Em síntese a educação dos novos cidadãos é questão de pensar em conjunto família, escola e comunidade. Necessita de dar resposta à problemática do mundo atual abarcando as temáticas de educar para a gestão racional do leque de informações que as tecnologias de informação vão colocando ao alcance dos alunos; educar para as questões ambientais, aproveitando a oportunidade que os planos curriculares oferecem na perspectiva da ecologia ambiental, social e mental. Não menos importante é a formação para a relação intercultural.

A pesquisa empírica permitiu apreender que os EE de educações não conhecem suficientemente a missão da escola. E a tendência de delegar as funções da família à escola é muito forte. A sociedade na pessoa do EE cobra à escola educação de qualidade que

ajude a formar cidadãos ativos que constroem desenvolvimento pessoal e social. Por isso exige da escola serviços que vão além da capacidade de resposta da mesma.

Ora, esta atitude confirma a resposta hipotética apresentada à partida desta investigação. Os EE não se envolvem na gestão e organização da escola, por despejar os educandos na escola e voltam a ela para reivindicar o que não anda bem, sujeitam-se ao projeto pedagógico que a escola apresenta e à educação que escola proporciona, sem medir a qualidade dos resultados.

RECOMENDAÇÕES

Dadas as limitações que o estudo apresenta, recomenda-se para os posteriores investigações que aprofundarem as repostas dos EE que careceram de argumentações que levem à profunda compreensão das respostas eleitas e que o paradigma quantitativo não permite aprofundar.

Frente ao défice de compreensão da Função e missão da escola registada pelos EE, planificar atividades que ajudem a ampliar os conhecimentos do papel da escola e da família para promover uma educação de qualidade desejada para os futuros cidadãos da sociedade global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acúrio, M. e Andrade, R. Org. (2004). *Gestão da Escola*. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/ Pitágoras Rede. Brasil.
- Altuna, R. A. (1985) *Cultura Tradicional Bantu*. Edição Junta de Investigação do ultramar. Lisboa.
- Bento XVI (2010). *Exortação Apostólica Pós Sinodal Africae Munus*. Vaticano. Roma.
- Bonachela, D.; e Taís, N. (2010) *Educação Ambiental: Um Importante Papel da Família*. Revista de Direito Público, Londrina, 5, 3, 236-253, retirado de <http://www.google.académico>.
- Borsa, J.C (2007). *O Papel da Escola no Processo de Socialização Infantil*. Retirado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>
- Charlot, B. (2013). *Da Relação com o saber às práticas educativas*. 1ª Edição, Cortez Editora. São Paulo- Brasil.
- Colombo, S. (2004). *Gestão Educacional: Uma nova Visão*. São Paulo. Brasil.
- Constituição da República de Angola (2010). Imprensa Nacional. Luanda
- Costa, M. E. (2003). *Gestão de Conflitos na Escola*. Universidade Aberta. Lisboa Portugal.
- Delors, J. (2012). *Educação Um Tesouro a Descobrir*. 7ª Edição Revisada. Cortez Editora. São Paulo.
- Dessen, M. e Polónia, A. (2007). A Família e a Escola como contexto de desenvolvimento. *Paideia*, 17 (36), 21-32. Retirado de www.scielo.br/paidéia.

- Diário da República (2013). *Estatuto da Associação Nacional dos Encarregados de educação e pais de Angola*. Séries N.º 7- de 10 de janeiro de 2013. Imprensa Nacional Luanda.
- Feijó, C.M. (2010). *Constituição* Imprensa Nacional E.P. Luanda Angola.
- Fernando, B.V. (2010) *A escola Católica em A Angola e o Desafio da Comunidade Educativa*. Edizioni Viverein Napoli . Itália.
- Ferreira, M.J. (2005). *Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social*. Cadernos de Estudos Africanos.
- Gadotti, M. (2010) *Pedagogia das Práxis*. 5ª Edição. Cortez editora. São Paulo.
- Gadotti, M.J. (2012). *Autonomia da Escola. Princípios e Propostas*. 7ª Edição, Cortez Editora São Paulo- Brasil.
- Gaspar, P. & Fernando, D. (2010). *Sociologia da educação e Administração Escolar*. Coleção Universidade. Plural Editores. Angola.
- INIDE, (2009), *Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação. Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*. Luanda.
- Libâneo, J.C. (2008). *Organização e Gestão da Escola*. Teoria e prática. 5ª Edição Revista e ampliada GoiâniaMF Livros.
- Libâneo, J.C. (2013). *Organização e Gestão da Escola*. Teoria e prática. 6ª Edição Revista e ampliada. Heccus Editora. S. Paulo.
- Libâneo, J.C., Ferreira, J.; Toschi, M. (2013). *Educação Escolar. Políticas, Estrutura e Organização*. Cortez Editora. São Paulo.
- Lucas, E. (2013). *A Formação em África: Os irrenunciáveis da Formação*. Paper presented to Conferência da Assembleia africana da Vida Consagrada. Maputo.

- Monteiro, A.(2001). *Do Ondjango à Família: Contributo para uma Evangelização Inculturada na Diocese do Sumbe*. Roma.
- Moreira e Carvalho, A.M (2088). *Família e Educação. Olhares da Psicologia*. Edições Paulinas. São Paulo.
- Ngaba, A.V. (2012). *Políticas Educativas em Angola (1975-2005)*. Edição Sedieca, Mbanza- Kongo- Angola.
- Nguluve, A. (2010). *Educação Angolana: Políticas de Reformas do Sistema Educacional*. Biscalchin Editora. São Paulo.
- Nogueira, M. A. (1998). *Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação*. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 8, 91-103. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100008>.
- Pessanha, M., Barros, S., Sampaio, R. & Outros (2010) *Psicologia da Educação*. Coleção Universidade. Plural Editores. Angola.
- Picaço, A. L. (2012). *Relação Entre a Escola e a Família- As suas implicações no processo de Ensino/aprendizagem*. Tese de Mestrado. Lisboa.
- Plano de Desenvolvimento Nacional (2013-2017). Ministério do plano e do Desenvolvimento Territorial. Imprensa Nacional. Luanda.
- Princípios de Base do Sistema Educativo e Ensino na RPA*. (1978). Luanda .
- Projeto Pedagógico (2014). Não publicado. Cazenga-Luanda.
- Projeto Pedagógico (2014-2016). Não publicado. Viana.
- Regulamento interno (2014). Não publicado .Viana-Luanda.
- Samuels, M. A. (2001), *Educação ou Instrução: A História do Ensino em Angola [1878-1914*. Editora Mayamba. Luanda, Angola.

Severino, C., Lorieri, M. (2011). *Perspetiva da Filosofia da Educação*. Cortez Editora.
São Paulo.

Tomasi, F.(2007). *Ouro Testado pelo Fogo Acompanhamento psicoespiritualespiritual
entre mistério e seguimento*. Edições Paulinas. São Paulo.

Verbo : Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa : Editorial Verbo, 2005.

Vieira, L. (2007). *ANGOLA. A dimensão Ideológica da Educação. 175-1992*. Editorial
NzilaUniversitária-II Serie Sociologia. Luanda

Zau, F. (2009). *Educação em Angola. Novos trilhos param o Desenvolvimento*. Editora
Movilivros, Lisboa.

APÊNDICE I – Estrutura do Questionário



QUESTIONÁRIO

Grupo I	Objetivo	Perguntas	Observações
Caracterização dos Inquiridos	Conhecer as características dos sujeitos que respondem o questionário de pesquisa.	1 – Idade. 2.– Género: Feminino Masculino: 3- Qual a relação do Encarregado de Educação com o aluno 4- Habilitações Literárias do Encarregado de Educação. 5- Classe que frequenta o seu educando O seu educando já repetiu alguma classe? ____ Quantas vezes? _____	
Função Social da Escola	Captar a perceção da função social da escola a partir da visão dos encarregados de educação das escolas pesquisadas.	1-Só a escola pode assegurar às crianças a formação de atitudes com vista à integração social. 2- Para responder às necessidades concretas dos Encarregados de Educação, cabe à escola criar outros espaços de serviços tais como: Centro infantil e Pré-escolar, Centro de Atendimento	

		<p>aos adolescentes e jovens.</p> <p>3- Considero importante e necessário que os horários de permanência dos alunos na escola sejam alargados pelo menos até às 15 horas.</p> <p>4-É apenas através da Escola que os alunos podem desenvolver e aperfeiçoar o falar e escrever corretamente.</p> <p>5-Só a escola reúne as condições para formar cidadãos com capacidade crítica e participativa.</p> <p>6-A escola é a instituição mais importante na preparação dos alunos para o exercício de uma profissão.</p> <p>7-Só a escola pode proporcionar bons hábitos e comportamentos aceitáveis pela sociedade.</p> <p>8-É apenas missão da escola ensinar aos alunos valores que os tornem cidadãos respeitados e ativos da sociedade.</p> <p>9-A escola tem a missão de dar ao mercado do trabalho gente qualificada de que o país necessita.</p>	
Função Científica, Artística e Lúdica	Analisar o papel cultural instrutivo e de transmissão dos	10-É apenas na escola que se descobre os alunos com talento para diversas atividades artísticas	

da Escola	conhecimentos científicos da escola	<p>(desporto, música, teatro, pintura, etc.).</p> <p>11-A escola é a única instituição que pode preparar verdadeiramente os alunos com conhecimentos científicos e técnicos.</p> <p>12-Cabe à escola garantir a prática sistemática de educação física e desportiva.</p> <p>13-A escola garante hoje a prática sistemática de educação física e desportiva.</p> <p>14-A escola está a ser capaz de construir com os alunos conhecimentos científicos e técnicos para responder às necessidades da sociedade.</p>	
Expetativas dos Pais e Encarregados de Educação	Conhecer que serviços os encarregados esperam que a escola lhes forneça.	<p>15- Nos nossos dias, se não for a escola, dificilmente outra instituição pode tomar conta das crianças durante o dia.</p> <p>16- Considero que é obrigação da escola fornecer a merenda escolar aos alunos.</p> <p>17- Penso que só a escola pode envolver os alunos em atividades extraescolares para o desenvolvimento da comunidade (por exemplo campanhas de recolha de lixo, limpeza).</p>	

		<p>18- Considero que a escola possui condições materiais que promovem a aprendizagem dos alunos.</p> <p>19- É obrigação da escola oferecer materiais escolares adequados para a boa aprendizagem académica do meu educando.</p> <p>20-Só a escola tem a responsabilidade exclusiva de dar educação sexual aos alunos.</p>	
<p>Relação Escola- Família</p>	<p>Conhecer o nível de corresponsabilidade da importância da participação dos encarregados na construção da escola como comunidade educativa.</p>	<p>21-Considero importante a relação família-escola para o bom aproveitamento dos alunos.</p> <p>22-A escola precisa da colaboração da família para formar os alunos para a continuação dos estudos.</p>	

APÊNDICE II – O Questionário

Questionário

Expectativas dos Encarregados de Educação acerca da Função na Formação de Novos Cidadãos



Este questionário tem o objetivo de contribuir para uma investigação, no âmbito do mestrado em Ciências da Educação, especialização em Administração e Gestão Educacional. Com o objetivo de compreender, as suas expectativas em relação à função da escola na formação dos seus educandos e aferir as razões que os levam, no princípio do ano letivo, preferir uma escola confessional.

1 – Idade.

2.– Género:

Feminino

Masculino:

3- Qual a relação do Encarregado de Educação com o aluno

Pai ___ Mãe___ Irmão/ã___ Tio/Tia ___ Avô/Avó___ Primo/a ___ Padrinho/Madrinha___ Instituição ___

4- Habilitações Literárias do Encarregado de Educação.

5- Classe que frequenta o seu educando

O seu educando já repetiu alguma classe? _____

Quantas vezes? _____

1-Só a escola pode assegurar às crianças a formação de atitudes com vista à integração social?

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

2- Para responder às necessidades concretas dos Encarregados de Educação, cabe à escola criar outros espaços de serviços tais como: Centro infantil e Pré-escolar, Centro de Atendimento aos adolescentes e jovens?

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

3- Considero importante e necessário que os horários de permanência dos alunos na escola sejam alargados pelo menos até às 15 horas.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

4-É apenas através da Escola que os alunos podem desenvolver e aperfeiçoar o falar e escrever corretamente.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

5-Só a escola reúne as condições para formar cidadãos com capacidade crítica e participativa.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

6-A escola é a instituição mais importante na preparação dos alunos para o exercício de uma profissão.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

7-Só a escola pode proporcionar bons hábitos e comportamentos aceitáveis pela sociedade.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

8-É apenas missão da escola ensinar aos alunos valores que os tornem cidadãos respeitados e ativos da sociedade.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

9-A escola tem a missão de dar ao mercado do trabalho gente qualificada de que o país necessita.

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

Não sei

10-É apenas na escola que se descobre os alunos com talento para diversas atividades artísticas (desporto, música, teatro, pintura, etc.).

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

11-A escola é a única instituição que pode preparar verdadeiramente os alunos com conhecimentos científicos e técnicos.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

12-Cabe à escola garantir a prática sistemática de educação física e desportiva.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

13-A escola garante hoje a prática sistemática de educação física e desportiva.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

14-A escola está a ser capaz de construir com os alunos conhecimentos científicos e técnicos para responder às necessidades da sociedade.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

15- Nos nossos dias, se não for a escola, dificilmente outra instituição pode tomar conta das crianças durante o dia.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

16- Considero que é obrigação da escola fornecer a merenda escolar aos alunos.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

17- Penso que só a escola pode envolver os alunos em atividades extraescolares para o desenvolvimento da comunidade (por exemplo campanhas de recolha de lixo, limpeza).

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

18- Considero que a escola possui condições materiais que promovem a aprendizagem dos alunos.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

19- É obrigação da escola oferecer materiais escolares adequados para a boa aprendizagem académica do meu educando.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

20- Só a escola tem a responsabilidade exclusiva de dar educação sexual aos alunos.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

21-Considero importante a relação família-escola para o bom aproveitamento dos alunos.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

22-A escola precisa da colaboração da família para formar os alunos para a continuação dos estudos.

- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente
- Não sei

Obrigada!

Anexo

